



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LYN SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES MIGRANTES NA OCUPAÇÃO  
CONTESTADO EM SÃO JOSÉ/SC**

FLORIANÓPOLIS

2019

Lyn Silva

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES MIGRANTES NA OCUPAÇÃO  
CONTESTADO EM SÃO JOSÉ/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Célia Regina Vendramini

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Lyn

A experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado em São José/SC / Lyn Silva ; orientadora, Célia Regina Vendramini, 2019. 113 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Ocupação. 3. Experiência. 4. Migração. 5. Moradia. I. Vendramini, Célia Regina. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Educação. III. Título.

Lyn Silva

**A experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado em São José/SC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Dra. Célia Regina Vendramini (PPGE/UFSC - Orientadora)

Dra. Carmen Susana Tornquist (FAED/UDESC - Examinadora externa)

Dra. Sandra Luciana Dalmagro (PPGE/CED/UFSC - Examinadora)

Dr. Antero Maximiliano Dias dos Reis (CFH-UFSC - Examinador)

Dra. Adriana D'Agostini (PPGE/UFSC - Suplente)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em educação

---

Profª. Andrea Brandão Lapa, Dra.

Coordenadora do Programa

---

Profª. Célia Regina Vendramini, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2019

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

CCLCP – Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes

CMI – Central de Mídia Independente

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CSP – Central Sindical Popular

DAOM – Diretório Acadêmico 8 de Maio

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FGV – Fundação Getúlio Vargas

LBV – Legião da Boa Vontade

MNU – Movimento Negro Unificado

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NSC – Nossa Santa Catarina

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido da Mobilização Democrática do Brasil

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SAAP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SINDSAUDE – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis e Região

SINDPREVS – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PT – Partido dos Trabalhadores

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

*Dedico esta pesquisa aos trabalhadores migrantes da Grande Florianópolis. Em especial, às trabalhadoras migrantes da Ocupação Contestado, que através do trabalho e da luta resistem e aprendem cotidianamente.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pelo apoio nesta jornada. À professora Dra. Célia Regina Vendramini (PPGE/UFSC) por orientar o trabalho, acreditar nas potencialidades da investigação e contribuir para formação profissional e intelectual de mais um trabalhador da área da educação. Aos trabalhadores da Ocupação Contestado em especial para as trabalhadoras migrantes entrevistadas nesta pesquisa, que de maneira fraterna e sempre dispostas a ajudar na construção do projeto, foram imprescindíveis para alcançarmos nossos objetivos. À rede de apoio da ocupação, que esteve presente em momentos importantes de nossa trajetória e trabalho de pesquisa. Aos membros da banca avaliadora: Dra. Carmen Susana Tornquist (FAED/UFSC - Examinadora externa), Dra. Sandra Luciana Dalmagro (PPGE/CED/UFSC - Examinadora), Dr. Antero Maximiliano Dias dos Reis (CFH-UFSC - Examinador) Dra. Adriana D'Agostini (PPGE/UFSC - Suplente), por aceitarem o convite e por serem referências para nós, que além de procurar entender a realidade concreta em que vive a classe trabalhadora, também buscamos transformá-la, rumo ao bem comum. Aos professores e professoras da linha de pesquisa “Trabalho Educação e Política”, em especial para os membros do núcleo de pesquisa Transformações no Mundo do Trabalho (TMT-UFSC). Agradeço aos estudantes do PPGE. Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e todos trabalhadores e trabalhadoras que contribuem para o seu funcionamento.

## RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação de mestrado refere-se à experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado, na cidade de São José - SC, iniciada no ano de 2012, diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração. Buscamos compreender a dinâmica histórica das expropriações e revelar suas conexões com a questão da migração, considerando o movimento migratório em direção à Grande Florianópolis e destacando sua relação com as lutas por moradia. Analisamos a experiência e situação de vida dos migrantes na Ocupação, no que se refere ao trabalho, moradia e escolarização, bem como a organização, ação coletiva e educação. A pesquisa foi feita com base em observação, realização de entrevistas, além de estudo documental e teórico. Com base nas entrevistas, apresentamos quatro trajetórias de trabalhadoras migrantes, as quais revelaram sua experiência como trabalhadoras, migrantes, mães e participantes do processo político-educativo constituinte da Ocupação. Concluimos que a Ocupação Contestado é expressão, por um lado, do processo de expropriação e exploração no trabalho, da ausência de moradia e da violência policial. De outro lado, revela a indignação e a capacidade de luta dos trabalhadores que passam a se organizar. Esse processo forja uma experiência de vida com caráter educativo, levando-nos a afirmar que a ocupação educa.

**Palavras-chave:** Ocupação. Experiência. Expropriação. Migração. Moradia. Trabalho.



## **ABSTRACT**

The object of study of this master's dissertation refers to the experience of migrant workers in Contested Occupation, in the city of São José - SC, started in 2012, facing the historical and contemporary processes of expropriation and exploitation. We seek to understand the historical dynamics of expropriations and to reveal their connections with the issue of migration, considering the migratory movement towards Greater Florianópolis and highlighting its relationship with the struggles for housing. We analyzed the experience and life situation of migrants in the Occupation, regarding work, housing and schooling, as well as the organization, collective action and education. The research was based on observation, interviews, and documentary and theoretical study. Based on the interviews, we present four trajectories of migrant workers, which revealed their experience as workers, migrants, mothers and participants in the political-educational process that constitutes the Occupation. We conclude that Contested Occupation expresses, on the one hand, the process of expropriation and exploitation at work, homelessness and police violence. On the other hand, it reveals the indignation and fighting capacity of the workers who are organizing themselves. This process forges an educational life experience, leading us to claim that occupation educates.

**Keywords:** Occupation. Experience. Expropriation. Migration. Housing. Work.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÕES URBANAS E A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
1.1 Processos de expropriação históricos e contemporâneos.....	24
1.2 O problema da moradia e as ocupações urbanas.....	29
1.3 O movimento migratório na Grande Florianópolis.....	37
<b>2. A EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES MIGRANTES NA OCUPAÇÃO CONTESTADO EM SÃO JOSÉ/SC.....</b>	<b>47</b>
2.1 A Ocupação Contestado.....	47
2.2 Trajetórias e condições de vida de trabalhadores migrantes da Ocupação Contestado.....	60
2.3 A experiência de sujeitos trabalhadores, migrantes e participantes de uma ocupação urbana.....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
Referências.....	108
<b>APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas</b>	
<b>APÊNDICE B - Sequência de fotografias: A Ocupação Contestado - cotidiano, experiência e luta</b>	

## INTRODUÇÃO

*“Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores serão expropriados.” (MARX, 2013)*

O objeto de estudo desta dissertação de mestrado refere-se à experiência forjada na produção e reprodução da vida de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado, diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração vivenciados por estes sujeitos. Mas qual a importância de uma pesquisa com esse objetivo? Karl Marx nos ajuda a justificar nossa iniciativa:

[...] para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos [...] A primeira coisa, portanto, em qualquer concepção histórica, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda sua extensão e render-lhe toda justiça. (MARX, 1987, p. 39).

Assim acredito que a pertinência desta investigação seja determinada pelos seguintes aspectos: pela vinculação com a linha de pesquisa Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, a qual se orienta pelo materialismo histórico dialético e procura com base no referencial teórico marxista analisar as problemáticas que dizem respeito à produção e reprodução da vida dos trabalhadores, em especial a educação; pela importância e atualidade dos temas expropriação/exploração, migração e ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto, os quais abordam as condições de vida e de educação de uma parcela da classe trabalhadora que resiste para continuar se reproduzindo, por meio da migração e da ocupação; pelo nosso interesse enquanto professor, pesquisador e militante forjado na luta de classes, tendo consciência do lugar que os professores ocupam na divisão internacional do trabalho e da importância destes trabalhadores agirem como intelectuais orgânicos, nos termos de Gramsci (1982), juntamente com o conjunto da classe trabalhadora no fomento e organização da cultura e educação.

As universidades são espaços de pluralidade, disputas ideológicas e luta de classes, embora alguns de seus sujeitos defendam uma suposta neutralidade, sabemos que viver é tomar partido, como já foi dito por Gramsci, e a própria posição de isenção é uma ação política. Neste sentido, procuramos nesta pesquisa contribuir na constituição do campo de estudos sobre migração e escolarização na luta de classes presente no modo de produção capitalista, partindo de uma base materialista, histórica e dialética, a filosofia da práxis. Caminhamos para uma melhor compreensão das múltiplas determinações das questões envolvendo expropriação, migração, ocupações urbanas e educação, as quais estão ligadas direta e indiretamente à produção e reprodução da vida da classe trabalhadora e de suas possibilidades de libertação do sistema que explora e oprime bilhões de pessoas nas mais diversas e remotas regiões do globo terrestre. Desde Marx e Engels (1848) sabemos que o “motor da história” de todas as sociedades existentes até hoje se fundamenta na luta de classes. Foi no Manifesto do Partido Comunista publicado no ano de 1848 que a

revolucionária teoria viria a público, transformando radicalmente a apreensão e percepção da realidade acerca das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Durante o período em que cursei a graduação no curso de História na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), participei do movimento estudantil, o qual me colocou em contato com outros movimentos sociais, entre eles os de luta pela terra e moradia na região da Grande Florianópolis, como a Ocupação Contestado e a Ocupação Amarildo de Souza. Por meio das redes e frentes de apoio a estes movimentos, pude acompanhar e participar dos mesmos de forma mais orgânica. Estas vivências e a imersão no processo de luta despertou-me particular interesse em elaborar pesquisas e colaborar em extensões universitárias sobre os movimentos em tais ocupações. Como exemplo, posso citar o projeto “Cine Amarildo” ligado ao Programa de Extensão Cine Arte em Movimento da UDESC. A primeira fase do estágio docência ligado à licenciatura da disciplina de História foi realizada por mim e um colega na Comuna Amarildo Souza, desdobramento da Ocupação Amarildo. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisei as Ocupações Amarildo de Souza e Contestado, com o seguinte trabalho: “Cultura de Ocupação Urbana: histórias da luta popular por terra e moradia nas cidades de Florianópolis e São José (2008-2015)”, defendido no ano de 2015. Tão logo comecei a pesquisa sobre as ocupações me interessei pelo caráter pedagógico existente nos movimentos, fato que me motivou a ingressar no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC.

Tive também a oportunidade de visitar a Ocupação Copa do Povo ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo. Nesta ocasião entrevistei participantes do movimento e procurei compreender melhor a situação do déficit habitacional existente no Brasil.<sup>1</sup> Também participei das ocupações realizadas pelo movimento estudantil que ocorreram na UDESC no período de 2010 a 2015. Descrevo estas experiências no sentido de apresentar as motivações para a pesquisa sobre um tema tão relevante e talvez ainda pouco pesquisado, particularmente na área da educação.

As ocupações são espaços primordialmente de luta, mas que exigem organização associado ao aprendizado de “fazer-se” parte de um coletivo que vive a mesma condição de expropriação e exploração, sem um lugar para morar, sem direitos sociais e inserido em ocupações precárias. Também constituem-se como espaços educativos, tendo em vista a dinâmica crítica dos movimentos sociais e suas análises sobre a realidade e particularmente a condição de classe. A construção de processos educativos alternativos e populares oriundos das ocupações urbanas é um passo para a consolidação da experiência de luta da classe trabalhadora. No meu entendimento, esta pesquisa é capaz de auxiliar neste processo e com este olhar amplo visa, entre outras questões, fornecer elementos para a consolidação de uma

---

<sup>1</sup> “Brasil registrou um déficit habitacional de 7,770 milhões de domicílios em 2017, o que representa um crescimento de 3,1% em relação a 2016, refletindo o ambiente de crise econômica no País e deterioração da renda das famílias.” Estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo, (SindusConSP)”. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/10/16/internas\\_economia,997613/deficit-habitacional-cresceu-3-1-em-2017-revelam-fgv-e-sinduscon-sp.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/10/16/internas_economia,997613/deficit-habitacional-cresceu-3-1-em-2017-revelam-fgv-e-sinduscon-sp.shtml).

pedagogia de inclinações socialistas, que ajude a classe trabalhadora a se libertar da exploração e da opressão do capitalismo.

Por fim, este projeto se justifica ao abordar uma questão de interesse social e ultrapassar os muros da universidade. Como afirma Thompson (2002, p.45), “as universidades precisam do contato de diferentes mundos de experiência, no qual ideias são trazidas para a prova da vida”. O objetivo é fazer uma pesquisa que se coloque na contracorrente do modo de produção capitalista em que vivemos, centrado nas mercadorias e não nos homens e nas mulheres, buscando um conhecimento que se coloque na direção da emancipação humana, a verdadeira saída da “pré-história”, possível somente com o fim das classes sociais e a transição socialista rumo ao comunismo.

Desta forma, a articulação analítica com base em uma perspectiva materialista histórica das questões expropriação/exploração, migração, ocupação e educação, ao nosso ver, amplia o debate e busca compreender de forma profunda as determinações na produção e reprodução da vida de trabalhadores migrantes nas ocupações urbanas. É verdade que há pesquisas sobre migração e ocupações, no entanto, não há uma expressividade nos estudos acadêmicos em relação a uma análise que articule estas questões com o processo histórico e contemporâneo de expropriação e exploração, bem como a sua implicação na escolarização. Em uma universidade pública, como é o caso da UFSC, o razoável seria que suas pesquisas contribuíssem para a ampliação e socialização do conhecimento que interessa à população que a financia. De tal maneira, é necessário que uma pesquisa realizada neste contexto cumpra sua função social e que seja de fato relevante. Penso que o propósito de uma análise sobre a experiência de trabalhadores e trabalhadoras migrantes na Ocupação Contestado, nos colocará, acadêmicos e população, em sintonia com essa realidade, buscando ir além da aparência dos fenômenos, enfrentando-os em sua essência.

A necessidade de construir um campo de estudos sobre a questão da migração, que venha a ser edificado com base na perspectiva do materialismo histórico é urgente. Teorias pós-modernas encobrem os problemas reais que provocam as migrações, bem como obstaculizam a explicação do seu crescimento no Brasil e no mundo. Muitos o fazem motivados por interesses explícitos de classe, voltados às demandas da camada social a que fazem parte. A cultura acadêmica dominante tem tratado o tema de forma equivocada e superficial, mantendo-o no âmbito da aparência do fenômeno. Há aqueles que são capazes de encontrar aspectos positivos na migração forçada, destacando os elementos benéficos e criativos no âmbito das trocas culturais. Sabemos que junto com as pessoas migram costumes, práticas sociais, visões de mundo e mercadorias, lembramos o exemplo dos ideais anarco-sindicalistas que chegaram ao Brasil no início do século XX com imigrantes europeus. Mas não seriam as tais trocas culturais mais saudáveis se ocorressem entre pessoas, grupos sociais, etnias que se movimentam livremente e com direitos sociais garantidos? Na realidade há um esforço ideológico dos intelectuais da burguesia para criar teorias capazes de manipular as explicações sobre as ondas migratórias, a fim de manter encoberta a dominação do capital-imperialismo e a exploração dos trabalhadores por meio da extração de mais-valia, trabalhadores estes disponíveis em qualquer lugar e ramo produtivo.

Como os processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração se relacionam com os fenômenos da migração e do déficit habitacional no Brasil? Como os/as migrantes da classe trabalhadora lutam para garantir a produção e a reprodução de suas vidas,

enfrentando as mazelas sociais determinadas em última instância pelo modo de produção capitalista e pelas relações sociais vigentes na sociedade burguesa? Sem sombra de dúvidas estas são questões complexas e de grande relevância. No entanto, para avançarmos na compreensão destes fenômenos, é preciso fazer um recorte na análise, focando em um aspecto ou manifestação desta totalidade. Sendo assim, dirijo o foco desta dissertação para as ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto, tendo como objeto de análise a constituição da experiência de produção e reprodução da vida de trabalhadores e trabalhadoras migrantes na Ocupação Contestado, localizada na cidade de São José, Grande Florianópolis, no estado de Santa Catarina, buscando analisar elementos da trajetória de vida dos migrantes, tais como: trabalho, moradia e escolarização.<sup>2</sup>

A Ocupação Contestado em São José-SC, foi fruto de um importante movimento de luta por terra e moradia, que contou com a presença de trabalhadores e trabalhadoras migrantes desde seu início, muitos destes sujeitos forjaram-se lideranças na própria experiência, alcançando vitórias significativas como a permanência provisória no local da ocupação e um acordo vinculado à políticas públicas habitacionais, que promete a construção das moradias demandadas. Entretanto, este processo foi violento por parte do poder público e das classes dominantes econômica e politicamente na região, se inserindo no contexto de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, em que a especulação imobiliária é uma força motriz significativa neste contexto. A rede de solidariedade que se constituiu em apoio à ocupação se tornou um espaço de unidade para a “esquerda” na Grande Florianópolis, permitindo a aproximação de setores com estratégias e análises da realidade distintas que de certa forma compartilhavam um horizonte em comum. Houve uma batalha travada entre as mídias corporativas e independentes.

A Ocupação Contestado é uma ocupação urbana de trabalhadores sem teto, onde centenas de pessoas travam uma batalha diária desde o ano de 2012 por moradia digna e o direito à cidade. Atualmente a ocupação se identifica politicamente como “brigadista”, ou seja, compõe de forma orgânica o quadro de ocupações urbanas construídas pelas Brigadas Populares. Articula-se, assim, com a luta nacional por moradia e com as organizações políticas que lutam pelos direitos da classe trabalhadora. Os militantes mais atuantes da Ocupação ingressaram nas Brigadas motivados pela própria ação concreta e diária da organização, que esteve apoiando os sem teto desde o início do movimento. A rede de apoio aos trabalhadores da Contestado é grande e ativa, entretanto as Brigadas Populares se destacaram nesta tarefa, tornando-se uma referência política para a ocupação, levando seus principais quadros a ingressarem na organização e por consequência do processo de luta, instaurar o caráter brigadista do movimento. Segundo Machado (2015), os basilares movimentos comprometidos neste período da luta foram as Brigadas Populares (BPs), o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) e militantes do MST. Ao cabo do mês de outubro foi formada uma “rede de apoio dos desalojados do José Nitro”, que além destes

---

<sup>2</sup>“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza(...). Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 2001, p. 211).

movimentos abrangia “entidades sindicais, estudantis e da sociedade civil”, e a associação de docentes da UDESC (subseção sindical do ANDES). Estas organizações segmentavam-se entre aquelas que prestavam apoio sem se comprometerem com o desenvolvimento político do movimento, sendo estas em especial formadas pelos sindicatos e representantes da UDESC e aquelas que estavam diretamente implicadas nos processos de mediação política. Procurando, assim, constituir junto às famílias dos trabalhadores sem teto, “uma direção política às reivindicações e uma articulação em torno à denúncia da responsabilidade do município com aquela situação” (as Brigadas Populares, CABN e MST), trabalhando junto à base para articular a realidade dessas famílias despejadas com a reorganização do movimento de luta por moradia. (CANELA, 2016; MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 238).

A experiência das lutas populares contribui para o processo de formação da consciência dos trabalhadores. O fenômeno das ocupações, que se espalhou pelo mundo no ano de 2011, impulsionado pela crise do capitalismo de 2007/2008 e pelas demandas democráticas da Primavera Árabe, fortaleceram as táticas de ocupação, as quais ganharam visibilidade a partir das articulações populares que vão se desenvolvendo de forma coletiva nas próprias relações sociais, organizadamente ou espontaneamente, sendo uma soma complexa da conjuntura dos fatos concretos e das mentalidades. As ocupações são a antítese da urbanização capitalista e do próprio capitalismo, questionando direta ou indiretamente a instituição da propriedade privada, permeadas por práticas coletivas, aperfeiçoadas e organizadas ao longo do tempo, motivadas pela necessidade da produção e reprodução da vida, tendo como alguns aspectos de sua materialidade a falta de moradia ou a falta de terra para viver e produzir. Deste modo, nosso objetivo geral é analisar a experiência de trabalhadores (as) migrantes na Ocupação Contestado diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração, tendo como objetivos específicos: compreender a dinâmica histórica e contemporânea das expropriações/explorações e procurar revelar suas conexões com a questão da migração; observar o movimento migratório em direção à Grande Florianópolis, destacando sua relação com as lutas por moradia; analisar a experiência e situação de vida dos migrantes na Ocupação, no que se refere ao trabalho, moradia e escolarização; e, por fim, observar a experiência de organização e ação coletiva dos migrantes da Ocupação Contestado.

Nossas hipóteses indicam que há uma associação entre as expropriações históricas e contemporâneas, e entre os processos de expropriação e exploração, que fundam os problemas da migração e da falta de moradia. A produção e reprodução da vida da classe trabalhadora que se forja na relação capital-trabalho configura um processo de exploração no trabalho. Recebendo baixos salários ou em situação de desemprego, os trabalhadores experimentam situações de pobreza e precarização, muitas vezes sem moradia, com alimentação insuficiente e de baixa qualidade, baixa escolarização e qualificação, sendo por necessidade levados a migrar e/ou ocupar.

Os trabalhadores migrantes vivem uma experiência comum de exploração na sociedade burguesa, mas que contém em si a possibilidade de forjar uma organização e consciência, provocando o entendimento das relações sociais de exploração e opressão em que se encontram. Além disso, a ocupação é uma ação fundamental para os trabalhadores sem-teto continuarem a produzir e reproduzir suas vidas, pois as saídas propostas pelo sistema capitalistas para a resolução de seus problemas já não garantem sua sobrevivência. A experiência vivida altera a constituição da experiência percebida, nos termos de Thompson, à

medida que há a impossibilidade de manutenção da vida da classe trabalhadora, esse processo leva as pessoas a migrarem e/ou ocuparem, pois quem migra e quem ocupa é a classe trabalhadora do campo e da cidade. Assim, a experiência de produção e reprodução da vida forja a consciência e a organização necessária para que os trabalhadores expropriados e explorados continuem a travar a luta pela vida.

No contato com as redes e frentes de apoio, os migrantes e os sem-teto veem seu processo de conscientização e organização avançar, a troca de experiências também contribui com a qualificação da análise e da ação política de base que estes grupos fazem, fato devido ao próprio contato e relação com a realidade concreta vivenciada pelos trabalhadores empobrecidos. Os trabalhadores da Ocupação Contestado, de maneira geral, não tiveram experiências educativas formais completas, ou seja, não percorreram o percurso formativo escolar convencional até o fim, salvo algumas exceções. A luta organizada e coletiva pela moradia qualifica o conhecimento destes sujeitos sobre a realidade concreta em que estão inseridos, configurando-se como processo pedagógico alternativo.

As nossas hipóteses acima apresentadas pressupõem uma concepção de educação em sentido amplo que orienta este trabalho. A experiência dos trabalhadores migrantes na ocupação engendra um processo educativo constituído por meio de suas trajetórias pessoais e coletivas, desde o momento em que percebem a impossibilidade de continuar produzindo a vida da forma como faziam, considerando o desemprego, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, o alto custo dos aluguéis, os problemas de saúde, as dificuldades de acesso dos filhos à escola, entre outros aspectos. A iniciativa de migrar, movida pela necessidade, compõe o processo educativo, pois pressupõe uma reflexão sobre as impossibilidades de permanência no seu local de origem e os fatores que contribuem para tal. A decisão (individual e coletiva) de ocupar uma área pressupõe a consciência de que com seus baixos salários e irregulares os trabalhadores não conseguirão pagar os aluguéis, quem dirá comprar uma casa. Daí por diante desencadeia-se um processo de luta e organização altamente educativo, que resulta não apenas em conquistas materiais (como a moradia), mas em aprendizados e em elementos de uma consciência de classe.

Neste sentido, a educação é fundamental no processo de superação da alienação, a qual é responsável pela desumanização e negação da essência humana, pela discrepância entre a vida dos homens no capitalismo e a sua consciência. Claro que a eliminação da alienação da consciência só é possível através da superação da alienação que se apresenta na vida concreta. Por isso, segundo Suchodolski (1976), a educação somente quando estiver unida à atividade revolucionária dos homens, conseguirá satisfazer as esperanças nela depositadas.

Nosso entendimento acerca da educação está fundado numa concepção de cultura e de história, de sociedade e do próprio homem, conforme Suchodolski (1976), com base na crítica que Marx e Engels fazem às relações sociais capitalistas que promovem a desumanização e, portanto, não contribuem para o pleno desenvolvimento humano.

(...) o papel da educação não deve fundamentar-se em algo utópico e alheio à realidade, como formação de um novo homem que deve construir um novo sistema social, mas exacta e cientificamente como formação do homem, adequada às necessidades e tarefas da sociedade socialista que se constitui e desenvolve. (SUCHODOLSKI, 1976, v.1, p. 17)



Segundo Coutinho (2007), “O Capital” de Karl Marx permanece sendo o mais qualificado instrumento para revelar o véu fetichista com que os contemporâneos teóricos neoliberais e pós-modernos almejam acobertar as novas e dramáticas contradições do capitalismo “globalizado”. Esta breve, mas complexa sentença, nos dá elementos do horizonte estratégico e da base metodológica, teórica e filosófica para avançarmos na análise de como se constitui a experiência educativa de trabalhadores/as migrantes na Ocupação Contestado. Revelando aspectos importantes da especificidade da situação de vida dos migrantes na Ocupação, em articulação com a totalidade dos processos de expropriação e exploração da classe trabalhadora.

É preciso alcançar a origem do objeto de pesquisa para além de sua aparência, buscando compreender as múltiplas determinações do fenômeno. Assim, procuramos contribuir na construção de um campo de estudos sobre a questão da migração, articulada às transformações no mundo do trabalho e à educação, tendo como referência o materialismo histórico e dialético e considerando a problemática no contexto da luta de classes. Para tal, seguimos a orientação de Marx e sua produção teórica e militante, partindo sempre da materialidade.

Meu método dialético não só é fundamentalmente diverso do método de Hegel, mas é, em tudo e por tudo, o seu reverso. Para Hegel o processo do pensamento que ele converte inclusive em sujeito com vida própria, sob o nome de ideia, é o demiurgo do real e este, a simples forma externa em que toma corpo. Para mim, o ideal, ao contrário, não é mais do que o material, traduzido e transposto para a cabeça do homem. (MARX, 1968, p.16).

A questão do método não é simples, não há um manual deixado de herança por Marx aos pesquisadores críticos. É preciso um olhar geral e criterioso sobre o conjunto da obra do filósofo da práxis para que possamos compreender este instrumento de análise da realidade. José Paulo Netto na “Introdução ao estudo do método de Marx” nos ajuda a entender com clareza tal reflexão:

É importante observar que, considerando o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica (Lukács, 1979): por isso, o seu interesse não incidia sobre um abstrato "como conhecer", mas sobre "como conhecer um objeto real e determinado" – Lenin aliás, sustentava, em 1920, que o espírito do legado de Marx consistia na "análise concreta de uma situação concreta". O mesmo Lenin, uns poucos anos antes, já compreendera que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como o fizera Hegel): importava-lhe a lógica de um objeto determinado - descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto; é lapidar a conclusão lenineana: “[...] Marx não deixou uma Lógica, deixou a lógica d'O capital" (Lenin, 1989, p. 284). (NETTO, 2011, p.28).

Apresentada a base filosófica e científica de nossa análise, vejamos algumas observações sobre uma categoria central para o avanço de nossos objetivos, e que compõe o núcleo de nossa análise, nos permitindo a articulação das demais categorias centrais em nosso estudo (expropriação/migração/ocupação). Refiro-me à categoria experiência teorizada por Thompson. Segundo o historiador inglês:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras (...) Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe

novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1978, p. 200).

Há um entendimento muitas vezes equivocado da categoria experiência em Thompson, o historiador é mal interpretado tanto por marxistas dogmáticos como distorcido e aparelhado por teóricos “pós-modernos ou pós-estruturalistas”. Entretanto, houve aqueles que compreenderam sua obra e souberam colocá-la num lugar ímpar do que pode ser chamado de pessoas extraordinárias. Hobsbawm fez colocações certas quando da morte do historiador marxista inglês E. P. Thompson:

A obra de Thompson combinou paixão e intelecto, os dons do poeta, do narrador e do analista. Ele foi o único historiador que eu conheci que tinha não apenas talento, brilho, erudição e o dom de escrever, mas a capacidade de produzir algo qualitativamente diferente do resto de nós, não para ser medido na mesma escala. Deixe-nos simplesmente chamar isso de gênio, no sentido tradicional da palavra. Nenhuma de suas obras maduras poderia ter sido escrita por outra pessoa. (HOBSBAWM, 2017, p.2).

Moraes e Muller (2003), no texto “História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação”, em diálogo com o próprio autor, trazem uma questão sobre a categoria de experiência, a nós indispensável:

Thompson (1981a, p. 405-406) distingue entre experiência I experiência vivida – e experiência II – experiência percebida. Muitos epistemólogos e sociólogos contemporâneos, diz Thompson, quando ouvem a palavra “experiência” identificam-na imediatamente à experiência II, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como consequência, afirmam que a “experiência II” é um meio imperfeito e falsificador, corrompido por interferências ideológicas. Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. (MORAES e MULLER, 2003 p. 329).

Compreendemos que a categoria experiência é central para o avanço de uma análise que procure articular metodologicamente, a partir da filosofia da práxis, as conexões entre os processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração, a questão da migração e o fenômeno das ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto. O objetivo é apreender a experiência (não em si, mas enquanto experiência humana forjada a partir da luta de classes) de um grupo de trabalhadores migrantes que compõe uma ocupação, compreendendo-a como expressão de uma totalidade, ou seja, a experiência de uma classe que desde os primórdios do capitalismo tem sido expropriada dos meios de produção da vida, explorada por meio da extração da mais-valia e submetida a uma condição de vida miserável, o que a leva a migrar e ocupar.

A metodologia desta pesquisa se utiliza da história oral,<sup>3</sup> visando apreender a experiência de trabalhadores migrantes que vivem na Ocupação Contestado, por meio de entrevistas, assim como observação e participação em atividades da rede de apoio. É importante lembrar que já venho acompanhando a Ocupação desde o ano de seu surgimento (2012), por meio da rede de apoio e por motivo da pesquisa de TCC. Também tenho acompanhado as novas ocupações de trabalhadores que ocorrem na região da Grande

---

<sup>3</sup> Sobre a história oral, ver: BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Florianópolis, como a Ocupação Marielle Franco, no Maciço do Morro da Cruz. Seu nome é uma homenagem à vereadora carioca, quadro de destaque do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), executada junto com o motorista Anderson Gomes, segundo investigação policial, por milicianos na cidade do Rio de Janeiro. Moradora da favela da Maré, Marielle se tornou uma referência nacional e internacional para as lutas dos movimentos sociais.<sup>4</sup> Militante das causas das mulheres, contra o racismo e a homofobia, defensora das pautas dos trabalhadores moradores das áreas cariocas mais pobres, exploradas e oprimidas pela violência policial, sua morte é a expressão da barbárie do estado burguês, mas não só isso, sua luta que avançou em diversas frentes revela os caminhos que a classe trabalhadora terá que percorrer para a libertação da exploração e opressão. Sua experiência nos dá força para seguir na luta e faz lembrar da revolucionária socialista Rosa Luxemburgo, executada em crime político junto de seu companheiro Karl Liebknecht, quando a fundadora do Partido Comunista Alemão (1919) nos mostrava o horizonte estratégico que deve motivar a classe trabalhadora: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.” A partir deste horizonte, seguiremos aprofundando as questões aqui apresentadas ao longo da exposição desta pesquisa.

Realizamos um balanço bibliográfico sobre as categorias orientadoras da pesquisa: expropriação/exploração, migração, ocupações urbanas e educação. Edificaremos nossa análise com base principalmente nos seguintes autores: MARX e ENGELS (1998); THOMPSON (1978); HOBBSAWM (2017); SUCHODOLSKI (1976); HARVEY (2013); FONTES (2010); VENDRAMINI (2018); QUEIROZ (2018); DAVIS, SAFATLE e ALI (2013); MACHADO (2017); MARICATO (2004 e 2015); REIS (2015); BOULOS (2018); DALMAGRO (2018). Tais teóricos transitam em sua maioria pelas categorias centrais da pesquisa. Deste modo, contaremos com suas contribuições de forma dialógica ao longo da análise, tendo em vista que as próprias categorias se constituem de forma interdependentes, guardadas as devidas proporções e determinações.

---

<sup>4</sup> “Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Marielle se formou pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas. Mari dizia que ocupar a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam. Vamos defender e espalhar a sua memória para que mais Marielles possam surgir e mudar a realidade em que vivemos.” (Informação disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>).

A pesquisa de campo foi realizada na Ocupação Contestado, com base na observação, na realização de entrevistas com trabalhadores migrantes. Pretendíamos realizar, juntamente com as lideranças da Ocupação e uma equipe de apoio/pesquisa, uma atualização do senso socioeconômico da ocupação, porém, devido à sua complexidade e demanda logística, bem como disponibilidade da equipe envolvida, o senso não foi concluído. Assim, neste momento não será possível a divulgação dos dados na sua totalidade. Pretendemos elaborar um artigo para disponibilização dos dados que forem coletados, articulando-os com os dados e análises apresentados neste texto de dissertação. Por ora, tomaremos como parâmetro dados levantados no censo anterior. Levantamentos extraoficiais indicam que o número atual de migrantes na ocupação se aproxime a 70%. Do conjunto total de trabalhadores que iniciaram o movimento, houve uma alteração de cerca de 25%, de 120 a 130 famílias moram atualmente na Ocupação Contestado.

Fiz uma primeira inserção oficial no campo de estudos, onde verifiquei a possibilidade de concretização da pesquisa. Nesta ocasião procurei uma das lideranças da ocupação para apresentar nosso projeto de pesquisa. A participação na rede de apoio e a parceria já feita dos trabalhadores do movimento com professores e estudantes da UFSC e da UDESC, em outras pesquisas e no auxílio à ocupação, favoreceram a confirmação da realização do trabalho.

Ao longo do processo de investigação no campo de pesquisa, contamos com o auxílio e a mediação de Priscila (nome fictício), uma das lideranças da Ocupação Contestado. Sempre prestativa esta trabalhadora migrante teve uma participação fundamental para a realização do trabalho de campo. Mesmo com as dificuldades do cotidiano, não mediu esforços para colaborar com nosso trabalho. Priscila nos explicou a atual situação e condição da Ocupação Contestado. Articulou as entrevistas e nos acolheu na ocupação de forma camarada e fraterna. Sua família também prestou um apoio impar para a materialização desta pesquisa. Contamos com apoio técnico e logístico do mestrando do PPGE/UFSC Luiz Paiva, que também é membro da rede de apoio da ocupação, este auxiliou no deslocamento até o campo de pesquisa, na mediação com as lideranças da ocupação e na coleta do material sonoro das entrevistas.<sup>5</sup>

Foram realizadas quatro entrevistas com trabalhadoras migrantes na Ocupação Contestado, além de constantes conversas informais sobre a experiência individual e coletiva dos sujeitos na construção do movimento. Todas as pessoas entrevistadas nos receberam em suas residências com simpatia e boa vontade. Espontaneamente nos ofereceram café, água e

---

<sup>5</sup> A rotina do trabalho de campo iniciava com o deslocamento até a ocupação, por volta das 7:00 horas da manhã. Assim que chegávamos nos dirigíamos para casa de Priscila, liderança da ocupação que mediu nossa inserção no campo, como já mencionamos. Sempre ficávamos cerca de 1:30h a 2 horas em sua residência. Neste meio tempo Priscila nos oferecia café, atualizava informações sobre os acontecimentos políticos e conjunturais do movimento e nos ajudava a selecionar o próximo trabalhador migrante a ser entrevistado. Ao mesmo tempo dava atenção aos filhos, às tarefas da casa e às demandas cotidianas da reprodução da vida social em uma ocupação urbana. Estes períodos na casa de Priscila e de sua família nos permitiram acompanhar a resolução de alguns problemas, como por exemplo a distribuição de cestas básicas realizadas por membros da ocupação que participavam de uma igreja evangélica da região. Auxiliei em outra ocasião na preparação de uma festa junina que aconteceria no local, experiência que me proporcionou estreitar os laços de amizade e solidariedade com os trabalhadores.

os alimentos da casa. Cada entrevista teve a duração de cerca de 2 horas. Quando transcritas variaram entre 15 e 20 páginas, rendendo um material extenso e complexo para análise. O trabalho empírico no campo por meio das entrevistas e das atividades de apoio, além de criar as condições para a realização da pesquisa, proporcionou compartilhar experiências com os trabalhadores da Ocupação Contestado e contribuiu com minha própria formação intelectual.

Foi realizada ainda uma quinta entrevista quando da realização do seminário “Ocupações Urbanas e Direito à Moradia”, nos dias 27 e 28/04 de 2019, na UFSC. A atividade mobilizou acadêmicos, militantes, estudiosos e interessados pela questão, assim como apoiadores da luta dos trabalhadores sem-teto, da reforma agrária e urbana. Na ocasião pude entrevistar um dos palestrantes, um membro da coordenação nacional do MST. Militante histórico da luta pela terra no estado de Santa Catarina, o dirigente nacional do MST fez uma síntese da relação entre o processo da reforma agrária no Brasil em articulação com o problema da migração, do déficit habitacional e das lutas por moradia por meio das ocupações urbanas. A entrevista com o dirigente do MST contribuiu para avançarmos na resolução da problemática contida em nosso objeto de pesquisa, confirmando algumas de nossas hipóteses e apontando tendências históricas e estratégias de luta potencialmente capazes de colaborar na superação dos problemas da migração forçada, da propriedade privada e da habitação urbana.

A dissertação está estruturada em dois capítulos. No primeiro abordamos os processos de expropriação originários e contemporâneos, em associação com a exploração, responsáveis pela migrações e ocupações urbanas. O problema da moradia e as ocupações constituem o foco da análise. No capítulo dois analisamos a experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado, em São José/SC, desde a sua constituição, em 2012, até a atualidade. O foco está na trajetória e condições de vida dos migrantes da ocupação, bem como na sua experiência política e educativa. No apêndice apresentamos, além do roteiro das entrevistas, uma sequência de imagens fotográficas intitulada: A história da Ocupação Contestado - cotidiano, experiência e luta.

## CAPÍTULO 1

### PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÕES URBANAS E A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO

Existe uma articulação dialética entre os processos históricos de expropriação e exploração que permeiam os movimentos migratórios e as ocupações urbanas de trabalhadores sem teto, que lutam de forma organizada e coletiva pela moradia e pelo direito à cidade. O elo entre estes fenômenos sociais compõe uma totalidade. Não podemos chegar à essência do problema da habitação no Brasil se não compreendermos sua conexão com os processos de expropriação, os quais retiram dos trabalhadores os meios de produção e reprodução da vida. Tal processo também responde pelo movimento migratório, no qual trabalhadores e suas famílias são forçados a migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Quando trabalhadores expropriados migram ou ocupam uma área, seja de forma individual ou coletiva, vemos surgir práticas sociais ligadas à produção e a reprodução da vida. O migrante e o sem-teto fazem movimentos de certa forma semelhantes. Tanto um quanto o outro se movem por necessidade. Em um movimento dialético são ao mesmo tempo expropriados e potencialmente agentes coletivos de uma classe social que pode ocupar aquilo que a burguesia se apoderou de forma violenta. Marx (2004) revela uma tendência importante para avançarmos em nossa investigação. No processo contraditório de expansão e acumulação do capital, “*Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriados serão expropriados.*” Vemos assim na ação coletiva de ocupação da propriedade privada uma confirmação desta tendência. O par dialético expropriação x ocupação revela a luta de classes. Com maior ou menor consciência, quando a classe trabalhadora migra e ocupa se desenvolve o processo histórico apontado como tendência pelo autor do Capital. Iremos aprofundar esta reflexão neste capítulo.

#### 1.1. Os processos de expropriação históricos e contemporâneos

Para entendermos como se constitui a experiência de produção e reprodução da vida de trabalhadores e trabalhadoras migrantes da Ocupação Contestado, em São José-SC, diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração, tomamos como ponto de partida a origem da questão, situada na constituição do capital.<sup>6</sup> No contexto histórico anterior à consolidação do capitalismo, os camponeses tinham acesso aos meios de subsistência e, em certa medida dos meios de produção, viabilizando a reprodução de suas vidas. Para que os trabalhadores vendessem sua força de trabalho, era preciso que estes já não

---

<sup>6</sup> Apesar do capitalismo ter entre suas características a adaptação e comportar em sua história, alterações em sua forma, como o fordismo, o toyotismo e a financierização, seu conteúdo permanece inalterado. A propriedade privada dos meios de produção, a extração da mais valia e a violência de classe seguem vigentes.

possuísem mais nada, ou seja, fossem livres dos meios e instrumentos de produção da sua existência. Foi necessário, assim, separar os produtores dos meios de produção. Expropriá-los. Este processo histórico se desenvolveu a partir da Inglaterra, espraiando-se aos demais países do ocidente, com maior ou menor velocidade e características diversas, dependendo do estágio em que as transformações sociais ocorridas na época pré-capitalista se encontravam em cada região. No caso brasileiro, tal processo se deu tardiamente (nos primórdios do século XX) e de forma dependente. Não houve uma ruptura radical com as antigas classes dominantes, e sim um arranjo transitório, feito “por cima”, mas com evidente e significativa pressão e luta social da classe trabalhadora.

Vimos edificando esta problemática com base na obra de Karl Marx, em especial, o Capítulo 24, volume II de O Capital, “A chamada acumulação primitiva”. Procuramos compreender as transformações no mundo do trabalho neste período, condição determinante para analisar a questão da migração e como se constituiu a experiência da produção e reprodução da vida nestas condições, estabelecendo conexões com o fenômeno social das ocupações urbanas modernas. Seguindo esta linha, tomamos também como referência teórica as obras de David Harvey, E. P. Thompson, Virgínia Fontes e de um conjunto de autores marxistas que através das categorias de experiência, expropriação/exploração, migração, trabalho e educação, criam as condições para avançarmos em nossos objetivos de pesquisa.

O ponto de vista sobre o qual abordamos o problema é o da luta de classes. “A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas.” (MARX, 1848, p.2). A partir das experiências vivenciadas de cada classe, vai se desenvolvendo a consciência das mesmas. É impossível pensar que os camponeses, após serem expulsos da terra, não passassem a estranhar, a se indignar e a reagir às leis que cercaram as terras comunais.<sup>7</sup> Este processo gerou transformações com maior ou menor velocidade e abrangência em todo seu modo de vida. Seus costumes, práticas, formas e maneiras de reproduzirem suas vidas e de interpretá-las. Ou seja, impactou de maneira transformadora a cultura de um indivíduo ou de um coletivo de pessoas. Suas táticas e estratégias de sobrevivência, resistência, mobilização, organização e lutas sociais estão inseridas neste processo histórico.

Para que a burguesia ascendente consolidasse seu modo econômico de produção, era preciso que as grandes massas produtoras estivessem expropriadas (condição para a exploração e opressão), restando-lhes apenas a alternativa da venda da força de trabalho.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1970, p. 830).

---

<sup>7</sup>Sobre isso, ver o texto: “Economia moral da multidão”, de E. P. Thompson: Costumes em comum. Trad. de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Esta expropriação, chamada de acumulação primitiva, gerou indignação e inquietação das massas camponesas, pois tal movimento rompia radicalmente com seus costumes e tradições de vida e trabalho. Assim, à medida que a expulsão das pessoas das terras ia avançando, dialeticamente também aumentava o inconformismo com tal situação. As lutas e as experiências de resistência vivenciadas pelos desapropriados geraram aprendizados. As mobilizações também eram processos educativos. A consciência de classe dos trabalhadores expropriados ia se constituindo através das suas experiências e organização.

No que se refere ao segredo da acumulação original, afirma Marx:

O produtor imediato, o trabalhador, só podia dispor da sua pessoa a partir do momento em que deixara de estar preso à gleba e de ser servo e vassalo de uma outra pessoa. Para se tornar vendedor livre de força de trabalho, o qual leva a sua mercadoria a toda a parte em que ela encontra um mercado, ele tinha além disso de ter escapado ao domínio das corporações, às suas ordenações sobre aprendizes e oficiais e aos preceitos de trabalho inibitivos. Com isto surge o movimento histórico que transforma os produtores em operários assalariados, por um lado como a libertação destes da servidão e da coação das corporações; e só este lado existe para os nossos historiógrafos burgueses. Mas por outro lado estes recém libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois de lhes serem roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. E a história desta sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo. (MARX, 1970, p. 848)

Tal afirmação de Marx nos ajuda a entender a relação que as transformações no mundo do trabalho, determinadas pela decadência da sociedade feudal e as necessidades produtivas da nova ordem, tem com o movimento de expropriação dos camponeses e com o movimento migratório. Podemos perceber o nascimento dos operários assalariados e o fim dos produtores comuns do período feudal. A reconfiguração das relações de trabalho está dialeticamente condicionada à expulsão dos produtores da terra. Tal processo histórico foi extremamente violento e brutal, contradizendo os registros da história oficial, ignorado por boa parcela dos historiadores burgueses, ora por sua própria condição de classe, ora por incompetência<sup>8</sup>.

No âmbito jurídico, é importante ressaltar a legislação sangrenta contra os expropriados, desde o fim do século XV, e as leis para o rebaixamento dos salários. A criminalização da pobreza e daqueles que sofrem a imposição de um modo de vida miserável é percebida desde o período histórico em que se germinava a sociedade burguesa. Foram necessárias leis rígidas, autoritárias e penas violentas para que o nascente proletariado se enquadrasse ao tempo e à disciplina do trabalho impostos pela nova ordem.

---

<sup>8</sup> Os movimentos da reforma religiosa na Inglaterra também impulsionam as expropriações. Vejamos o que Marx revela sobre esta questão: “O processo violento de expropriação da massa do povo no século XVI recebeu um novo impulso terrível da Reforma e, na sequência desta, do roubo colossal das propriedades da Igreja. A Igreja católica era, ao tempo da Reforma, proprietária feudal de uma grande parte da terra inglesa. A supressão dos conventos, etc, atirou os habitantes destes para o proletariado. As próprias propriedades da Igreja foram em grande parte oferecidas a favoritos reais repassadas, ou vendidas a um preço irrisório a rendeiros e cidadãos especuladores que expulsavam em massa os velhos subfeudatários hereditários e juntavam as suas explorações numa só. A propriedade, garantida por lei aos rurais empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja foi confiscada secretamente.” (MARX, 1970, p.840).



Se analisarmos a sociedade contemporânea, e a própria realidade brasileira, perceberemos, em eventos recentes, como a intervenção militar no Rio de Janeiro, a discriminação dos migrantes (no caso da migração, as leis variam conforme as necessidades históricas do capital) e a repressão aos movimentos sociais, que o entendimento jurídico vigente é estruturado a partir dos interesses de classe da burguesia. Observemos a seguir fragmentos do início desta história:

Os expulsos por dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e por sanções da terra, este proletariado fora-da-lei não podia, possivelmente, ser absorvido pela manufatura nascente tão rapidamente quanto era posto no mundo. Por outro lado, estes [homens] subitamente catapultados para fora da sua órbita de vida habitual não se podiam adaptar tão subitamente à disciplina da nova situação. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, na maioria dos casos por constrangimento das circunstâncias. Daqui, no fim do século XV e durante todo o século XVI, em toda a Europa ocidental, uma legislação sangrenta contra a vagabundagem. Os pais da classe operária atual foram, antes do mais, castigados pela transformação, a que foram sujeitos, em vagabundos e pobres. A legislação tratava-os como criminosos «voluntários» e pressupunha que dependia da boa vontade deles que continuassem a trabalhar nas velhas condições que já não existiam mais. (MARX, 1970, p. 848).

A gênese do rendeiro capitalista é outra questão indispensável a ser destacada. A expropriação dos trabalhadores rurais, em um curto prazo, só gera os grandes proprietários de terra. A figura do rendeiro vai se consolidando em um processo de longa duração. Estes movimentos históricos são variados, como vemos abaixo:

Em Inglaterra, a primeira forma do rendeiro é o bailiff, ele próprio servo. A sua posição é semelhante à do villicus da Roma antiga, só que numa esfera de ação mais estreita. Durante a segunda metade do século XIV, foi substituído por um rendeiro que o landlord provia de sementes, gado e utensílios agrícolas. A sua situação não é muito diversa da do camponês. Só que ele explora mais trabalho assalariado. Em breve se torna métayer, semi-rendeiro. Ele avança uma parte do capital agrícola, o landlord a outra. Ambos partilham o produto total em proporção contratualmente determinada. Esta forma desaparece rapidamente em Inglaterra, para dar lugar à do rendeiro propriamente [dito], que valoriza o seu próprio capital pelo emprego de operários assalariados e paga uma parte do sobre produto, em dinheiro ou in natura, ao landlord como renda fundiária. (MARX, 1970, p. 856).

No que tange à retroação da revolução agrícola sobre a industrial, e a edificação do mercado interno para o capital industrial, é correto afirmar que a expropriação e expulsão de uma parte do povo do campo não deixa apenas livres para o capital industrial, juntamente com os operários, os seus meios de vida e o seu material de trabalho, cria o mercado interno. Os processos históricos que transformaram os trabalhadores rurais em proletários urbanos vão dialeticamente se desenvolvendo sobre as relações sociais que criam o mercado interno.

A gênese do capitalista industrial está articulada à descoberta de metais preciosos na América, escravidão, pilhagem das índias orientais, exploração na África e Ásia, as guerras comerciais entre as nações europeias no período do mercantilismo, conquista de novos territórios, ao avanço tecnológico e à capacidade de exploração de força de trabalho barata, entre outras questões. Vejamos algumas constatações a respeito deste processo que nos ajudam a revelar as determinações que agem sobre a questão histórica da migração:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue sê-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. Inicia-se com a revolta dos Países Baixos contra a Espanha, toma contornos

gigantescos na Inglaterra com a guerra antijacobina e prolonga-se ainda na guerra do ópio contra a China, etc. (MARX, 1970, p. 858).

A tendência histórica da acumulação capitalista tem na centralização de capitais um fator determinante. No período de desenvolvimento das estruturas que possibilitaram a edificação do modo de produção capitalista, já se colocavam as disputas radicais por mercado. A participação cada vez maior das diversas forças produtivas da sociedade é crescente. O processo produtivo vai paulatinamente se socializando, ao contrário da riqueza, que vai ficando mais concentrada, gerando uma contradição interna no processo. A pobreza vai se acentuando, e com ela as lutas sociais entre as classes antagônicas. Na medida em que o capitalismo vai se desenvolvendo, vão surgindo os monopólios, que minam a livre concorrência. As contradições no interior da sociedade burguesa e no modo de produção capitalista tendem a levar o sistema à crises, criando a necessidade de uma revolução social. Observemos o que Marx aponta neste sentido:

Esta expropriação completa-se pelo jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Um capitalista mata sempre muitos. De braço dado com esta centralização ou com esta expropriação de muitos capitalistas por poucos, a forma cooperativa do processo de trabalho desenvolve-se numa escala sempre crescente; [desenvolve-se] a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas comunitariamente, a economia de todos os meios de produção através do seu uso como meios de produção de trabalho combinado, social, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com o número continuamente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe operária, sempre a engrossar e instruída, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que com ele e sob ele floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu invólucro capitalista. Este é rompido. Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados. (MARX, 1970, p. 874).

Desde Lenin (1917) sabemos que o imperialismo é a fase superior do capitalismo, e que tem em sua essência o caráter monopolista. Tal revelação realizada pelo revolucionário comunista é importante para avançarmos na compreensão das expropriações contemporâneas, visto que nosso objeto de pesquisa ocorre no tempo presente. Harvey (2009), empenhado em investigar a lógica do capital na contemporaneidade, faz uma análise de envergadura teórica que nos ajuda a compreender a atual dinâmica do modo de produção capitalista, destacando como o mesmo se desenvolve na atualidade em relação ao processo histórico:

A continuação e proliferação daquelas práticas de acumulação que Marx chamou de acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’, na fase de ascensão do capitalismo. Elas incluem a comoditização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas (como no México e na Índia, em tempos recentes); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva. (HARVEY, 2009, p.18).

Fontes (2010), na obra “O Brasil e o Capital-imperialismo”, em sintonia com Marx, Lenin, Gramsci, nos permite notar a complexidade das questões que envolvem os processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração. O conceito de capital-

imperialismo resumidamente tem as seguintes características: concentração da propriedade, expropriações, redes de dominação, encapsulamento do trabalho e garantia de circulação do capital. (FONTES, 2010). A historiadora e professora marxista chega à seguinte conclusão:

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua conseqüente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão. Como já lembramos anteriormente, nem sempre a expropriação resulta imediatamente na relação capital trabalho, podendo também descambar para modalidades híbridas ou mesmo meramente de rapina. Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade. Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados. (FONTES, 2010, p.89).

As expropriações contemporâneas se intensificaram após o fim da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS). É verdade que a Revolução Russa foi um evento histórico permeado de acertos e erros, entretanto é fato que o estado de bem-estar social e todos os direitos a ele associado foi em grande medida uma resposta à experiência socialista capitaneada pelos revolucionários russos, que vinha se consolidando na esfera econômica mundial como uma alternativa à exploração capitalista. Com o término da experiência soviética, a burguesia moderna viu um espaço no âmbito da macroeconomia, que esteve em disputa direta no bojo dos processos revolucionários, deflagrados após os eventos de 1917 na Rússia. Este movimento estratégico por parte dos capitalistas implicou e implica no aprofundamento da expropriação dos meios de produção e subsistência. A nova fase de expropriação e exploração veio embasada ideologicamente pela política neoliberal. Ao longo do século XX a classe trabalhadora se apropriou parcialmente de uma pequena porcentagem de recursos culturais, políticos e econômicos. Esse processo não foi linear, e nem seguiu um ritmo progressivo e uniforme, ele variou em sintonia com questões históricas e o grau de organização política e as necessidades de produção e reprodução da vida, que se entrelaçavam e condicionavam a luta de classes em cada região e localidade. Tais colocações se fazem pertinentes para compreendermos os elementos históricos que se articulam e compõem os processos de expropriação e exploração na experiência social rumo à libertação da classe trabalhadora.

Os processos de privatização, mercantilização e as supressões de direitos sociais e trabalhistas são expressões dessas expropriações contemporâneas, revelando-se como um dos principais meios de atualização da reprodução capitalista. Essas expropriações, em geral, além de ser objeto de violências as mais diversas, são também a matéria-prima de manipulações ideológicas, com o objetivo de naturalizar os meios de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores. A educação pública, a renda na inatividade ou na interrupção temporária do trabalho (benefícios e aposentadorias) e a saúde, por exemplo, transitam da esfera dos direitos para a da oferta de serviços privados e mercantis, por vezes considerados complementares ou suplementares aos serviços públicos, como expressão das expropriações contemporâneas que afetam as classes trabalhadoras e subalternas. Sob os auspícios do Estado, o capital com o aporte do capital financeiro expande a capitalização e a mercantilização dos serviços sociais, transformando-os em negócios lucrativos que alteram o acesso de homens e mulheres a estes serviços, nessa quadra histórica. Recordamos que o surgimento da grande indústria e da sociedade urbano-industrial compôs o ambiente no qual os trabalhadores se organizaram e politizaram suas necessidades e carências, transformando-as em questão pública e coletiva. Por força das suas lutas sociais,

algumas de suas necessidades e de suas famílias passaram a ser socialmente reconhecidas pelo Estado, dando origem às denominadas políticas de proteção social públicas, ancoradas em direitos e garantias trabalhistas e sociais, vindo a constituir, nos países centrais, o chamado Estado Social. (MOTA, 2017, p.32)

Tais elementos são premissas importantes para avançarmos na compreensão da relação dialética entre os processos de expropriação/exploração, a questão da migração e as lutas da classe trabalhadora por terra, trabalho e moradia, postas em prática por meio das experiências de ocupação. Após apontarmos elementos importantes sobre a acumulação primitiva e o processo de expropriação dos camponeses, no período conhecido como pré-história do capitalismo, assim como os processos contemporâneos de expropriação, vejamos os impactos que a apropriação privada da terra, por parte da classe economicamente dominante, teve no Brasil.

Primeiramente, é preciso destacar que o capitalismo no Brasil se consolida tardiamente e de forma diversa. O país foi o último a acabar com a escravidão institucional, e o fez pressionado pela Inglaterra, que demandava a criação de um mercado internacional, fato incompatível com o regime escravista vigente. As lutas das pessoas escravizadas e dos abolicionistas foram imprescindíveis e centrais para a queda do sistema. A constituição dos quilombos também foi muito importante e fez parte do processo de ocupação de terras por explorados e oprimidos em nosso território<sup>9</sup>.

Assim como nos países centrais do capitalismo, em nossa região houve um processo violento de apropriação dos meios de produção, no período anterior à consolidação do capitalismo na região. Os povos originários que aqui viviam não se organizavam com base na propriedade privada. Suas relações com a terra estavam mais relacionadas ao uso para sobrevivência e habitação, tradições e costumes milenares. A chegada dos exploradores europeus teve um impacto catastrófico no modo de vida dos povos originários. A apropriação das terras foi voraz, mas não sem resistência. Os povos nativos lutaram e lutam até hoje para defender seus territórios e suas tradições econômicas e culturais<sup>10</sup>.

Avançando no processo histórico, vemos que a mercantilização da terra, em 1850, a partir da promulgação da Lei de Terras no Brasil, causou o envolvimento de milhares de pessoas em conflitos territoriais. Seja para adquirirem, seja porque foram expulsas e tiveram seu pedaço de chão grilado. Nesse contexto se desenvolveram confrontos que resultaram na morte de milhares de pessoas, como por exemplo, nas Guerras de Canudos e do Contestado, assim como nas disputas históricas envolvendo os povos Guaranis, quilombolas e ribeirinhos.

---

<sup>9</sup>“Ao longo dessas duas últimas décadas, as conquistas das comunidades remanescentes de quilombos expandiram-se também para o cenário internacional. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, assegura aos grupos e comunidades tradicionais o direito de se auto definirem. Em 20 de novembro 2003, o decreto 4.887 regulamentou o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas”. (Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>).

<sup>10</sup>“Hoje, no Brasil, vivem mais de 800 mil índios, representando cerca de 0,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Eles vivem em todo o território nacional, principalmente em 688 Terras Indígenas e em várias áreas urbanas. Há também 77 referências de grupos indígenas não-contatados, das quais 30 foram confirmadas.” (Disponível em: <http://www.funai.gov.br>).

A terra foi e continua sendo a protagonista de cruéis batalhas no Brasil, dada a sua extrema concentração<sup>11</sup>. Muitos camponeses já foram expulsos ou não conseguiram resistir produzindo sua existência. Em resposta a este processo, encontramos as históricas lutas pela terra no país, os movimentos sociais (como MST, MMC, MAB entre outros), bem como sua criminalização, revelada pelos altos índices de violência no campo<sup>12</sup>. Hoje, a expropriação segue ainda com a privatização de sementes, a biopirataria, o roubo de conhecimentos dos indígenas, associado com a negação ou retirada de direitos parcialmente conquistados.

## 1.2 O problema da moradia e as ocupações urbanas

A questão da moradia é analisada, compreendida e interpretada pelos teóricos marxistas de forma articulada com o a própria totalidade que compõe as relações sociais no capitalismo. Engels em uma série de artigos jornalísticos publicados no *Der Volksstaat* nos anos de 1872 e 1873, põe em xeque a teoria de Proudhon, e as análises enviesadas pela burguesia da época, sobre as questões acerca do problema de habitação vivenciado pela classe trabalhadora empobrecida. Já em seu tempo revelava elementos centrais do problema da moradia experimentado pelos trabalhadores no século XIX, suas razões e possíveis soluções. Engels percebera por meio de uma análise materialista histórica e dialética sobre a questão que *“já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real ‘escassez de moradia’*”. Passados praticamente 150 anos, tal realidade ainda vigora em grandes capitais mundiais. O processo de formação dos grandes aglomerados urbanos, mediado pela propriedade privada, provoca o aumento de aluguéis, a concentração de famílias em uma única moradia e, no limite, um conjunto de desabrigados. Engels explica que o problema não está na pouca quantidade de moradias, mas em sua distribuição. A luta histórica dos movimentos populares, em defesa da expropriação desses imóveis para destiná-los aos trabalhadores sem-teto, vem avançando por meio das ocupações. Entretanto, como Engels revela, o problema da moradia não poderá ser superado nos marcos do capitalismo. As reestruturações urbanas pelo capital não eliminam o infortúnio, fazem apenas com que reapareça em outro lugar. Favelas retiradas dos centros

---

<sup>11</sup> “Na raiz da desigualdade social está a concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em outras palavras, a área ocupada pelos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Um dos exemplos do grau de concentração de terras em nosso país é a área de 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio, coração do Pará, que o grupo CR Almeida, do empresário Cecilio do Rego Almeida, reivindica para si. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, esse é o maior latifúndio do mundo.” (Matéria jornalística de Fabiana Vezzali, disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-ao-Brasil/7/9946>).

<sup>12</sup> Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 2017 ocorreram 70 assassinatos no Brasil em decorrência de conflitos agrários, 15% a mais do que no ano de 2016. Os massacres nos estados da Bahia, Mato Grosso, Pará, e Rondônia concentraram a maioria das mortes. A comissão ainda destaca que a uma suspeita de ter ocorrido um massacre de indígenas isolados no estado do Amazonas.

urbanos e de regiões de alta valorização se reestruturaram de maneira espontânea ou organizada nas periferias.<sup>13</sup>

Boulos (2018), no artigo “Verdades e mentiras sobre os sem teto”, analisando os eventos ocorridos no desabamento do prédio no Largo do Paissandu (onde havia uma significativa presença de trabalhadores migrantes), no centro de São Paulo e a luta por moradia dos sem teto que ocupavam o local de forma organizada, relembra a precária situação atual da política nacional de habitação popular. São 6,35 milhões de famílias sem casa, de acordo com o IBGE. Na ausência de uma política pública eficaz, muitos trabalhadores não têm outras alternativas a não ser ocupar imóveis abandonados ou sobreviver nas ruas. Ninguém ocupa porque quer, mas por necessidade. Hoje, no Brasil, temos mais de 7 milhões de imóveis —terrenos e construções, contando as áreas rurais— abandonados, enquanto o déficit habitacional é de 6,35 milhões de famílias. Isso representa cerca de 10% das famílias brasileiras. Existe no Brasil mais casa sem gente do que gente sem casa. Segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), quase 85% das famílias sem moradia ganham até três salários mínimos e são as que mais sofrem com o gasto excessivo com aluguel. *“A verdade é que mais de 3 milhões de mães e pais de família precisam decidir todo mês entre pagar o aluguel ou sustentar seus filhos”*<sup>14</sup>

Tal permanência histórica é determinada em última instância por fatores econômicos que se articulam aos interesses de classe da burguesia. A falta de moradia, a expropriação continuada e a ausência do direito à cidade já poderiam estar superados. A humanidade possui tecnologia e condições materiais para tamanha tarefa histórica, entretanto, terra, habitação e construção ou reorganização de cidades em bases sociais, coletivas e solidárias, coloca em perigo as estruturas que criam as condições para a manutenção do modelo capitalista de produção e por consequência da atual classe dominante.

Há no Brasil a recorrência de ocupações de áreas urbanas consideradas de pouco valor econômico por parte da população trabalhadora. No limiar do século XX, por exemplo, observa-se o chamado processo de “favelização” nos principais centros urbanos. Essa prática de ocupação resulta de uma política de expropriação, exploração e expulsão tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, o que faz fortalecerem-se as lutas populares organizadas por setores da classe trabalhadora, do campo e da cidade, questionando o direito à propriedade privada especulativa e reivindicando a função social da terra, de forma direta ou indireta. A luta pela terra travada no setor rural vem, paulatinamente, sendo estendida às cidades, com táticas e estratégias que têm desconcertado o modo como os setores políticos e economicamente dominantes mais influentes vêm lidando com as questões que envolvem a ocupação fundiária urbana no Brasil. Em diversas cidades do país têm ocorrido ocupações, seja de áreas territoriais ou edificadas. No estado de Santa Catarina, podemos tomar como

---

<sup>13</sup> A partir da obra: ENGELS, Friedrich. Sobre a Questão da Moradia. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Da nota da editora e do texto assinado por Guilherme Boulos acerca da reedição do livro. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/sobre-a-questao-da-moradia-515>.

<sup>14</sup> Informação disponível em <http://psol50.org.br/guilherme-boulos-verdades-e-mentiras-sobre-os-sem-teto/>.

exemplo o caso da Ocupação Contestado, na cidade de São José, e da Ocupação Amarildo de Souza, em Florianópolis. Em ambos os casos vemos a participação de trabalhadores migrantes. É importante ressaltar também a migração que as duas ocupações mencionadas fizeram, ao serem obrigados a deslocarem as próprias ocupações de lugar, passando por áreas distintas dentro da Grande Florianópolis.

Sobre a caracterização histórica acerca da luta por terra e habitação no Brasil, que se desenvolve relacionada diretamente com os movimentos migratórios permanentes, é fundamental esclarecer que essa militância com recorte de classe e organizada, é fruto de uma luta que já há algum tempo tem sido colocada em prática no Brasil, desde a metade inicial do século XX, com as primeiras ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>15</sup> no interior do país. Este delegava aos quadros mais experientes as tarefas relacionadas ao trabalho de conscientização e organização dos camponeses, tendo no horizonte a estratégia de união entre os movimentos do campo e da cidade. Essa ação política era conhecida como “trabalho de base”. Tal movimento contribuiu na criação de organizações camponesas, como por exemplo, a Liga de Iputinga entre 1945 e 1947, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) em 1955 – esta última veio a ser conhecida como Liga Camponesa e, ainda, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963. (SILVA, 2015).

Os movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária foram fortemente abalados com o golpe instaurado pelos militares no ano de 1964 e que contou com apoio de amplos setores civis e empresariais do Brasil e do exterior. O governo militar-empresarial privilegiou, no que tange à questão da habitação urbana, os setores sociais médios, e naquilo que se refere ao setor rural, garantiu às oligarquias latifundiárias a manutenção de seus privilégios<sup>16</sup>. Com o processo de luta pela redemocratização foram ganhando força e avançando novamente as lutas pela terra. Nesse momento se consolida uma nova organização camponesa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oficialmente criado no ano de 1984. Contando com setores católicos ligados à teologia da libertação, sindicatos de oposição,

---

<sup>15</sup>“A trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 25 de março de 1922, é parte constitutiva da história do Brasil. Se, na sua gênese, convergiram os ideais libertários do nascente proletariado, no seu desenvolvimento e consolidação foram sintetizados os processos de maturação de uma organização política que buscava (e ainda busca até hoje) conjugar em suas fileiras os mais destacados dirigentes das lutas dos trabalhadores e representantes da intelectualidade e da cultura brasileira. Quando se tornou um verdadeiro partido de dimensões nacionais, no imediato pós-guerra, o PCB revelou-se como a instância de universalização de uma vontade política que fundia o mundo do trabalho com o mundo cultural. Intelectuais do porte de Astrojildo Pereira (um de seus fundadores), Caio Prado Jr., Graciliano Ramos e Mário Schenberg, entre outros, vinculavam-se a projetos e perspectivas que tinham nas camadas proletárias o sujeito real da intervenção social.” (Disponível em: [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)).

<sup>16</sup> “A atuação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC no estado catarinense, na década de 1960, durante a ditadura militar brasileira, culminou numa “antirreforma agrária”, diz Gert Schinke, autor de O golpe da reforma agrária (Florianópolis: Insular, 2015)”. (Ver entrevista completa disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/548341-a-fraude-da-reforma-agraria-em-santa-catarina-entrevista-especial-com-gert-shinke>).

intelectuais de esquerda e trabalhadores e trabalhadoras do campo, o movimento luta por reforma agrária.

Desde a segunda metade da década de oitenta, os sem-terra constroem uma identidade social com o chamado MST. Por meio de inúmeras ocupações, em áreas consideradas improdutivas, espalhadas inicialmente na região sul, e alastrando-se posteriormente por todo o país, por meio de diversos tipos de mobilizações (ocupação de prédios públicos, caminhadas e manifestações), os desamparados da terra do início do movimento transformam-se em um sujeito político nacionalmente conhecido e reconhecido. Este consiste em um movimento social de novo tipo que se organiza na luta incessante para sobreviver com o próprio trabalho, o que exige a confrontação política com a classe latifundiária e com o Estado guardião dos privilégios das classes proprietárias. (VENDRAMINI, 2002, p.2).

As expectativas trazidas com a Constituição de 1988 logo se confrontaram com os interesses econômicos e ideológicos ligados à política neoliberal, que vinha buscando enraizar-se no Brasil. Esta vinha sendo implementada pela burguesia dependente brasileira, que via seus interesses condicionados aos da burguesia internacional e imperialista. Os efeitos desses interesses e políticas se notam na questão habitacional frente à especulação imobiliária, sobretudo com o desalojamento de famílias de áreas ocupadas, o que nos leva à problematização sobre a permanência de estratégias promovidas por políticas segregacionistas do regime ditatorial. Há um processo de higienização e criminalização das localidades pobres consideradas como favelas, vilas e periferias, diante da supervalorização de áreas caracterizadas como economicamente atrativas na cidade. O que se vê, com a posse de políticos de ideologia neoliberal, os quais defendem interesses opostos aos da maioria da população, é a manutenção do segregacionismo urbano, impedindo a obtenção fundiária por parte dos desfavorecidos, sobretudo em virtude do lucro derivado da especulação imobiliária. O acúmulo desses fatores praticamente impede que os mais pobres adquiram uma casa própria, podendo, se enquadrados nas exigências econômicas, obter um financiamento de 20, 30 ou 40 anos, e aqueles que conseguem tal financiamento passam boa parte da vida pagando com altos juros, submetendo-se à lógica do mercado financeiro.

O MST já apontava em suas primeiras formulações estratégicas a tática das ocupações de terras como uma forma central de luta pela reforma agrária, por meio da ação direta e coletiva. No entanto, foi no ano de 2011 que a tática de ocupação avançou para novos espaços, ganhando um significado próprio e toda uma estética, sendo utilizada por diversos setores da classe trabalhadora, golpeados pelas expropriações contemporâneas, “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito.” (HARVEY, 2008).

As contradições do capitalismo ficaram mais acentuadas nesse período, criando as condições objetivas e subjetivas para uma série de revoltas populares, que tiveram seu estopim no Norte da África, na Tunísia, quando um vendedor informal de frutas, na rua, incendiou o próprio corpo em protesto à retirada de seus produtos por parte da fiscalização estatal. Esse ato político foi “a gota d’água”, impulsionando um movimento de massas sem precedentes na história do país. Era o começo da Primavera Árabe. Em consonância com o movimento dos Indignados na Espanha que ocuparam a Praça do Sol, e com as lutas por democracia direta e anti-sistema em regiões da Europa ocidental, temos o processo histórico em aceleração da experiência social, condição que escancarou a luta de classes internacionalmente, causando o surgimento de uma série de movimentos sociais que revitalizaram as lutas populares em diversas partes do mundo. Foi no movimento de *Wall*



*Street* que o termo "occupy" passou a ter visibilidade internacional, sendo uma categoria fundamental para nossa pesquisa, que tenta compreender, entre outros aspectos, a consolidação das estratégias e táticas de ocupação, em relação com a questão da migração e das lutas por moradia dos trabalhadores sem-teto, mais especificamente, tendo em vista que as ocupações passaram a compor o quadro de táticas de luta de diversos setores explorados e oprimidos na contemporaneidade.

No Brasil, em diversas cidades e regiões, a partir do ano de 2011, temos um avanço no número de greves, protestos, ocupações, manifestações, atos artísticos críticos. Ações e lutas políticas organizadas por diversos setores populares, tanto em locais públicos quanto privados, dinâmica política que acelera a experiência dos indivíduos e da classe. Coletivos anarquistas e partidos comunistas se destacaram em muitos desses eventos, e movimentos indetentários também ganharam força. Em se tratando de ocupações, temos como exemplos o Ocupa POA na Praça da Matriz na região central de Porto Alegre, os Indignados Floripa na Praça da Cidadania no Campus da UFSC e o Ocupa Sampa localizado embaixo do Viaduto do Chá na cidade de São Paulo. Várias universidades tiveram suas reitorias, centros de ensino e restaurantes ocupados.

Movimentos de trabalhadores sem-teto avançaram significativamente neste cenário, no que diz respeito a suas organizações e na conquista da moradia por meio da tática de ocupação, preservando o costume de atuação com lideranças definidas, princípios e regras firmes para quem estava nas ocupações. Em iniciativas deflagradas por movimentos organizados, pela base e por movimentos insurgentes, ou por indivíduos e grupos autônomos e independentes. A horizontalidade organizativa e a democracia direta foram quase que unânimes, assim como a divisão de tarefas em grupos de trabalho. As ocupações se tornaram laboratórios para experiências com caráter coletivo e cooperativo. As lutas por moradia incorporaram em algumas situações a renovada estética e dinâmica em suas ações. O movimento mundial das ocupações deflagrado a partir do ano de 2011 foi influenciado pela tradição das lutas populares da classe trabalhadora. No entanto, também influenciou as mesmas em um movimento dialético, transformando a forma e o conteúdo dos movimentos sociais e das lutas no tempo presente.

No ano de 2013, um movimento de massas extremamente contraditório e articulado historicamente com a reconfiguração da conjuntura política iniciada em 2011, tomou as ruas do Brasil. Inicialmente vinculado ao processo das lutas sociais de setores populares, indignados e inquietos com fatores ligados às condições de reprodução da vida nos centros urbanos, como o caso da mobilidade e o preço do transporte público, teve no seu desdobramento um aparelhamento por parte da burguesia, articulado por meio da grande mídia. Nesse contexto, a tática conhecida como Black Block vem à cena, concomitantemente com a saída das massas às ruas e a radicalização das lutas. Neste contexto, acontece a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em 2014, que pressionada tanto pela direita como por setores da esquerda em função do ajuste fiscal, não viu no PT (Partido dos Trabalhadores) força para se manter no poder e sofreu o golpe de 2016, que segundo indícios verossímeis, foi orquestrado pelo departamento de estado americano, que já vinha espionando a presidência da

república, como revelou Eduard Snowden<sup>17</sup>. O intuito era de expropriar as riquezas naturais do país e os direitos sociais dos brasileiros. Esta articulação contou com apoio de parte significativa dos burgueses brasileiros, da classe política e do judiciário a eles alinhados, sendo mais um capítulo da retomada da política neoliberal, idealizada pelo imperialismo estadunidense para a América Latina e o Caribe.

No desenrolar do processo histórico temos o agravamento do problema da habitação, fato que contribui na dinamização de movimentos de luta por moradia, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)<sup>18</sup>, criado no ano de 1997 e emergindo como um dos mais importantes instrumentos de resistência e referência na luta pela habitação e o direito à cidade.

É importante lembrar também das ocupações de escolas realizadas por estudantes secundaristas contra a reorganização escolar no estado de São Paulo, bem como a contrarreforma do ensino médio e a Emenda Constitucional 95 que na prática congelou os investimentos sociais por 20 anos. Esta breve explanação histórica nos ajuda a mostrar em qual conjuntura se desenvolve a questão da migração e da habitação na atualidade brasileira, assim como a ampliação e fortalecimento da tática de ocupação.

As ocupações de terras, em meios rurais e urbanos, é a antítese da própria propriedade privada capitalista e da expropriação do povo trabalhador, no processo histórico da chamada acumulação primitiva e no processo de acumulação expandida que segue o capital. Os problemas que levam as pessoas a ocuparem espaços públicos e privados têm uma raiz em comum, que é a expropriação como condicionante para a exploração e as opressões realizadas na sociedade burguesa. A chamada acumulação primitiva e o processo histórico de expropriação nela intrínseco criam as bases para a exploração e extração de mais-valia que alimenta o capital e, por consequência, permite a permanência da burguesia no poder. A questão central a ser compreendida, nesse caso, é a função que a propriedade privada dos meios de produção exerce sobre a dinâmica da luta de classes, sobre a questão da migração e do déficit habitacional.

As lutas pela terra no Brasil contemporâneo estão inseridas neste contexto histórico, em que os expropriados na área rural migram para as cidades e os centros urbanos, em busca

---

<sup>17</sup> “O denunciante, que no ano 2013 divulgou informação altamente classificada sobre operações de espionagem global realizada pela Agência de Segurança Nacional, declarou que os governos, armados com tecnologias modernas e com a ajuda das mídias sociais e das gigantes tecnológicas, estão se tornando "omnipotentes" na sua capacidade de monitorar, analisar e influenciar o comportamento." É por meio do uso de novas plataformas e algoritmos, que são baseados nesta capacidade, que eles são capazes de transformar o nosso comportamento. Em alguns casos, eles podem predizer nossos desejos e também os empurrar para obter resultados diferentes." (Trecho de matéria jornalística publicada pelo portal Brasil 247, retrata aspectos da expropriação da liberdade de cominação, expressão e privacidade, disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/395341/Snowden-denuncia-maior-controle-social-da-hist%C3%B3ria.htm>).

<sup>18</sup> “O MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes.” (Disponível em: [Http://www.mtst.org](http://www.mtst.org)).

de trabalho para produzirem e reproduzirem suas vidas, sendo “livres” apenas para vender sua força de trabalho, se é que isso é liberdade, tendo em vista que já não podem mais usar livremente do solo e dos recursos naturais para subsistirem. Chegando às cidades, se deparam com o desemprego, a miséria e as relações trabalhistas precárias ou análogas à escravidão. Devido às péssimas condições de sobrevivência, acabam habitando as periferias e em alguns casos ingressando em movimentos de trabalhadores sem-teto que se utilizam das ocupações como tática de luta pela moradia e o direito à cidade. Muitos até mesmo acabam morando nas ruas, fato crescente no Brasil, confirmando o que Marx apontava, quando indicava a tendência de agravamento da pauperização do proletariado, em estágio avançado da contradição inerente ao capitalismo.

Neste processo histórico de longa duração vão se desenvolvendo movimentos sociais de luta pela terra e por moradia. As ocupações modernas e organizadas tomam forma neste meio. Com o passar do tempo, as táticas de ocupação foram se desenvolvendo, junto com a consciência de classe dos trabalhadores. Esse movimento chega às cidades com as pessoas que se viram obrigadas a migrarem para os centros urbanos por necessidade imediata de sobrevivência. A ação coletiva de ocupar determinado espaço público ou privado começou como uma forma de suprir demandas referentes à produção e reprodução da vida, e por questões que os trabalhadores consideravam justas, com base em seus costumes, tradições ou por estranhamento, inquietação e indignação perante suas situações e condições de vida. As ocupações têm em sua essência a questão da tomada do poder, com maior ou menor intensidade, abrangência e período. Variam conforme o contexto da luta e seu caráter tático ou estratégico. Colocando-se contra a burocracia jurídica em muitos casos, pois seus agentes não enxergam possibilidades de vitória nos trâmites formais dos conflitos sociais em que estão inseridos.

Ermínia Maricato, em “Metrópole, legislação e desigualdade”, faz análises importantes para avançarmos na compreensão do problema da migração e da moradia no Brasil:

(...) é preciso lembrar a intensidade do processo migratório campo cidade que configura uma reversão demográfica: se aproximadamente 10% da população era urbana no final do século XIX, no final do século XX aproximadamente 20% dela é rural. Essa grande massa que se instalou nas cidades, o fez por sua própria conta e risco. Nessas condições podemos dizer que a ocupação ilegal de terras é parte intrínseca desse processo. Ela é, de fato, institucional. Se considerarmos que todos os moradores de favelas existentes no município de São Paulo invadiram terra para morar (a definição da favela está exatamente na relação jurídica de não propriedade) estamos nos referindo a aproximadamente dois milhões de pessoas. O número é aproximado, pois o rigor nos obrigaria a descontar os moradores de aluguel, nas favelas. De qualquer modo, a dimensão confirma a assertiva de que a exceção é a regra. Curitiba, tomada como cidade modelo de planejamento urbano, está cercada por uma coroa formada de numerosos núcleos de terras invadidas, muitos dos quais estão em áreas de proteção ambiental. Nenhuma grande cidade brasileira foge ao destino aqui descrito. (MARICATO, 2003, p. 158).

O modelo de cidade e urbanização promovido pela sociedade burguesa é a origem fundamental do problema da moradia e, por consequência, das ocupações de terras e edificações de forma organizada e coletiva, ou na forma individual e familiar em ação espontânea. As condições vivenciadas pelos trabalhadores são precárias, desumanas e insalubres. Ou estes sujeitos vão habitar as ruas ou acabam morando de aluguel, situação que compromete a maior parte do salário do proletariado urbano. É importante compreender que:

A adequação das formas de sociabilidade diante da propriedade privada do solo e dos meios de sua realização como mercadoria é um processo bastante duro para as famílias mais pobres. Às exigências da urbanização capitalista expressas na especulação imobiliária buscam formar os locais de fragmentação e recorte espacial do urbano. A reprodução da vida cotidiana dos distintos segmentos sociais que compõem a urbanidade determina-se pelo uso que é dado ao solo, sobretudo para fins de fixação de moradia, demonstrando uma real divisão de classe. Trata-se de uma lógica de distribuição da riqueza e da pobreza no plano espacial da urbe, de modo que ambas circunscrevem-se em espacialidades sociais divididas que são apresentadas em localidades concretas. O urbanismo é então a concretização da tarefa ininterrupta que resguarda o poder de classe, tendo como intenção nem sempre aplicável, a expulsão das áreas nobres e, em seguida, a atomização dos pobres em zonas consideradas periféricas, pobres cuja presença torna-se indesejável nas áreas de realização de lucros e status. (REIS, 2015, p. 84).

A cidade e os elementos da vida urbana tornam-se mercadorias. O problema da moradia não é um problema de capacidade técnica ou de recursos naturais em uma sociedade que busca o bem-estar e o desenvolvimento das relações sociais de produção, é sim uma escolha política determinada em última instância por uma necessidade econômica estrutural da classe dominante de se manter no poder. O lugar em que a classe trabalhadora habita, produz e reproduz sua vida está relacionado diretamente com a maneira como ela se insere no mundo do trabalho. Em condições precárias e decadentes de moradia, a “liberdade” a que o proletariado urbano tem direito se acentua neste processo, aumentando e expandindo sua condição de explorado e oprimido. As ocupações urbanas e os processos de expropriação formam um par dialético. A experiência histórica da classe trabalhadora de produção e reprodução da vida determinada pela propriedade privada forja a tática da ocupação. A necessidade de sair da rua ou do aluguel faz a consciência dos trabalhadores avançarem, a aceleração da experiência os coloca em movimento na direção da busca por alternativas ao problema da moradia.

O Brasil contemporâneo tem aproximadamente uma população de 202.768.562 habitantes, segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O país possui uma área de 8.516.000 km<sup>2</sup>, espaço que sem sombra de dúvidas seria capaz de suportar a implementação de políticas públicas que pudessem acomodar de forma digna todos seus cidadãos. Entretanto os números referentes ao déficit habitacional são vergonhosos. Em matéria jornalística publicada pela Rede Brasil Atual vemos que “O Brasil bateu o recorde de déficit habitacional, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com os dados, o número cresceu 7%, entre 2007 e 2017, e agora é de 7,78 milhões de moradias.” Tal realidade encontra-se em estado de agravo devido à redução dos recursos para resolução do problema, a expropriação de direitos e a criminalização das forças populares que resistem a esta situação via a tática da ocupação, que postas em movimento dialético procuram avançar dentro das condições concretas existentes.

A questão do uso da terra (rural e urbana) continua a ser uma questão central a ser compreendida, tendo em vista que só assim poderemos indicar a tendência histórica da exploração e ocupação do solo em um cenário de luta de classes. É necessário ao processo de reprodução do capital que o proletariado urbano e os camponeses estejam separados dos meios de produção. Para o conjunto da classe trabalhadora se apropriar coletivamente dos meios de produção é fundamental o horizonte estratégico de planificação da economia, condição indispensável para construção de uma experiência civilizatória forjada na base social dos trabalhadores, e orientada pelo bem comum das pessoas e pelo equilíbrio ambiental. Assim uma reforma agrária popular organizada e focada em uma estratégia socialista de longo

prazo é meio condicionante para a reforma urbana. Os problemas da migração por motivo de sobrevivência, do déficit habitacional e das ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto só podem ser resolvidos se, em primeira instância, for resolvida a questão da expropriação da terra no campo, nas florestas e na zona urbana.

A análise sobre as ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto na região da Grande Florianópolis, com base em uma perspectiva marxista, é capaz de revelar a tendência histórica da luta por moradia, que se trava na capital catarinense e nas cidades do entorno urbano. Esta problemática se dá na necessidade de uma análise que articule os processos contemporâneos e originários de expropriação e exploração, com a questão da migração e o fenômeno das ocupações urbanas de trabalhadores que lutam pela moradia no cenário nacional. Assim, vimos realizando este movimento analítico com base na perspectiva do materialismo histórico dialético, tomando como objeto a constituição da experiência de trabalhadores e trabalhadoras migrantes da Ocupação Contestado em São Jose –SC.

### **1.3. Os movimentos migratórios na Grande Florianópolis**

Assim como as ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto, o fenômeno social da migração<sup>19</sup> forma um par dialético com os processos de expropriação. Deste modo, é importante afirmar que só uma análise da questão articulada à compreensão das relações sociais, culturais, políticas e econômicas forjadas na sociedade burguesa e no modo de produção capitalista é capaz de revelar a essência do fator determinante na ação migratória, suas especificidades e a totalidade do fenômeno. O migrante da classe trabalhadora pobre nasce no próprio processo de estruturação do capital. Marx, Engels e Thompson revelaram a dinâmica da migração proletária das áreas rurais para os centros urbanos emergentes, no movimento de cercamento das terras comunais e nos processos históricos de expropriação e exploração. É essencial para a compreensão dos movimentos migratórios na região da Grande Florianópolis<sup>20</sup> caracterizarmos e realizarmos uma análise do processo histórico e da

---

<sup>19</sup> “Constatamos a partir das estatísticas que no mundo hoje são milhares de pessoas que se deslocam na condição de migrantes internacionais, nacionais ou como refugiados. Os dados (ONU, ACNUR, IBGE) revelam um intenso fluxo das migrações entre diferentes países, cidades, para diferentes direções (inclusive pequenas e médias cidades), com dificuldade cada vez maior de fixação dos trabalhadores. Também constatamos, a partir dos dados da ONU- 2017, que o crescimento de migrantes internacionais em 2017 atingiu um total de 258 milhões”. (QUEIROS, 2018, p.177).

<sup>20</sup> “Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) divulgados pelo governo do Estado mostram que existem 5.762 imigrantes registrados em Santa Catarina. Desse total, 1.857 são atendidos pelo programa Bolsa Família e todos participam de alguma política pública ofertada no Estado. Os dados ainda revelam que em 190 municípios catarinenses já foram atendidas pessoas de 85 nacionalidades diferentes. Os haitianos lideram as estatísticas: são mais de 3 mil morando em SC. A cidade preferida é Florianópolis. A maioria tem ensino médio completo, e não conseguiu emprego nos últimos 12 meses.” Informação disponível em :<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-de-85-nacionalidades-diferentes>.

conjuntura econômica em que o capital se desenvolve no âmbito macroestrutural. Para avançarmos no entendimento dos elementos e aspectos regionais e locais da dinâmica migratória e compreendermos as especificidades dos fenômenos sociais, é preciso uma articulação com a totalidade social em que se reproduz as práticas e ações de sobrevivência da classe trabalhadora, na qual a migração está inserida. Assim podemos verificar que no tempo presente:

O grande e crescente contingente de migrantes no mundo atual que se move para diferentes direções, ocupando lugar periférico em termos espaciais, ocupacionais, educacionais e de acesso aos serviços públicos, nos leva a problematizar acerca das análises sobre o fenômeno da migração. Nesta direção, apresentamos alguns subsídios teóricos para a pesquisa sobre a temática. O objetivo é contribuir com análises que busquem ir além da aparência e visem captar as múltiplas determinações do concreto, ou seja, compreender a realidade que move os trabalhadores e suas famílias a migrar. Compreendemos que o movimento migratório acompanha o próprio processo de expansão do capital na direção da acumulação, visto que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora supérflua, segundo Marx, disponível para ser lançada em diferentes locais e ramos de produção. Concluimos que a categoria migração, na perspectiva do materialismo histórico, é um fenômeno que tem origem na expropriação dos meios de subsistência e na exploração do trabalho e, portanto, não pode ser compreendida fora destes processos. Nessa perspectiva, lançamos mão das categorias acumulação, mercadoria, exército industrial de reserva e expansão espacial do capital para a análise do deslocamento dos trabalhadores. (VENDRAMINI, 2018, p.239).

Sabemos desde Marx que para revelarmos a essência de um problema social, primeiramente precisamos compreender como os indivíduos nele envolvidos tratam da produção e reprodução de suas vidas e como tal questão se relaciona no desenrolar da luta de classes. O filósofo da práxis<sup>21</sup>, quando revelou a dinâmica da lei geral da acumulação capitalista, investigou a população nômade de trabalhadores que podem ser definidos também como migrantes, em última instância. Tal iniciativa nos fornece os elementos para que possamos analisar com clareza, em perspectiva histórica, a experiência habitacional do nascente proletariado industrial, também como esta questão tem vinculação com a criação das condições da extração de mais-valia e exploração dos trabalhadores, assim:

Voltamo-nos agora para uma camada da população de origem rural e cuja ocupação é em grande parte industrial. Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, segundo suas próprias necessidades, ora a manobra para este lado, ora para aquele. Quando não está em marcha, ela “acampa”. O trabalho nômade é empregado em diversas operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias etc. Coluna ambulante da pestilência, ela importa para os lugares em cujos arredores instala seu acampamento: varíola, tifo, cólera, escarlatina etc. Em empreendimentos com aplicação considerável de capital, como construção de ferrovias etc., o próprio empresário costuma fornecer a seu exército choças de madeira ou materiais semelhantes, vilarejos improvisados sem nenhuma instalação sanitária, à margem do controle das autoridades locais e muito lucrativas para o sr. contratista, que explora duplamente os trabalhadores: como soldados da indústria e como inquilinos. Conforme a choça de madeira contenha 1, 2 ou 3 buracos, seu ocupante, terraplenador etc., tem de pagar 2, 3 ou 4 xelins semanalmente. (MARX, 2013, p.738).

---

<sup>21</sup> Termo usado por Antonio Gramsci para se referir a Marx, devido à censura que sofria na prisão durante o regime fascista na Itália, quando desenvolveu seus notórios “Cadernos do Cárcere”.

Apesar de nos dias de hoje haver certo limite na análise articulada dos processos históricos de expropriação e exploração, a questão da migração e as condições de moradia da classe trabalhadora, Marx já em seu tempo percebera que tais elementos se articulam dialeticamente, e que, para avançarmos na identificação da lógica destes fenômenos sociais, é necessário revelar as mediações, determinações, singularidades, totalidades e interdependências contidas nestes processos relacionados. Como exemplo vemos que:

Os trabalhadores nas minas de carvão e outras minas pertencem às categorias mais bem pagas do proletariado britânico. (...). Lancemos aqui um rápido olhar sobre suas condições habitacionais. Em regra, o explorador da mina, seja seu proprietário ou arrendatário, constrói uma série de cottages para seus operários. Estes recebem “gratuitamente” tanto o casebre como o carvão para a calefação, que constituem uma parte do salário pago in natura. Os que não podem ser alojados dessa maneira recebem £4 anuais a título de compensação. Os distritos mineiros atraem rapidamente uma grande população, composta da própria população mineira e de artesãos, comerciantes etc. agrupados ao redor dela. Como em todo lugar onde a população é densa, a renda fundiária é, aqui, alta. Por isso o empresário de minas procura erguer ao redor da boca da mina, no espaço mais estreito possível, tantos casebres quantos forem necessários para amontoar seus operários e suas famílias. Quando novas minas são abertas nos arredores ou velhas minas são reativadas, aumenta a superlotação. Na construção dos casebres vigora apenas um critério: a “renúncia” do capitalista a todo dispêndio de dinheiro que não seja absolutamente inevitável. (MARX, 2013, p.739).

Tal experiência de trabalho e moradia dos mineiros britânicos (nômades ou migrantes em grande proporção), no século XIX, e sua relação com o processo de extração de mais-valia, não foi superada em pleno século XXI. Vale lembrar do modelo de cidade que o capitalismo reproduz desde então, onde as periferias e lugares de baixo valor comercial são o destino habitacional de trabalhadores migrantes ou não migrantes. As péssimas condições de saneamento básico em muitas áreas habitadas pelo proletariado urbano que se encontra cada vez mais precarizado, nos termos de Rui Braga (2012), comparadas às condições de moradia dos trabalhadores do corte da cana em áreas rurais, e tantas outras situações em que essa condição se articula com a exploração do trabalho. Temos o caso de muitos moradores de rua que passam o dia inteiro recolhendo materiais recicláveis que serão vendidos por valores irrisórios, materiais como cobre, ferro, alumínio e papelão retornarão às indústrias capitalistas que lucram com esse ciclo. A mentalidade burguesa nesse sentido reflete a condição concreta de exploração, onde de forma disfarçada ou dependendo da conjuntura social e econômica, explicita de forma direta suas intenções.

Quando em conflito com a “opinião pública”, ou mesmo com a polícia sanitária, o capital não se envergonha em absoluto de “justificar” as condições, em parte perigosas, em parte degradantes, que inflige à função e ao lar do trabalhador, afirmando serem elas necessárias para que ele possa explorá-lo mais lucrativamente. Assim o faz quando renuncia a instalar equipamentos de proteção contra a maquinaria perigosa nas fábricas, meios de ventilação e segurança nas minas etc. E assim o faz, no caso presente, com a moradia dos mineiros. (MARX, 2013, p.740).

Tendo apresentado elementos indispensáveis para o avanço da análise sobre a questão migratória da classe trabalhadora em um âmbito geral, podemos avançar sobre a realidade nacional e por fim regional que é nosso objeto central. Sem essa explanação inicial não seria possível a compressão correta do problema.

Situar historicamente as raízes do fenômeno da migração doméstica e internacional nesse período de nascimento do capitalismo é também delimitar este objeto nas

dinâmicas dentro das quais é alimentado estruturalmente pelas relações sistêmicas desse modo de produção. A discussão proposta buscou mostrar que as migrações remetem sempre a um processo anterior (originário) de estruturação da classe de trabalhadores livres e da organização de seu trabalho nesse sistema, sendo determinadas por relações de força, manifestadas principalmente em duas dimensões: a condição de classe e a divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a articulação desses níveis analíticos coloca-se como uma premissa fundamental, e ainda imprescindível, às pesquisas dedicadas ao tema da imigração internacional. (VILLEN, 2015, p.7).

Em tempos obscurantistas e reacionários onde o próprio campo progressista viu boa parte de seus intelectuais atolados no “pântano pós-moderno”, motivados pelo idealismo pequeno burguês, se faz necessário reafirmar a importância da análise teórica crítica. Importante perceber que as múltiplas especificidades se reproduzem em movimento contraditório, determinado em última instância pelo modo de produção vigente em cada período histórico, e que as abordagens idealistas e direcionadas apenas ao caráter micro da história não podem construir representações coerentes do movimento real das relações sociais e dos fenômenos forjados na luta de classes. A ação do trabalho na produção da vida alimenta a cultura e a política, assim como a prática revolucionária em sociedades minadas pelas contradições de classe. Neste sentido é preciso observar a experiência de classe para não nos equivocarmos construindo análises mecanizadas e simplistas.

Premidos pela necessidade de sobreviver, gerações e gerações de trabalhadores se acotovelam em busca de ‘empregos’ ou equivalentes, de maneira a poderem assegurar sua própria existência. São impulsionados ‘voluntariamente’ à servidão, pela própria necessidade. Tornam-se móveis, migrantes, aglomeram-se nos bairros periféricos, disponíveis, assim como se aglomeravam na forma até aqui predominante da extração do sobretrabalho, a fabril, ao longo das jornadas de trabalho. Entretanto, podem vislumbrar a face positiva dessa liberdade, a que decorre da evidência social de que somente a sua própria atividade cria o mundo que os serviliza e ‘subalterniza’ Ao longo dos séculos XIX e XX, não obstante, muitas vezes a luta dos trabalhadores concentrou-se em minorar a servitude, em assegurar melhores condições de vida, sobretudo pela garantia de direitos associados ao contrato de trabalho e pela tentativa de controlar o risco do desemprego. Em Thompson (1995), novamente encontramos o longo processo de aprendizado da classe trabalhadora no interior dessa nova forma de vida dominada pela lógica do capital, mas que, no entanto, a levaria a introjetar a dinâmica capitalista, estabelecendo uma dolorosa separação entre trabalho e vida, e a considerá-la como natural, nem sempre percebendo sua própria capacidade criativa. (FONTES, 2006, p.437).

Visto isso, Moraes Silva e Menezes, em “Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões”, nos ajudam a compreender a realidade migratória em âmbito nacional, segundo as pesquisadoras:

Singer afirma que a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. O autor analisa dois fatores de expulsão do campo para a cidade. O primeiro se refere aos fatores de mudança, ou seja, aqueles que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas em determinadas áreas, provocando expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários. O segundo se reporta aos fatores de estagnação que se manifestam sob a forma de crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, a qual pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela



monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SILVA e MENZES, 2006, p.2).

Analisando a "interpretação sob a ótica da migração enquanto processo social", as pesquisadoras trazem questões importantes que merecem ser consideradas a fim de tomá-las como ponto de partida para o debate, podendo contribuir na investigação sobre a experiência dos trabalhadores migrantes que procuramos compreender e explicar.

O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. Partimos da ideia de Marx, segundo a qual, os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas. Logo, as estruturas objetivas – classe, gênero, raça/etnia – são as organizações sociais, no interior das quais as ações dos sujeitos migrantes se desenrolam. Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por esses processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. Essas duas perspectivas conduzem às reflexões, segundo as quais, os fatores econômicos não são os únicos a serem levados em conta na análise da migração e dos migrantes. Paulo Fontes, em sua tese de doutorado *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)* analisa as migrações nordestinas na década de 50 e afirma que não há dúvidas sobre a importância do quadro sócio-econômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento capitalista brasileiro. Entretanto, a supervalorização de fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo. (SILVA e MENEZES, 2006, p.5).

São coerentes as afirmações e ponderações aqui apresentadas, tendo em vista que a realidade social, cultural e política brasileira são permeadas pelo racismo e o patriarcado. Em um país que foi o último a acabar com a escravidão formal e que tem em sua história as políticas de branqueamento e exclusão social dos povos afrodescendentes, assim como a configuração de papéis sociais para homens e mulheres, idealizados e praticados sob os moldes da família nuclear burguesa, tais questões são indispensáveis para a análise da experiência de produção e reprodução da vida de trabalhadores migrantes. Um determinismo econômico vulgar não cria as condições teóricas para a revelação da essência dos fenômenos sociais, entretanto como Marx afirma, as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe economicamente dominante da mesma e por dinâmica dialética as relações sociais que se impõem ao conjunto da sociedade. Desta forma, as múltiplas identidades dos indivíduos e as mazelas por eles enfrentadas cotidianamente e historicamente, como coletivo de pessoas, devem ser sempre investigadas em relação ao modo de produção dominante, como já falamos anteriormente.

Tendo em vista que iremos analisar depoimentos de trabalhadores migrantes e focar nossa investigação em suas experiências de trabalho, educação e política, manifestadas nas suas trajetórias sociais e vivências, traçando uma jornada mais longa e complexa de compreensão, é necessário aprofundarmos o debate teórico com base no tecido social brasileiro.

A circularidade das migrações demanda dos pesquisadores de diversas áreas estratégias metodológicas, que possam compreender a complexidade da mobilidade de diversos sujeitos sociais e da formação dos espaços sociais. Nesse sentido, entendemos que a análise de trajetórias individuais e sociais pode ser um instrumento metodológico importante, pois questiona algumas interpretações correntes, tais como a de que os processos migratórios possam ser compreendidos como fases em que um tipo de migração como a sazonal significaria o primeiro passo para uma migração permanente. Tal como aparece no relatório de pesquisa de B. Andrade, *Migrações sazonais no Nordeste*, publicado em 1979, e na tese de R. R. Ringuet, *Migrantes estacionais de la región del Agreste del Estado de Pernambuco de 1977*. Essa circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário, a volta, o caminho de fechar o círculo, não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida dos sujeitos sociais. Ela é permanente e o migrante temporário é permanentemente temporário. Esse é seu destino. Essa é sua história. Destino de um ser híbrido, isto é, uma mistura de camponês e assalariado, mistura de duas condições sociais, segundo o artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva, “Destinos e trajetórias de camponeses migrantes”, publicado em 1992. Assim, as categorias diversas do campesinato e os trabalhadores rurais assalariados trilharam e transitam por inúmeros espaços sociais no Brasil e algumas vezes fora do seu próprio país, como é o caso dos brasiguaios, na busca incansável de acesso à terra, ao emprego, à moradia, à saúde e à educação. São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias. (SILVA e MENEZES, 2006, p.10)

Em um país dominado por um modelo de desenvolvimento dependente como é o caso do Brasil, os trabalhadores migrantes servem em diversas situações como massa de manobra aos interesses de classe burguesa. A reação conservadora e incessante às políticas de reforma agrária buscam perpetuar o problema do acesso à terra e a criação de uma prática econômica que torne as áreas rurais atrativas e desenvolvidas socialmente e culturalmente. Faz-se necessário a construção de políticas que articulem o campo e a cidade, com o intuito de construir uma dinâmica voltada aos interesses dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, rumo a um planejamento econômico que tenha no seu horizonte estratégico o bem estar geral da população. É necessária a desconstrução dessa situação que vigora na atualidade, em tempos de agronegócio, da exploração ruralista, industrial, financeira e imperialista.

A experiência da Ocupação Contestado, e a questão da migração que a ela é indissociável, está inserida em conjunturas e processos maiores como já descrevemos. No âmbito estatal não defendemos as teses da diversificação produtiva e da modernização dos processos produtivos. Entretanto, é útil observar algumas das considerações a seguir, no que tange às rotas de deslocamento populacional:

Santa Catarina se mostrou um Estado com forte poder de atração de pessoas que buscam trabalho, em especial na porção litorânea composta pelas mesorregiões Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Nesta porção do território observa-se forte concentração das atividades econômicas acompanhada pela concentração da população, o que a torna uma das regiões mais dinâmicas, não só do Estado, mas também do país, visto que para lá se dirigem pessoas das mais variadas partes do Brasil. Observam-se duas dinâmicas distintas no Estado marcadas por processos geradores de expulsão de população, seja por estagnação econômica ou pela modernização de processos produtivos de um lado e, por outro, por processos de diversificação produtiva e industrialização e por intensa urbanização, se tornando importante espaço receptor de população. A primeira, encontrada nas mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana, e a segunda na porção leste do Estado, composta pelas mesorregiões Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense. (DESCHAMPS e DELGADO, 2014, p.16 e 17).

A produção científica majoritária sobre os movimentos migratórios na região da Grande Florianópolis não se caracteriza pela predominância teórica marxista. Entretanto, o Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC), a qual esta dissertação se vincula, vem na vanguarda do processo de pesquisa acadêmica que busca alterar esse quadro. Pesquisadores do núcleo vêm utilizando o método materialista histórico para revelar as questões centrais sobre o fenômeno da migração experimentado pela classe trabalhadora. Aprofundando as especificidades regionais em articulação com a totalidade do problema no cenário internacional, destacando as conexões entre trabalho e educação<sup>22</sup>.

No Brasil, o IBGE (2010) indica que há movimentação de migrantes internacionais e também se mantêm os deslocamentos entre as regiões brasileiras. Os dados indicam também que há um aumento de fluxo migratório para a região sul do Brasil. Em Florianópolis, os migrantes chegam de vários países e estados, como Rio Grande do Sul, Paraná, interior de Santa Catarina, Norte e Nordeste, entre outros. Os trabalhadores migrantes ao se instalarem na cidade de Florianópolis ficam imersos no cotidiano das periferias e morros da cidade, em áreas de preservação e de riscos, cujos aluguéis são mais baratos. Os trabalhadores normalmente têm dois ou mais empregos, normalmente em trabalhos informais, os quais exigem baixa qualificação, como forma de garantir o compromisso de aluguel e alimentação e muitos convivem com a falta de emprego. Seus locais de moradia são de péssimas condições, e vivem em alojamentos/espacos que configuram verdadeiros guetos de pessoas, entre moradias precárias e insalubres. Estão expostos ao convívio diário com o tráfico de drogas, violências, repressão dos órgãos da polícia do Estado e preconceitos raciais. (QUEIROS, 2018, p.177).

As constatações apresentadas por Queiros na dissertação intitulada “As condições de vida, de trabalho e escolarização dos migrantes nordestinos da construção civil da UFSC”, possibilita a partir da experiência destes trabalhadores observar aspectos do movimento migratório na região da Grande Florianópolis. A autora articula a situação de vida e trabalho destes indivíduos com a dinâmica do mercado da construção civil na região e sua conexão com a extração de mais-valia por meio da exploração destas pessoas assim como a expropriação de direitos. Grande parcela dos trabalhadores migrantes que chegam à região acaba trabalhando direta ou indiretamente na área da construção civil, tendo em vista a especulação imobiliária. O alto índice de construções no setor imobiliário gera subempregos abarcando grande parte desses trabalhadores migrantes. Uma fração significativa das edificações residenciais destina-se a um mercado de alto padrão.

A região da grande Florianópolis é um polo deste setor econômico, motivado pela alta valorização da capital catarinense, vendida como destino turístico. Há um fetiche sobre a qualidade de vida na capital que impulsiona o mercado da construção civil. Sendo assim, a amostra de condições de vida e trabalho neste contexto pode fornecer elementos importantes para analisar os movimentos migratórios.

---

<sup>22</sup> Como exemplo, citamos um trecho da dissertação de uma integrante do Núcleo TMT: “Para as empresas, a contratação de trabalhadores migrantes significa ganho na produção e menor custo, pois são trabalhadores que não geram despesas. Essa realidade envolve a baixa qualificação dos trabalhadores, o que permite que os mesmos não façam exigências às empresas. Assim, são trabalhadores obedientes, que não reclamam, subordinados e flexíveis. A subordinação e obediência dos trabalhadores migrantes vincula-os nos termos de Engels (2010) ao papel de escravo da burguesia.” (QUEIROS, 2018, p. 179).

Constatamos que os trabalhadores migrantes nordestinos da construção civil quando chegam na cidade de Florianópolis, saem batendo de obra em obra até encontrarem trabalho. Os trabalhadores migrantes temporários nordestinos da construção civil da UFSC, sujeitos de nossa pesquisa, são migrantes sazonais ou temporários (SILVA, 1999; 1992; MARTINS, 1986), cujas trajetórias de vida são marcadas pela constante mobilidade. Constatamos que os trabalhadores se deslocam para a produção e reprodução da vida social. 100% dos nossos entrevistados se deslocaram por trabalho. Migram para melhorar suas condições de vida e de seus familiares. 50% de seus salários são direcionados para os familiares. Também pudemos verificar que os trabalhadores, quando chegam na Universidade, são contratados por empresas e empreiteiras terceirizadas, a partir de processos licitatórios obscuros que são “tramados na sombra” da universidade. Após serem contratados, os trabalhadores migrantes ficam expostos à difíceis enfrentamentos pela sobrevivência. A partir das falas dos trabalhadores e das observações realizadas pudemos compreender que os contratos que são oferecidos aos trabalhadores pelas empresas são precários com pouca ou nenhuma garantia trabalhista. Também constatamos que há rebaixamento dos direitos trabalhistas e há intensificação de trabalho, com longas e exaustivas jornadas de trabalho (inclusive sábados e domingos), que envolve trabalho pesado. Os trabalhadores ficam em barracos insalubres (sem ventilação), com pouco ou nenhuma higiene, alimentação irregular e regime de confinamento. (QUEIROS, 2018, p.178).

As condições de habitação dos migrantes que foram entrevistados nesta pesquisa são precárias e desumanas, entretanto não se diferenciam das presentes em grandes obras espalhadas pela região. O modelo de alojamento descrito é recorrente. Demais trabalhadores que chegam à Grande Florianópolis na condição de migrantes também experimentam graves problemas de habitação e moradia. Lembrando que a questão está inserida na conjuntura social da ausência do direito à cidade e da reprodução da vida no espaço urbano. Viver em Florianópolis é custoso, o alto valor dos aluguéis na ilha e sua configuração espacial no sentido da divisão classista que molda a disponibilidade da organização urbana, acaba levando os trabalhadores migrantes a habitarem na periferia e nos morros e em cidades da Grande Florianópolis como São José e Palhoça. Os baixos salários e a exploração latente que vigora no mercado de trabalho contribuem para que muitos migrantes desistam de disputar um lugar formal nas relações trabalhistas. É crescente o número de indivíduos que acabam abdicando do modo de vida que é forjado nesta situação e vão morar nas ruas. Nesta situação adversa, muitos acabam marginalizados fazendo uso de drogas e vivendo de forma degradante e miserável. Os espaços mais urbanizados estão ocupados por pessoas sem-teto vivendo em situação insalubre e desumana. Migrantes que chegam em busca de trabalho podem ser empurrados para as ruas.

O Brasil tem mais de 12 milhões<sup>23</sup> de desempregados na atualidade, sem contar o trabalho informal. Tal realidade é somada à recessão econômica, ausência de reforma agrária

---

<sup>23</sup> “A taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,5% no trimestre de fevereiro a abril, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta sexta-feira. O índice subiu 0.5 ponto percentual em relação ao trimestre de novembro de 2018 a janeiro de 2019 (12,0%), mas teve uma leve queda de 0.4 ponto percentual na comparação com o mesmo período do ano anterior (12,9%).” (Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/economia/1559312475\\_679888.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/economia/1559312475_679888.html)).

e urbana, retirada ou negação de direitos. Em tal cenário vemos a questão da migração forçada se agravar, deflagrando a pauperização de setores da classe trabalhadora em rota de migração permanente.

No Brasil, o período entre os anos de 1968 e 1973 ficou conhecido como aquele em que ocorreu o chamado “milagre econômico”. Os investimentos em infraestrutura relacionados à cidade de Florianópolis tiveram um papel central na atração de diversas empresas, que buscaram atender as demandas deste novo mercado composto por segmentos de classe média adensados na ocupação dos postos de trabalho do aparato tecnocrático estatal e, também, nas vagas universitárias de trabalho e estudos. Esses grupos sociais geraram uma demanda por moradias ampliando sobremaneira o setor imobiliário. Com o fluxo migratório de populações mais abastadas e mais escolarizadas para o trabalho nos setores de administração, houve também a migração de trabalhadores, que em grande medida oriundos de áreas rurais com pouca escolarização tiveram de ocupar as ofertas de empregos relacionadas a trabalhos considerados como desqualificados, com salários bastante achatados. A indústria da construção civil responsável pela verticalização da porção central da cidade, a partir da década de 1970 passou a ser o setor que mais absorvia a força de trabalho recém chegada que viera tentar a vida em Florianópolis. (REIS, 2015, p.85).

A fração média da classe trabalhadora que migra também deve ser observada se quisermos compreender a complexidade do fenômeno. Esta vem migrando para a capital catarinense com maior fluxo desde os anos 1990. A saturação das grandes cidades brasileiras conflagradas pela desigualdade social, poluição e violência impulsionou esse processo. Há uma recorrência na prática da mobilidade familiar. As famílias vêm juntas, mas também parceladamente. Os indivíduos se estabelecem na região, os parentes vêm primeiramente como visitantes e depois se fixam como moradores. Não podemos negar que realmente há certa diferença na qualidade de vida dos habitantes catarinenses, entretanto as mazelas experimentadas nos grandes centros urbanos crescem diariamente no estado, causando um fluxo migratório reverso. Setores da classe trabalhadora que puderam conquistar certa estabilidade financeira começam a se deslocar para áreas rurais buscando melhor qualidade de vida, sendo que Florianópolis e a região metropolitana já se assemelham às áreas de onde elas partiram em algum momento. É recorrente vermos pessoas e famílias juntando economias para parcelar sítios e chácaras em cidades afastadas da capital, em áreas com maior natureza e tranquilidade, fatores relacionados à qualidade de vida. É importante ressaltar este aspecto da migração, pois temos nestes casos indivíduos que vivem do trabalho e apesar de se encontrarem em situação de vida mais estável, não pertencem às classes dominantes. Assim, é importante que nos debruçemos em algum momento sobre a análise de suas experiências, para podermos entender a totalidade do fenômeno migratório da classe trabalhadora em seus diferentes níveis.

A política adotada em torno do turismo teve como objetivo atrair, como já mencionado, além dos visitantes sazonais, novos moradores abastados que adquirissem propriedades no mercado imobiliário, valorizando os empreendimentos que se multiplicavam rapidamente e iam demarcando o espaço urbano e definindo as áreas consideradas nobres da cidade. Empresários locais e vindos de fora passaram a investir pesadamente, foram construídos centros e prédios comerciais, condomínios residenciais e casas particulares para atender a demanda gerada pelo incremento econômico relacionado ao

---

turismo. Novos empreendimentos passaram a fazer parte da economia de Florianópolis, tais com: redes hoteleiras, bares, restaurantes, lojas de departamento, supermercados, fast-foods, dentre outros. Este aparato de investimentos imobiliários e comerciais foi fundamental para a oferta de postos de trabalho, que passaram a ser preenchidos em grande escala por trabalhadores e trabalhadoras migrantes. A mão de obra infanto-juvenil esteve presente nos setores econômicos que espontavam na cidade. Para muitas famílias da classe trabalhadora que chegavam a Florianópolis as condições de moradia eram as mais diversas, necessitando ocupar as áreas periféricas, íngremes, alagadiças, sem ou com pouca estrutura urbana. (REIS, 2015, p. 94).

A divisão sócio espacial da Grande Florianópolis foi se constituindo articulada aos movimentos migratórios. As massas de trabalhadores foram instrumentalizadas conforme o projeto de cidade vislumbrado pela burguesia. Apesar de disseminar muitas vezes um discurso bairrista, os empresários de diversos ramos acumularam capital à custa da força de trabalho migrante. Houve também casos em que nativos da ilha trocaram ou venderam grandes porções de terras por valores irrisórios para empresas e indivíduos de frações médias e altas da classe trabalhadora, profissionais liberais. Muitos ainda usando como moeda de troca eletrodomésticos como televisores e geladeiras e até animais como bois, cavalos e burros, como ouvimos nas histórias contadas por nativos da ilha. Esse comércio interferiu na dinâmica migratória da região, pois chegavam pessoas ricas ou de “classe média” de outras cidades, estados e até países, e em contrapartida saíam pescadores, agricultores e demais trabalhadores que após venderem suas terras migraram para localidades de menor custo de vida. O deslocamento dos trabalhadores vai se alterando e funciona de forma complexa,

nas últimas três décadas do século XX, a cidade de Florianópolis foi palco de um fluxo migratório considerável. Houve uma maior ocupação das áreas dos morros e encostas da cidade, tanto por pessoas naturais de Florianópolis, quanto por novos migrantes pobres. A cidade recebeu muitos catarinenses do interior do Estado. Este deslocamento populacional ocorreu, em grande medida devido à crise econômica que se abateu sobre os trabalhadores da agricultura. Os 165 municípios do Estado com menos de 20 mil habitantes, detinham 23% do PIB em 1970, decaindo no ano de 2000, para 18%. O processo de empobrecimento gradativo do agricultor foi um fator determinante para que estes municípios se tornassem “exportadores de migrantes” adensando a região de Florianópolis. (REIS, 2015, p.96).

O fetiche criado em torno do desenvolvimento e da qualidade de vida na região levou os migrantes pobres e de setores médios a terem uma visão idealizada da vida na “ilha da magia”. Esta visão faz com que diariamente pessoas cheguem, mas também partam da ilha. Não é fácil se estabilizar na cidade. O alto custo dos aluguéis, da alimentação, cultura, educação, transporte e de demais fatores importantes e necessários para a reprodução da vida em Florianópolis fazem muitos sonhos virarem pesadelo quando a realidade mostra sua face. Não é algo raro no cotidiano da cidade, negócios comerciais abrindo e fechando, pessoas sendo demitidas com a mesma velocidade que foram contratadas. Conflitos entre “nativos” e os “de fora”, parentes, amigos, conhecidos e desconhecidos que em algum momento chegaram à ilha cheios de planos indo embora repletos de frustrações e sem as suas economias. Trabalho, terra, moradia e migração são elementos que não podem ser compreendidos separadamente na dinâmica da luta de classes travada na Grande Florianópolis.



## CAPÍTULO 2

### A EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES MIGRANTES NA OCUPAÇÃO CONTESTADO EM SÃO JOSÉ/SC

Neste capítulo analisamos a experiência forjada na produção e reprodução da vida de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado, na cidade de São José - SC, iniciada no ano de 2012, diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração, conforme abordado no capítulo 1. Analisamos a experiência e situação de vida dos migrantes na Ocupação, no que se refere ao trabalho, moradia e escolarização, bem como a organização e ação coletiva dos mesmos. Iniciamos apresentando a história da Ocupação Contestado, posteriormente expomos e analisamos as trajetórias e condições de vida dos trabalhadores migrantes entrevistados, destacando o início de seus movimentos migratórios até a ocupação. Finalizando o capítulo teorizamos sobre a experiência de sujeitos trabalhadores, migrantes e participantes de uma ocupação urbana.

#### 2.1. A Ocupação Contestado

*“Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”<sup>24</sup>*

A experiência da Ocupação Contestado, ação popular construída por trabalhadores e trabalhadoras sem-teto na cidade de São José-SC, está inserida no processo da luta de classes, mais especificamente nas lutas sociais por terra e pela moradia urbana no Brasil contemporâneo. Está relacionada com os processos históricos de expropriação e exploração forjados nas estruturas do modo de produção capitalista e pelas contradições da sociedade burguesa, em suas manifestações e características sociais, culturais, políticas e econômicas.

A noite de quarta-feira, oito de outubro de 2012, transformaria radicalmente a experiência de um grupo de famílias trabalhadoras habitantes da cidade de São José-SC. Por volta das 20 horas, estas famílias de trabalhadores e trabalhadoras participaram de uma atividade de campanha eleitoral, que teria sido articulada pelo candidato Djalma Berger (PMDB), que concorria à reeleição ao cargo de prefeito da cidade, na Igreja Assembleia de Deus localizada no bairro José Nitro, adjunto ao Jardim Zanelatto. No contexto das eleições municipais daquele ano, as famílias foram orientadas a ocuparem uma área territorial gerenciada e de propriedade da Imobiliária Suvec Ltda, localizada também no mesmo bairro. No encontro “político-religioso” com os trabalhadores sem-teto realizado na Igreja Assembleia de Deus, o candidato do PMDB, juntamente com Dário Berger, prefeito de Florianópolis naquela época, fez uma promessa de campanha, “garantindo” que o terreno com uma área de 91.968,80m<sup>2</sup>, que já vinha sendo ocupado de forma espontânea há algum tempo

---

<sup>24</sup> Frase escrita em forma de pichação em muro próximo à Ocupação Contestado.



no bairro Serraria/José Nitro, seria desapropriado pela prefeitura de São José e destinado ao uso habitacional das famílias de baixa renda.

O prefeito de Florianópolis estava engajado na campanha de reeleição de Djalma Berger (PMDB) e, naquela ocasião, fez um discurso prometendo que as famílias dos trabalhadores sem-teto que estavam em posse do terreno, teriam seu lote de terra cadastrado e legalizado, dando a entender que pessoas com problemas de moradia poderiam juntar-se a outras famílias que já ocupavam o terreno há cerca de dez anos. Eram aproximadamente cinquenta moradias simples que estavam sobre o terreno.<sup>25</sup>

A garantia da promessa de campanha foi endossada com a assinatura simbólica do Decreto nº 37.180/2012 de 21 de setembro de 2012, que trata da desapropriação da área. Para as famílias trabalhadoras ali estava a possibilidade de saírem do aluguel e adquirirem um “pedaço de chão”, uma necessidade concreta para a produção e reprodução da vida de muitos brasileiros e brasileiras em situação empobrecida e precária. Após o término do comício, cerca de 200 famílias passaram a ocupar o terreno prometido pelo candidato a prefeito, tendo esperança de que uma nova fase de suas vidas poderia estar começando com aquela ação. Moradias simples, de madeira, foram construídas e somaram-se às demais que ali já estavam. A construção das casas ocorreu na perspectiva de conquista da moradia. As habitações precárias foram feitas pelos próprios trabalhadores sem-teto, algumas com materiais reciclados. Havia pessoas que no momento não tinham possibilidades de arcar com qualquer custo relativo ao material, por isso passaram a noite ao relento ou embaixo de lonas plásticas, a fim de garantir sua posse do terreno. Acreditando na promessa de campanha, estes trabalhadores entregaram as casas alugadas em que habitavam e procuraram estabelecerem-se de forma definitiva no terreno prometido. Muitas famílias sem-teto gastaram suas últimas economias e adquiriram dívidas no mercado comprando materiais de construção, alguns móveis ou eletrodomésticos, acreditando na estabilidade da nova habitação, em que o sonho da casa própria parecia próximo. Nesta perspectiva, a necessidade da conquista da moradia livre de aluguel aparentava começar a realizar-se. No entanto, diante dos acontecimentos futuros de uma promessa não cumprida, por parte do poder público, estava apenas iniciando uma longa jornada de lutas e de organização coletiva destes trabalhadores no movimento social dos sem-teto.

Em depoimento para o documentário “A casa que o prefeito deu pra nós”, curta metragem produzido pela Central de Mídia Independente (CMI), Dona Benedita confirma a versão de que o prefeito de São José, candidato à reeleição, influenciou a ocupação do

---

<sup>25</sup>A promessa foi registrada em câmeras de celular por algumas pessoas que ali estavam presentes na igreja, vejamos a seguir um trecho do discurso do candidato: “Hoje os companheiros estão com uma ordem de despejo. Uma ordem judicial de despejo. Então a partir já de setembro, como foi assinado o decreto, essa possibilidade de despejo, ela não existe mais. Portanto, a prefeitura vai indenizar o terreno, vai legalizar o terreno, e vai dar o terreno para os proprietários que estão em cima do terreno, ali da imobiliária Suvec (...). Segunda-feira a prefeitura vem com a equipe de cadastramento para cadastrar as famílias ali e para que possam fazer o loteamento, legalizar a área e deixar vocês na área onde vocês estão”. CENTRAL DE MÍDIA INDEPENDENTE (CMI). A casa que o prefeito deu pra nós. Vídeo Documentário – Curta Metragem. Florianópolis: CMI, 2012, segs., 0,10”- 0,50”. Disponível em: <https://vimeo.com/51933986>. Acessado em 10 de outubro de 2015.

terreno: “tava todo mundo lá, meu pai viu, (...), ficou assim louco (...), minha filha, você tem dois filhos pra criar, você vai lá e já entra dentro e não sai, porque se ele falou isso aí, você fica lá e não sai de lá”. Como podemos observar, Dona Benedita foi aconselhada pelo seu pai para ocupar a área juntamente com seus dois filhos, pois acreditava que não poderia ser perdida tal oportunidade. Neste relato é possível perceber a importância da constituição de uma moradia para esta família, tendo em vista que mesmo sem qualquer infraestrutura, a mãe deveria garantir juntamente com os filhos aquela possibilidade de espaço que viria a ser fundamental na criação dos mesmos.<sup>26</sup>

A história que parecia se encaminhar para um desfecho positivo para as famílias de trabalhadores sem-teto acabou tomando outro rumo, Djalma Berger perdeu a reeleição e dois dias depois da ocupação do terreno, o decreto foi revogado. A imobiliária entrou com pedido de reintegração de posse que foi aceito pela Justiça catarinense. As famílias receberam uma intimação judicial para desocuparem a área. Esses são indícios de uma crise da democracia representativa. No entanto, é necessário apontar que o voto daquela população estava em jogo diante de uma promessa. Ou seja, o voto aparecia como uma “moeda de troca”. Neste jogo, a precariedade econômica atende a uma necessidade imediata e premente, a de morar, por isso tamanha suscetibilidade. A desocupação das famílias foi extremamente violenta. As forças policiais do Estado vieram preparadas para “guerra”, ou para enfrentar “criminosos”. A recomendação contida no ofício que foi emitido ao comando da polícia era para que a desocupação fosse realizada com urgência e com maior número de policiais possíveis. Mais de 200 homens da tropa de choque com apoio da cavalaria se dirigiram ao terreno no bairro Jose Nitro. O desespero tomou conta daquelas pessoas quando viram a excessiva demonstração de força da polícia que atendia a reintegração de posse proferida pela Justiça catarinense. As crianças ficaram apavoradas com o aparato policial. Naquele momento conflituoso, as famílias prestes a serem desalojadas tentavam explicar ao oficial de justiça a história que as levou até aquela situação. Tal ocupação estava ligada à mentira de campanha do candidato Djalma Berger, que perdeu a eleição, e as famílias não tinham um lugar para abrigarem-se caso tivessem de desocupar a área dentro do curto prazo estabelecido. No entanto, as súplicas destas pessoas de nada adiantaram. As forças policiais encarregadas da desocupação foram truculentas e irredutíveis. A polícia atendeu cegamente as determinações de uma Justiça, que demonstrou-se classista, pois deram apenas uma hora para que as pessoas saíssem do local. Com a cavalaria de prontidão e os tratores prontos para destruir as moradias, o comandante da tropa contava no relógio os minutos para começar a desocupação e ordenar a “limpeza” do terreno. (SILVA, 2015, p.20).

O pânico tomou conta das famílias. As mulheres trataram de acalmar as crianças que estavam apavoradas, os idosos ajudaram como puderam na retirada dos utensílios pessoais e domésticos mas, pelas limitações da idade, não houve como fazer muito. Um grupo de homens tentava salvar a maioria dos bens materiais que conseguisse, mulheres que não estavam com as crianças no colo também se juntaram à ação de retirada dos bens pessoais. A cena foi caótica e desumana, em mais um episódio trágico da luta de classes na região da

---

<sup>26</sup>CENTRAL DE MÍDIA INDEPENDENTE (CMI). A casa que o prefeito deu pra nós. Vídeo Documentário – Curta Metragem. Florianópolis: CMI, 2012, 2’:19”. Disponível em: <https://vimeo.com/51933986>. Acessado em 10 de outubro de 2015.

Grande Florianópolis, a criminalização da pobreza ficava evidente. Com o término do prazo de uma hora que havia sido estipulado para a desocupação, veio a ordem para que os policiais da tropa de choque entrassem no terreno e garantissem que as retroescavadeiras pudessem destruir as habitações. A cavalaria marchou sobre o terreno como se estivesse partindo para uma batalha, abrindo caminho para que as retroescavadeiras entrassem em ação. Este acontecimento deflagra de forma clara o Estado contra seu próprio povo. A contradição estava colocada. O Estado contra os direitos de seus cidadãos, relativos à moradia, que estão consagrados na constituição de 1988. Os principais responsáveis por esta situação foram o candidato Djalma Berger, que enganou estas pessoas, e as forças que o apoiaram, no sentido de reverter a situação que envolvia esta ocupação. Neste momento, nada foi imputado ao candidato quanto à sua responsabilidade. (SILVA, 2015, p.21).

A Justiça catarinense atendeu aos interesses da classe dominante, como era esperado, e teve dois pesos e duas medidas neste acontecimento lamentável vivenciado pelas famílias de trabalhadores sem-teto de São José.

A expropriação evidente neste caso segue a lógica do capital e a experiência que se constitui neste conflito social nos motiva a investigar as relações entre os processos de expropriação e as causas e consequências do déficit habitacional na região da Grande Florianópolis, em especial, analisando a questão da migração e suas conexões com estes fenômenos, tendo em vista que este é nosso foco de estudo.

As famílias se sentiram humilhadas com aquela situação, em entrevistas concedidas para veículos da imprensa alternativa, os ocupantes comparam o tratamento que tiveram com um tratamento pior ao que é dado aos animais. Seria idealismo esperar por uma justiça humanizada no sentido de proteger as famílias sem teto, visto que ela se guia pela norma jurídica de proteção da propriedade privada, desconsiderando inclusive a situação de proteção das crianças que é legitimada no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também não houve consideração no que tange à função social da terra e o direito à moradia. Bateu seu martelo em favor do capital especulativo imobiliário. A polícia que devia proteger os cidadãos, se vivêssemos em uma sociedade realmente democrática e igualitária, os oprimiu, provando o caráter conservador do sistema político vigente. A assistência social ao invés de tentar resolver a situação só piorou, o Conselho Tutelar foi ao local tentando recolher as crianças para abrigos. Mediante esta posição da esperada tomada de partido da Justiça e do Estado que agiram na defesa dos interesses privado, só restou a estas famílias se organizarem e partirem para a luta coletiva, resistindo com unidade e enfrentando o problema da moradia que se colocava a sua frente. A notícia do desalojamento das famílias chegou ao conhecimento de movimentos sociais de Florianópolis e da região conturbada, os quais brevemente se solidarizaram com a causa destas famílias e trataram de articular uma “Rede de Apoio” aos desabrigados, a troca de experiência entre o movimento social organizado e os trabalhadores sem-teto contribuíram para o avanço da luta. Esta Rede era composta por diversas organizações populares, como as Brigadas Populares, Diretório Acadêmico 8 de Maio-DAOM/UEDESC, CSP ConLutas, Sindicato dos Bancários, Partido dos Trabalhadores (PT-Estadual), Movimento Sem Terra (MST), SindSaúde/SC, Gabinete Sargento Amauri Soares, Corrente Comunista Luís Carlos Prestes (CCLCP), CMAS-Fórum da Cidade, Movimento Negro Unificado (MNU/SC), SINDPREVS, Moradores do Maciço do Morro da Cruz, AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Movimento Passe Livre (MPL), Coletivo Anarquista Bandeira Negra, Portal de notícias Desacato.info, apoiadores independentes e

demais movimentos. A articulação dos movimentos sociais foi de extrema importância para a organização da luta por moradia destas famílias. A solidariedade de classe se fez presente em um momento em que o Estado se omitiu. A experiência já acumulada destes movimentos ajudaria a estas pessoas nas novas batalhas que viriam pela frente. (SILVA, 2015, p.22-23).

Esta história não é uma fatalidade do destino, ou um erro técnico de gestão da prefeitura de São José e do legislativo catarinense, é um fenômeno concreto da luta de classes e deve ser analisado para além da aparência e do idealismo pequeno-burguês. Essa experiência é o resultado da soma de problemas sociais históricos do Brasil, forjados na desigualdade social e na divisão do trabalho. Conservados ao longo dos séculos por setores da sociedade que se beneficiam economicamente e politicamente de um sistema de classes que produz estes problemas sociais para a expansão do capital.

A classe trabalhadora não fica calada diante da expropriação e exploração promovidas pelo modo de produção capitalista que as oprime e aliena de forma permanente. Ela se organizou e procurou entender e transformar esse sistema ao longo da história. O caso das famílias empobrecidas de São José pode ser compreendido se desvendarmos os motivos que estão por trás das ações do Estado e do candidato que as iludiu. Neste sentido, a questão da migração, a especulação imobiliária, a expropriação/exploração do trabalho e a criminalização da pobreza merecem uma atenção especial.

A promessa de campanha não cumprida pelo candidato à prefeitura de São José no ano de 2012 é comum na política brasileira e catarinense. Ela é motivada por dois elementos fundamentais, poder econômico e poder político. A manutenção destes privilégios está vinculada aos cargos do sistema político brasileiro, podemos averiguar que as empresas privadas patrocinam os políticos, que por sua vez ganham dinheiro, poder e status com seus cargos. Entretanto, tais políticos comprometem-se com estas empresas. Estas, por sua vez, têm interesses contraditórios com os da classe trabalhadora, que é formada pela maioria do povo brasileiro. As empresas têm dinheiro acumulado a partir da extração da mais-valia, que no capitalismo contemporâneo dá-se também pela proteção do Estado. Ou seja, no sistema capitalista a intervenção econômica se dá com um vetor contrário, da empresa para o Estado, que delimita políticas neoliberais. Nascermos e vivermos num sistema capitalista que controla o processo democrático, como uma força que atua sobre ele, no sentido de atender a uma parcela restrita da população, os grandes proprietários. O dinheiro e o fetichismo das mercadorias se apresentam como elementos centrais na estrutura de uma sociedade de consumo. À classe trabalhadora resta uma democracia representativa, que em geral não a representa, tendo como caminho de libertação social e cultural as lutas populares. A primeira alternativa é o campo de atuação no qual essas famílias trabalhadoras foram enganadas, a segunda é a maneira com que elas vieram a resolver o problema. Na história do Brasil as conquistas sociais vieram das lutas populares, com a mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras e não como uma dívida dos setores politicamente dominantes. (SILVA, 2015, p.24).

A cidade de São José faz parte da região conhecida como Grande Florianópolis. Sua economia e organização social está atrelada à política e cultura vigente em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Esta é uma das regiões mais ricas do Brasil, no entanto esta riqueza, assim como no resto do país, está concentrada na mão de poucas pessoas. Isso também acontece com a terra e com a mídia. As famílias expropriadas, enganadas e

desalojadas no bairro Jose Nitro são compostas por pessoas de baixa renda que, em muitos casos, estão em condições precárias de trabalho, apresentando em sua composição a presença significativa de migrantes. Estas frações da classe trabalhadora da sociedade catarinense e brasileira ficaram marginalizadas e foram expropriadas/exploradas no modelo de cidade idealizado pela ditadura militar-empresarial. O milagre econômico da época foi feito com o endividamento do Estado com o Fundo Monetário Internacional e com suor dos trabalhadores. Na Grande Florianópolis a questão da moradia popular nunca foi uma prioridade e sim parte de um projeto de manutenção da segregação das classes sociais, que levariam a uma forma de espacialidade do urbano com vistas ao barateamento da força de trabalho do proletariado. Algo muito lucrativo aos capitalistas que atuam na região.

Um dos grandes segredos do “milagre” brasileiro foi, sem dúvida, o chamado arrocho salarial, garantia de mão de obra barata que construiu, por exemplo, os prédios da Beira-Mar Norte entre tantos outros que foram construídos na cidade de Florianópolis graças ao grande investimento na construção civil proporcionado pelo “milagre”. Enquanto dava conta da construção de edifícios vendidos aos setores médios por meio de financiamentos advindos do BNH, a mão de obra abundante, barata e desqualificada, que teve esquecido pelo governo o custo da moradia no salário acabava vivendo numa dupla jornada de trabalho: durante a semana o trabalho na construção civil e nos finais de semana, com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos, tratavam de construir pouco a pouco, sua própria casa. O que podemos observar é a existência de dois tipos de cidade dentro da cidade da ditadura. Após o processo de massificação vivenciado por Florianópolis a partir da década de 1960, o crescimento proporcionado pelos planos do regime militar ofereceu as camadas médias todas as condições necessárias para que a cidade fosse moldada de acordo com seus anseios – mesmo que a custa de uma dupla jornada de trabalho mal remunerada que gerou condições precárias de habitação para grande parte da população que não estava incluída na lista dos beneficiados do regime militar. (ACORDI; FREIRE, 2010, p.66).

Nunca houve vontade política para inclusão da classe trabalhadora empobrecida no projeto de cidade elaborado pelas classes dominantes para Florianópolis e áreas conurbadas, tal como a cidade de São José. O único projeto que houve para este setor da sociedade catarinense foi o projeto de exploração e de controle, arquitetado na segregação espacial da cidade que colocava as áreas da Grande Florianópolis como cidades dormitório. Neste contexto, se fez necessário uma política de criminalização da pobreza, que contou com apoio da grande mídia que no período “pré-internet” exercia um poder quase hegemônico na formação do censo comum dos catarinenses. Este movimento midiático partidário ainda hoje está presente nas cidades que compõem a Grande Florianópolis. Alguns bairros, por exemplo no norte da Ilha de Santa Catarina, só recebem o sinal de TV da NSC, afiliada da Rede Globo no Estado. Esta articulação mantém uma série de estereótipos e preconceitos sobre os mais pobres e os migrantes em deslocamento por questões econômicas, assim como sobre aqueles que lutam contra esta situação, especialmente na questão da moradia, quando a ocupação é tratada como “invasão”.

O discurso moralizador sobre a população pobre vigente até meados do século XX em Florianópolis e que foi, em grande medida, voltado para os moradores dos morros centrais, cedeu lugar a criminalização dos pobres e de seus bairros. Palavras como “favela” tomaram o sentido atribuído já em outras partes do país para áreas perigosas habitadas por populações sem o direito de morar na cidade. O crescimento urbano logo evidenciou as deficiências da cidade para a recepção da população em expansão. Nos novos bairros em expansão a situação era crítica. Em 1972, um jornal anunciava que uma comissão pretendia “acabar com favelas”, retirando famílias dos morros da cidade. Seriam retiradas “600 pessoas” do “morro do Mocotó, na Prainha”, juntamente com mais “100 famílias que moram no Pasto do Gado”, as quais, em sua maioria, eram “do interior do Estado” e “vieram para a capital em busca de trabalho. Pobres e sem profissão definida, se marginalizam e não tendo onde morar, constroem suas malocas nesses locais criando um grave problema social”. (CAMPOS; FALCÃO; LOHN, 2010, p.66).

A mídia hegemônica catarinense teve um papel fundamental no discurso de criminalização da pobreza e das lutas populares no desenrolar do processo histórico da luta de classes na Grande Florianópolis. A ideologia neoliberal contida nas entrelinhas de suas produções contribuiu para a construção de uma sociedade individualista, indiferente e desconectada da realidade, construindo uma narrativa falsa sobre o funcionamento da sociedade, manipulando a população para que as pessoas identifiquem apenas a aparência das relações sociais e não possam entender a essência da dinâmica da produção e reprodução da vida em uma sociedade de classes, criando as condições objetivas e subjetivas para acontecimentos como o que deu início à Ocupação Contestado: um candidato a prefeito enganando trabalhadores sem-teto e empobrecidos, um sistema judiciário com dois pesos e duas medidas, uma força policial extremamente violenta e intolerante com a própria população. Relações sociais e políticas forjadas em um processo de expropriação e exploração permanente que é legitimado por uma cultura elitista e conservadora.<sup>27</sup>

Termos como “barracos”, “invasão” denotam a segregação de classe e a criminalização da pobreza, jogando nos sujeitos o problema e não na estrutura social. A justiça aparece a partir da inalienabilidade da propriedade privada como uma instituição classista, em que a mídia oficial edifica enquanto asseguradora da lei e da ordem. E a polícia é descrita como garantidora da ordem. Sendo assim, concordamos que o caso ocorrido com as famílias de São José está inserido em um processo histórico complexo, impulsionado pela luta de classes, que neste caso pode ser claramente identificado na contradição existente nas ações e objetivos dos sujeitos envolvidos no conflito territorial. De um lado pessoas da classe trabalhadora empobrecida lutando pelo direito constitucional à moradia, após terem sido enganadas no contexto de uma eleição municipal. Do outro, um político de carreira e seus aliados defendendo seus próprios interesses de classe. Esta situação nos alerta sobre a necessidade de reformas populares estruturais que garantam uma vida digna para a classe trabalhadora nas cidades brasileiras. (SILVA, 2015, p.28).

Após a desocupação violenta do terreno do bairro José Nitro, se iniciou uma negociação com os sem-teto e a prefeitura de São José, a fim de buscar uma resolução para o problema e uma colocação para essas famílias que estavam desalojadas. Tais famílias foram encaminhadas para o Ginásio Municipal do Jardim Zanelatto, localizado na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, na cidade de São José, localidade próxima à ocupação. Para compreendermos melhor a complexidade que tomou este caso, é necessário analisar as

---

<sup>27</sup>A narrativa do G1 acerca dos acontecimentos podem elucidar como a mídia oficial lida com o problema da falta de moradia urbana para os grupos sociais empobrecidos. Vejamos: “No final da manhã desta quarta-feira (10), foram derrubados os barracos das pessoas que invadiram um terreno na Avenida das Torres, em São José, na Grande Florianópolis. Uma ordem judicial concedeu a reintegração de posse do local que foi invadido na quinta-feira (4) por cerca de 150 famílias. (...) Desde o início da manhã desta quarta-feira (10), a Polícia Militar estava no terreno, na Grande Florianópolis, para garantir a retirada de famílias que ocupam o local. De acordo com a delegada que esteve no local, Sandra Mara Pereira, somente as famílias que invadiram o terreno na quinta-feira foram retiradas. “A invasão tem uma conotação política. Uma filmagem mostra um político incentivando esse ato”. (Portal de Notícias G1-SC. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/11/cerca-de-150-familias-invadem-novamente-terreno-em-sao-jose-sc.html>. Acessado em: 15 de outubro de 2015).

condições materiais pelas quais essas pessoas envolvidas no conflito passaram a experimentar no espaço do Ginásio. O espaço físico de um Ginásio destina-se à realização de atividades esportivas, como futebol, vôlei, basquete e eventos comunitários diversos. Sua estrutura, portanto, foi construída para suportar tais atividades. Não é um local para habitação e moradia, no entanto, foi a única alternativa que estas famílias carentes de baixa renda tiveram para não permanecer literalmente morando na rua, após a desocupação do terreno no Bairro Jose Nitro. A contradição estava colocada, pois o ginásio não apresentava condições mínimas de moradia. Não havia no ginásio qualquer tipo de acomodações para essas pessoas, o número de banheiros era insuficiente diante de dezenas de famílias, além disso, a capacidade de armazenamento e distribuição de água era limitada, o sistema de esgoto e saneamento básico não estava preparado causando grandes inconvenientes, inclusive com riscos de insalubridade para as inúmeras crianças. O prédio projetado para ser um espaço arejado e fresco para as práticas de esporte à noite se tornava um ambiente frio e úmido. (SILVA, 2012, p. 29).

Tendo em vista estas precárias condições materiais de produção e reprodução da vida a que foram submetidas as famílias sem-teto, o cotidiano no Ginásio tornou-se uma experiência extremamente difícil e desgastante. Os espaços das arquibancadas foram ocupados e divididos para realização de diversas atividades. As pessoas improvisaram nas arquibancadas camas e locais para cuidar das crianças, ali se reuniam para conversar e alimentar-se. O espaço também serviu como depósito de alguns móveis, eletrodomésticos e utensílios pessoais que sobraram do processo da desocupação. Embora as pessoas do movimento buscassem ali manter aspectos de um lar, a falta de privacidade era algo concreto, muitas se sentiram humilhadas perante estas condições que foram ofertadas pela Prefeitura Municipal. No entanto, aquelas famílias não se intimidaram com as dificuldades da situação e resolveram resistir e se organizar para enfrentar os problemas da vida no Ginásio, assim como lutar em busca de uma moradia, pois consideravam aquela situação temporária. Este movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem-teto conjuntamente à Rede de Apoio buscava articular-se para resolver politicamente o problema junto à Prefeitura, ao mesmo tempo debatiam outras alternativas e táticas de luta. Abriram-se algumas frentes de trabalho como, por exemplo, o grupo que procurou resolver os problemas básicos estruturais no ginásio, dentre eles a falta de água.

A condição de produção e reprodução da vida materializada na vivência no Ginásio provocou mudanças significativas no cotidiano e nos costumes destas pessoas. A experiência vivida e a experiência percebida, nos termos de Thompson (1981), forjaram estas transformações na maneira de interpretar as situações em que estas pessoas se encontravam e na forma de agir para superar as mazelas concretizadas naquele momento. As necessidades concretas de realização das tarefas básicas para a sobrevivência do dia a dia levaram a coletividade organizada a uma solidariedade de classe, que se coloca em oposição aos ditames da individualidade capitalista. Muitas tarefas eram realizadas pelos Grupos de Trabalho de forma cooperativa, dentre elas: a coleta do lixo, o preparo do alimento, a limpeza do ambiente, a segurança, a organização das atividades de lazer, como por exemplo, o “Baile dos Desalojados”, o cuidado das crianças, etc. A organização política do movimento era definida nas Assembleias Gerais.

Os trabalhadores sem-teto traziam consigo distintas bagagens culturais e ao ingressarem no movimento de ocupação passaram a ter de conviver solidariamente com o intuito coletivo de resolução dos problemas de moradia. Forma-se aí uma noção de

pertencimento e que em alguns casos progrediu para a consciência de classe. Há uma percepção de que é na coletividade que se dará o fortalecimento para superar as dificuldades socioeconômicas colocadas. Estes locais, “as ocupações”, são espaços de construções socioculturais com características cooperativas e estruturam-se em iniciativas coletivas. Apesar da brava resistência dessas famílias, a situação começou a ficar insustentável, já que a saúde das pessoas que estavam ocupando o Ginásio começou a se debilitar devido às condições insalubres do local. Seus corpos e mentes cansados passaram a ficar mais vulneráveis. Algumas pessoas adoeceram. As condições básicas de higiene e limpeza dependiam de um sistema de saneamento básico que pudesse suportar o número de famílias, fato que não se sucedeu no Ginásio. Por mais que as pessoas que estavam morando lá se esforçassem para manter tudo limpo e organizado, o prédio não tinha a mínima capacidade de suportar aquele número de indivíduos que ali habitavam provisoriamente.

A precariedade das condições materiais de sobrevivência das famílias sem-teto causou a aceleração de uma estratégia para desocupação do Ginásio no Jardim Zanelato. Já cientes do descaso do poder público, as famílias sem-teto em parceria com a Rede de Apoio realizaram uma manifestação no dia 18 de outubro na Prefeitura da cidade de São José, visando pressionar a mesma a promover uma solução definitiva do problema habitacional, que era de sua responsabilidade. Na ocasião ocorreram duas reuniões no mesmo dia com agentes da Prefeitura. O secretário de Assistência Social da Prefeitura Rui da Luz prometeu realizar ações para resolver o problema das famílias trabalhadoras sem-teto, sinalizando a possibilidade de um terreno da União ser destinado à habitação social. Este processo poderia levar de seis meses a um ano.

Após o término da manifestação e do diálogo com a prefeitura, as famílias voltaram ao Ginásio. O prazo dado para o possível assentamento das famílias (seis meses a um ano) era demasiado para estas pessoas permanecerem no Ginásio. A desconfiança com a possibilidade de mais uma promessa que poderia não ser cumprida inquietava e indignava as famílias e a Rede de Apoio. A própria experiência os ensinou a não confiar nestas promessas oriundas do Estado. Era preciso continuar articulando alternativas que possibilitassem a saída das famílias daquele espaço. Não podiam contar com a promessa da Prefeitura, esperando um ano pelas moradias. Mais uma vez os trabalhadores organizados somente podiam contar com sua própria força de mobilização e organização.

A história da vida no Ginásio do Jardim Zanelato nos mostra a capacidade popular de mobilização para enfrentar os problemas sociais, em especial da expropriação da moradia. A força do coletivo, da cooperação, em uma sociedade de classes, tem um poder transformador gigantesco. Quando estas pessoas começam a se organizar e lutar pelos seus direitos, há um processo de transformação da consciência comum em consciência de classe, esta mudança de mentalidade parte da própria experiência da luta pela produção e reprodução da vida. Desta maneira, algumas destas pessoas tornam-se intelectuais orgânicos<sup>28</sup>, oriundos da própria base

---

<sup>28</sup> “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, eleva-se a técnica – ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente.” (GRAMSCI, 1979, p. 8).



da classe trabalhadora empobrecida. Suas análises e suas ações políticas nascem da sua realidade concreta.

A situação das famílias sem-teto no Ginásio do Jardim Zanellato era insustentável. As promessas feitas pelo poder público da cidade de São José, em reunião realizada após a manifestação feita pelo movimento e pelos apoiadores na Prefeitura, não garantiram nenhum avanço concreto e confiável, nem em curto nem em longo prazo. Perante esta situação a tática colocada em prática foi a “ação direta”, através da realização de uma segunda ocupação, agora organizada pelas próprias famílias e setores da Rede de Apoio. O portal de mídia alternativa Desacato foi um dos primeiros a noticiar o nascimento da Ocupação Contestado. A notícia tem caráter orgânico, a carta pública redigida pelo próprio Movimento das Famílias Sem Teto e algumas organizações políticas apoiadoras eram a certidão de nascimento desta nova ocupação.<sup>29</sup> Na madrugada do dia 7 de novembro de 2012, a ação de ocupação do terreno, hoje Ocupação Contestado, foi iniciada.

O horário em que se deu a ocupação em questão foi estratégico, buscando dificultar a interceptação do processo por parte da polícia e procurando evitar que alguém a denunciasse. A intimidação das famílias por parte da polícia está no contexto do processo de criminalização da pobreza e opressão dos pobres da sociedade catarinense e brasileira. Os participantes da ocupação foram erguendo suas habitações, diversos problemas foram sendo superados. No início se montaram cozinhas e banheiros coletivos, os materiais foram sendo arrecadados perante doações e também comprados pelos participantes que construíram as habitações em forma de mutirão. Esta prática é descrita por Ermínia Maricato, em sua obra “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, da seguinte forma:

A autoconstrução, o mutirão, a autoajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. (MARICATO, 1979, p.71).

Entendemos que todo este processo de autoconstrução é algo que compõe de forma central as estratégias observadas regularmente nas ocupações urbanas. Podemos denominar o mutirão como parte de uma cultura econômica e política forjada na experiência, pois

---

<sup>29</sup> “O povo, unido, jamais será vencido! Madeira por madeira, lona por lona, os moradores da comunidade José Nitro estão, ao longo dos últimos dias, construindo suas casas e sua história em um espaço que é o germe da Ocupação Contestado, consolidada na madrugada desta quarta-feira [dia 7 de novembro]. O nome da ocupação homenageia os cem anos da Guerra do Contestado, conflito que ocorreu no Estado de Santa Catarina no início do século XX e que, assim como em nossa luta, questionou a propriedade das terras e foi manifestação de insatisfação popular diante dos problemas sociais. A ação deve sofrer retaliações nas próximas horas e dias e a Polícia Militar de Santa Catarina já esteve no local: antes das 4h desta madrugada, a polícia surgiu para intimidar os ocupantes, mas não foi o suficiente para desistirmos. Esses trabalhadores da cidade de São José, oriundos de tantos lugares do Brasil, estão protagonizando um ato histórico diante da desorganização dos sem-teto da capital catarinense nos últimos 20 anos.” (Carta: Ocupação Contestado nasce hoje em São José! O povo, unido, jamais será vencido! Disponível em: <http://brigadaspopularessc.blogspot.com.br/2012/11/ocupacao-contestado-nasce-hoje-em-sao.html>. Acessado em: 10 de outubro de 2015).

demonstra um processo consciente de agenciamento dos indivíduos no próprio rumo de suas vidas.

A homenagem que deu origem ao nome da Ocupação Contestado reflete a compreensão de setores do movimento sobre o processo de longa duração do problema da terra no Brasil e o impacto que este tem na vida dos expropriados da terra. É fundamental entendermos que as motivações da Guerra do Contestado foram reinterpretadas pelas famílias sem-teto e pela Rede de Apoio do movimento de ocupação. A Guerra do Contestado, cem anos depois, viria a tornar-se, na homenagem feita pelos ocupantes, uma emblemática referência de luta de classes.<sup>30</sup>

O ano de 2012 foi marcado por intensos debates em torno da Guerra do Contestado. A conexão entre a Ocupação Contestado e a Guerra do Contestado é uma emergência da memória e da experiência da luta popular pela terra no estado de Santa Catarina. É uma reivindicação de memória de resistência, de tenacidade, de força e capacidade de organização e mobilização. É o uso de uma imagem para reforçar a capacidade popular de contestação da opressão e da expropriação/exploração. Guardadas as devidas particularidades, é a dinâmica contraditória dos interesses de classe que movem a história e que dão esperança aos trabalhadores para não desistirem de procurar melhores condições de produção e reprodução de suas vidas.

Este tempo demarcado por um século nos faz constatar, mesmo que em distintos âmbitos, um rural e outro urbano, as permanências dos problemas sociais ligados a terra no Brasil. O direito à moradia é garantido pela Constituição brasileira de 1988, embora na prática não seja exercido de fato, neste contexto abrem-se precedentes legais destas pessoas reivindicarem uma habitação digna. Pois de acordo com o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (SILVA, 2015, p.31).

A organização da Ocupação se deu por meio de Núcleos, divididos em setores. A gestão coletiva do local foi difícil, causando alguns atritos entre as pessoas que ali habitavam. A ocupação tentava se organizar de maneira coletiva e cooperada. A solidariedade sempre foi algo presente em áreas de ocupação popular, as chamadas comunidades. No entanto, estas

---

<sup>30</sup> O historiador Paulo Pinheiro Machado, em entrevista sobre o centenário do conflito, afirma o seguinte: “A Guerra do Contestado foi um conflito social, ocorrido nos planaltos catarinense e paranaense entre 1912 e 1916, que colocou de um lado coronéis, grandes fazendeiros, Governo e, de outro lado, posseiros, pequenos lavradores, ervateiros, tropeiros e agregados. O conflito teve início com a perseguição policial ao grupo de sertanejos que se reunia em torno do curandeiro José Maria, na comunidade de Taquaruçu. Quando este grupo foge da polícia catarinense e se dirige ao oeste, ao Irani, então território contestado sob administração paranaense, os sertanejos passam a ser objeto de desconfiança das autoridades paranaenses, que interpretam sua chegada como uma “invasão catarinense” no intuito de ocupação do território contestado” (Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista com Paulo Pinheiro Machado, em 15 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado>. Acessado em: 10 de setembro de 2015).

solidariedades de classe se desenvolviam de maneira mais descompromissada ou espontânea. No modelo proposto na Ocupação Contestado a questão da cooperação foi tratada de maneira estrutural, ato que causou dificuldades no começo, pois mexia de certa maneira com o costume já adquirido pelas pessoas ao longo de suas vidas<sup>31</sup>.

É importante destacar o protagonismo das mulheres no movimento de Ocupação. Muitas estiveram em funções de liderança, mesmo com dificuldades em relação à gestão de seus núcleos. Há entre estas mulheres algumas migrantes que se tornaram referência e intelectuais do próprio movimento, forjando sua liderança na luta diária para manter a ocupação viva e garantir a produção e a reprodução da vida no interior do movimento. Além disso, tinham a preocupação das crianças nos horários das reuniões que eram realizadas constantemente. Estas mulheres viam-se na necessidade de organizarem suas vidas articuladas à dinâmica do movimento. O sistema de coordenação rotativa demandava uma disponibilidade da pessoa, envolvendo muito de seu tempo para as questões estruturais da Ocupação.

Após a consolidação da Ocupação e da construção coletiva das casas, o movimento entra em uma nova etapa. São realizadas diversas atividades culturais, tais como festas, oficinas de arte, confraternizações, sessões de cinema, entre outras que contavam com a própria comunidade, com a Rede de Apoio e com novos simpatizantes do movimento. A localidade também foi campo de pesquisas acadêmicas. Estas famílias estabeleceram um grau de normalidade em suas vidas, retomando suas rotinas cotidianas com todas as vulnerabilidades e contradições, tão recorrentes em outros centros urbanos do país, da classe trabalhadora empobrecida inserida em um contexto de segregação espacial. A conquista da moradia veio através da luta e não por via de políticas públicas de habitação. Apesar da pressão e opressão da “Grande Mídia”, do Estado e das classes dominantes florianopolitanas que não toleram a organização popular, o movimento da Ocupação Contestado resistiu e se fortaleceu. A sua história incentivou a visualização de novos horizontes para o movimento por moradia na Grande Florianópolis, assim como a aproximação de organizações de esquerda

---

<sup>31</sup>Vejam os casos da ocupante Maria, em seu depoimento traz a dificuldade de gestão coletiva da ocupação: “E assim, ó, e... aqui a gente tem a organização dos núcleos né, nós somos em oito núcleos, é... cada núcleo tem de dois a três coordenadores. É... hoje em dia a gente tá tentando fazer aquele sistema da Coordenação Rotativa, porque... cada morador ser coordenador pelo menos por uma semana, pra ver como é difícil! Pra ver como é difícil, sabe? Porque assim, ó, muita gente diz: “Ah, os coordenadores são isso, são aquilo”. Só que coordenador não tira nada da cabeça, coordenador leva a polêmica que o núcleo tira, entendeu? Só que, infelizmente, quem vai ter que falar lá na reunião o que o núcleo decidiu? O coordenador! Então, agora, com essa rotação que tá tendo de núcleo, teve gente que já chegou pra mim e disse assim: “Ai, eu não quero mais!” Sabe? Foi uma vez na reunião e disse pra mim assim ó: “Não quero mais, não quero mais ir, eu prefiro ficar aqui...” Daí a gente diz assim: “Pô, pra vocês ver como é que é!”. É, complicado, porque tem vezes que a gente vai pra lá, e eu tenho criança pequena, eu vou sete horas da noite, às vezes é quase meia noite e eu tô em reunião ainda... entendeu? Então a gente abre mão de muita coisa pra ajudar a ocupação, não pra ajudar a gente. Porque pra mim era melhor eu ficar em casa, descansando, né? (HST – E tu tem motivo, né, filho pequeno, bebezinha...). É, tem bastante gente assim, né, mas, eu tô... tô aí, e tudo o que eu puder ajudar com certeza eu vou fazer, até mesmo porque a luta é minha também, né. (Entrevista realizada por Gabriella Fernandes, Gabriela Mosqueta, Jade Liz A. dos Reis e Larissa Canuto, acadêmicas do curso de História da UDESC. Acervo pessoal).

com análises diferentes da realidade e de atuação política que veem nas ocupações espaços de construção de unidade. Este processo comprova que a luta social é uma das maneiras mais eficientes que o povo brasileiro tem para conseguir a garantia de seus direitos. A domesticação da classe trabalhadora só interessa ao grande capital, que precisa controlar as massas, visando a manutenção da exploração. O modelo eleitoral brasileiro está inserido em um sistema político controlado por empresários que financiam as campanhas partidárias a fim de garantir compromissos com candidatos eleitos, realizando a manutenção das estruturas lucrativas de seus negócios. A partir da cidade de Florianópolis observa-se uma reação em cadeia em relação à especulação imobiliária, que atinge a cidade de São José e região conurbada. (SILVA, 2015, p.33).

É fundamental uma análise marxista da realidade apreendendo as múltiplas determinações, particularidades e especificidades que compõem a totalidade do objeto de pesquisa examinado. É preciso direcionar um olhar histórico sobre a questão das ocupações urbanas e da migração na Grande Florianópolis.

Segundo a urbanista e professora Maria Inês Sugai (ARQ/UFSC), o processo histórico referente a mais de um século de urbanização da área conurbada de Florianópolis é marcado por três grandes momentos de ocupação pela população pobre: o primeiro ocorrendo em meados do século XIX, onde a partir da abolição da escravatura inicia-se o processo de ocupação de terras do Maciço do Morro da Cruz. O segundo momento diz respeito ao processo de migração campo-cidade dos anos de 1960, quando trabalhadores rurais expropriados começam a chegar na capital ocupando as encostas do Maciço, além das periferias situadas na parte continental da Ilha. Um terceiro momento de expansão das ocupações ocorre na década de 1990, período marcado pelo aumento das desigualdades sociais a partir do processo de adensamento das favelas locais e da consolidação do fenômeno da segregação socioespacial. (CALHEIROS, 2018, p.3).

A questão da moradia é uma questão central a ser investigada quando nos voltamos para o entendimento do processo de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes, no caso da tática de ocupação, podemos notar que nos movimentos de luta por moradia há uma presença significativa de migrantes e que esta participação tem uma dinâmica que precisa ser entendida.

É significativo observar que entre 1991 e 2012 não aconteceu nenhum movimento social organizado de ocupação de terrenos em Florianópolis, nem nos municípios que compõem a área conurbada, ao mesmo tempo em que o problema da moradia agravou-se, acrescido pela vinda de frentes significativas de migrantes de classes populares para a região. Não houve uma mudança significativa no perfil dos ocupantes, embora seja constatada a maior presença de nativos da Grande Florianópolis, e também contando com o incremento de fluxos migratórios provenientes de outros estados e regiões de baixa renda, pouco escolarizados e com escassa experiência associativa anterior. (CANELLA, 2016, p.283).

No caso da Ocupação Contestado, que é o nosso campo de pesquisa e é onde nos interessa investigar a constituição da experiência de produção e reprodução da vida dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, nos é útil observar os dados revelados com maior antecedência<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Estes dados foram revelados na pesquisa “O movimento Sem-Teto e a Ocupação contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”, desenvolvida no Centro de Ciências Humanas e da

Os lugares de origem desses migrantes empobrecidos são principalmente as mesorregiões Oeste e Serrana, que na história recente têm perdido população para as mesorregiões localizadas no litoral catarinense. (MIOTO, LINS e MATTEI, 2010; DESCHAMPS e DELGADO, 2014). Mas chama a atenção o fato de que muitos dos moradores da Ocupação Contestado são nascidos na mesorregião da Grande Florianópolis. (MIRANDA, 2016, p.5).

No dia 7 de novembro de 2018, a Ocupação Contestado comemorou seis anos de sua fundação, num contexto adverso para a classe trabalhadora empobrecida que vê as políticas públicas habitacionais retroagirem, após o golpe de 2016 que aprofundou a agenda neoliberal e vem entregando as riquezas nacionais para setores da burguesia industrial e do mercado financeiro. A Ocupação Contestado vive e resiste, hoje em dia com cerca de 130 a 150 famílias. Se configura em algumas moradias uma situação de coabitação familiar. Há uma presença de migrantes de diversas regiões do país que vem para a grande Florianópolis em busca da produção e a reprodução de suas vidas. A participação da Rede de Apoio segue firme, embora de maneira menos intensa, tendo no movimento das Brigadas Populares o apoio mais contundente. Outras organizações e indivíduos ainda continuam prestando solidariedade ao movimento.

Os últimos acontecimentos na cena política nacional causam inquietação nos movimentos sociais de luta por moradia que se utilizam da tática da ocupação como forma de garantir seus direitos constitucionais. As forças que chegaram ao poder institucional com as eleições de 2018 já apresentaram à sociedade suas intenções de classificar as ações do MTST e do MST como ações terroristas, ainda há uma iniciativa de alteração na lei antiterrorismo que permite uma interpretação que possa criminalizar os movimentos sociais. Nesta conjuntura, os trabalhadores e trabalhadoras da Ocupação Contestado permanecem à espera de mais uma promessa que é o loteamento e a construção das moradias em um novo terreno na Avenida das Torres, localidade próxima ao atual local da ocupação.

## **2.2 Trajetórias de vida de trabalhadoras migrantes da Ocupação Contestado**

A análise qualitativa de trajetórias de vida, articulada à experiência dos sujeitos históricos, potencializa a capacidade de apreensão da realidade concreta do fenômeno social em que os indivíduos estão inseridos. Com base na história da ocupação, traremos a trajetória de quatro trabalhadoras migrantes que habitam e constroem a Ocupação Contestado, a fim de ampliar nossa compreensão sobre a experiência forjada na produção e reprodução da vida de trabalhadores migrantes e sem-teto. Na sequência, apresentaremos uma análise dos elementos em comum nas histórias pessoais de cada entrevistado, destacando singularidades e generalidades, ressaltando aspectos referentes ao mundo do trabalho, à educação e à ação política. Como já apontamos anteriormente, este é um primeiro passo para uma compreensão maior da relação dialética materialista e histórica entre as diferentes formas de expropriação e

---

Educação - FAED/UDESC, coordenado pelo professor Francisco Canella, que contou com a participação de professores e estudantes da UFSC e da UDESC. Esta é uma das principais iniciativas da investigação sobre a Ocupação Contestado e além da informação relacionadas à questão dos migrantes conta com demais análises que nos serviram para caracterizar e entender nosso objeto de pesquisa.

exploração, a questão da migração e as ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto. Devido à magnitude de elementos que compõem este processo social, fizemos um recorte e investigamos uma amostra deste amplo conjunto de relações sociais, no caso, as trajetórias e experiências vinculadas à ocupação Contestado

Os processos de expropriação históricos e contemporâneos forjam as necessidades que levam os trabalhadores a migrar e a ocupar, criando conjuntamente fatores determinantes na trajetória de vida dos sujeitos. A história oral e a experiência no campo de pesquisa são ferramentas de coleta e análise de nossas fontes primárias, no caso as entrevistas e os diários de campo. Pretendemos, assim, captar elementos da experiência desenvolvida na produção e reprodução da vida destes trabalhadores migrantes sem-teto. As trajetórias observadas através da história oral foram articuladas às bibliografias que permitem o cruzamento de dados, buscando a eficácia da investigação.

Antes de iniciarmos a apresentação e análise das trajetórias e condições de vidas dos sujeitos relacionados ao fenômeno social ao qual empreendemos nossa investigação, é preciso expor elementos da dinâmica migratória que alimenta a Ocupação Contestado:

Muitas destas famílias são provenientes de outros Estados (principalmente Rio Grande do Sul, Paraná e alguns Estados do Nordeste, como Pernambuco e Ceará) e do interior do Estado de Santa Catarina (especialmente da região Oeste, marcada pela expulsão recente dos trabalhadores rurais). A origem dos moradores da Ocupação Contestado é, pois, uma expressão da dinâmica das migrações internas no Estado de Santa Catarina. De igual modo, a maioria das famílias possui um histórico de periferização na Região da Grande Florianópolis, isto é, residem em locais cada vez mais afastados da região central, no que expressam, ainda, a dinâmica da ocupação do solo urbano, como vítimas dos processos de valorização da terra urbana em curso. Em ambos movimentos, as famílias da Ocupação Contestado e suas trajetórias migratórias dizem muito sobre a dinâmica migratória existente no Estado de Santa Catarina e também sobre a dinâmica dos movimentos intra-urbanos na região da Grande Florianópolis. (CANELA, 2016, p.3).

Machado (2015), quando analisa a questão da formação da consciência de classe com base na experiência dos trabalhadores da Ocupação Amarildo, estabelece um diálogo com trabalhos recentes do sociólogo e professor Francisco Canella. O pesquisador defende a tese de que há dois ciclos distintos de ocupações urbanas na região da grande Florianópolis, o primeiro iniciado nos anos 1990 com a ocupação Nova Esperança e o segundo em 2012 através da Ocupação Contestado. As revelações realizadas nestes estudos fornecem dados fundamentais para compreendermos os movimentos migratórios em direção à Grande Florianópolis e que acabam levando os trabalhadores às ocupações urbanas:

Sobre as transformações no perfil migracional entre os ciclos, o autor destaca a emergência, no segundo ciclo, de maior representatividade de famílias do norte e nordeste do país, além da existência de uma parcela significativa de migrantes de grandes centros urbanos, o que era incomum no primeiro ciclo. Além disso, uma parcela expressiva dos ocupantes provenientes do próprio município, são filhos e filhas de migrantes das décadas anteriores, o que expressa para o autor a dificuldade de inserção social dessas levadas migracionais. (MACHADO, 2015, p. 105).

A tese dos ciclos de ocupação cria um esquema que possibilita ter um olhar histórico sobre a presença de migrantes em ocupações urbanas. Seria importante aprofundar em outro momento as rupturas e permanências entre os dois ciclos de ocupação a que o autor se refere.

No ano da ocupação, a Nova Esperança contava com 49 famílias, e segundo os dados demonstrados 17,3% dos ocupantes era natural de Florianópolis, sendo que 65% dos participantes residia na cidade há mais de 10 anos, e apenas 5% residia em outras cidades no ano da ocupação. No que tange ao segundo ciclo, 67% dos participantes da Contestado são nascidos em Santa Catarina, que somados aos 12,8% dos naturais de Paraná e dos 2,1% do Rio Grande do Sul compõe mais de 80% da ocupação. Menos de 9% dos participantes correspondem a migrações do nordeste, que somados às regiões oeste e centro-oeste brasileira, atingem meros 17% da ocupação. (MACHADO, 2015, p.108).

Os dados nos permitem ter uma visão quantitativa sobre os percentuais de migrantes por região. Tais informações são extremamente importantes pois nos levam a constatar em que cenário se desenvolve o movimento migratório percorrido pelas trabalhadoras migrantes entrevistadas nesta pesquisa.

Sobre o estado de origem do pai e da mãe do responsável pelo domicílio, na ocupação Contestado, os dados demonstram que 53% dos pais e 57% das mães são provenientes de Santa Catarina, sendo os estados do RS e PR os mais elencados entre os demais estados brasileiros, somando 18% no caso do pai e 23% no caso da mãe. Ainda é importante destacar que, no caso da ocupação Contestado, mais de 50% desses migrantes chegaram na região de Florianópolis após o ano 2000, estabelecendo-se majoritariamente nos municípios de São José e Palhoça. (MACHADO, 2015, p.108).

Os estudos de Canela (2016) e Machado (2015) permitem nos aproximar do movimento migratório que conforma a Ocupação Contestado. A análise das trajetórias e das condições de vida dos sujeitos em foco, todos migrantes, nos permitirá compreender e expor o caráter histórico e processual da experiência de vida dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, presentes na luta por moradia.

Apresentaremos as trajetórias na forma de narrativa histórica, intercalando a exposição com citações das entrevistas na íntegra, abrindo espaço para a própria narrativa dos sujeitos entrevistados. As condições de vida destes trabalhadores migrantes serão analisadas de forma articulada com as bibliografias de referência.

É importante destacar que as quatro entrevistas foram feitas com mulheres. Tal ocorrência se deu pela própria dinâmica do trabalho de campo, onde o fluxo da pesquisa empírica direcionou a este caminho. No início do projeto de pesquisa existia uma intenção de trabalhar com trabalhadores migrantes que exercessem algum tipo de liderança orgânica no cotidiano e na organização da luta pela moradia na Ocupação. Há um processo de construção do conhecimento forjando sujeitos políticos oriundos desta fração da classe trabalhadora e de suas condições de vida. Ao realizar as entrevistas com os trabalhadores migrantes tendo como foco questões relacionadas ao trabalho, à educação e à ação política, materializadas em suas trajetórias, buscamos fragmentos que nos permitam avançar na compreensão de suas experiências. Quando o trabalhador conta suas histórias motivado pelo entrevistador, vemos um exemplo da construção dialética entre trabalho, educação e experiência. Ao contar sua história o trabalhador cria uma síntese entre a experiência vivida e a experiência percebida. Assim, o uso da história oral orientado em uma perspectiva marxista é uma excelente forma de desenvolver pesquisas embasadas na categoria experiência de E.P. Thompson.

Não é nosso objetivo principal fazer uma análise com recorte de gênero em nosso objeto, entretanto, historicamente, a ocupação de trabalhadores sem-teto em questão, é caracterizada politicamente pelo protagonismo das mulheres na construção do movimento.

Assim, desenvolvemos nossa abordagem com atenção para a forte presença das mulheres na luta pela moradia e nas jornadas migratórias a que elas se conectam.

### **Priscila: uma jornada de resistência e liderança<sup>33</sup>**

*“Aí depois que tu começa a conhecer os teus direitos tu começa a lutar por eles.”*

Priscila é considerada uma das lideranças da Ocupação Contestado e foi por meio dela que pudemos concretizar esta pesquisa empiricamente. Além de conceder nossa primeira entrevista, ela mediou as outras entrevistas e nos ajudou a entender melhor a experiência da Ocupação. Sempre disposta a ajudar no trabalho de campo, sua contribuição foi determinante para a realização de nosso trabalho. Priscila tem 37 anos e está em uma união estável com seu companheiro, com quem vive há aproximadamente vinte anos. Ela tem seis filhos e uma neta. Natural da cidade de Joinville nos conta que a mãe nasceu na cidade de Braço do Norte e o pai em Urubici, ambos no estado de Santa Catarina. Sua mãe quando jovem migrou e foi morar na Serra Catarinense e depois no morro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Priscila tem dois irmãos mais velhos que nasceram em Braço do Norte e outro irmão que assim como ela nasceu em Joinville. Foi em 1992 que Priscila veio para Florianópolis, quando tinha onze anos. Após sua chegada morou no bairro Estreito próximo ao Hospital Florianópolis na parte continental da cidade. Depois sua mãe comprou uma casa na Praia de Fora no município de Palhoça-SC, onde morou cerca de dez anos. Priscila assim que casou, mudou-se para São José, onde morou na atual casa da mãe, no Jardim Zanellato, de 2005 até começar a ocupação em 2012.

Entre os motivos que levaram a família de Priscila a migrar de cidade em cidade, temos o elemento dos laços familiares. Sua mãe se divorciou do seu pai, ela e a irmã ficaram sob a guarda da mãe e o seu pai ficou com a guarda dos seus outros dois irmãos. Sua mãe casou novamente e em seguida foi buscar as duas filhas. A família da mãe de Priscila em sua grande maioria mora na região da Grande Florianópolis. Entretanto, ela nos diz que tem tios em São Paulo, uma tia e um tio em Urubici e em Paulo Lopes, também tem parentes em Criciúma. O amparo familiar foi importante quando a mãe da Priscila se separou. Criar duas filhas sozinha seria difícil e complicado, situação comum para um grande número de mulheres trabalhadoras e migrantes no Brasil.

Sobre como era a vida no local em que nasceu, ela nos diz que gostava bastante. Além do trabalho na construção civil como mestre de obras, seu pai participava de rodeios. Patrícia relata com nostalgia que a família acompanhava o pai, viajava com frequência. Ela adorava andar a cavalo talvez influenciada pela prática paterna.

---

<sup>33</sup> Nas análises e exposições oriundas das entrevistas e da observação no campo, usaremos nomes fictícios para garantir o anonimato e a privacidade das pessoas entrevistadas. Todos os parâmetros éticos foram adotados na coleta das entrevistas e na exposição das trajetórias, histórias e experiências das trabalhadoras migrantes entrevistadas.



Refere-se à sua cidade natal como a melhor cidade do mundo. Suas recordações da época são um misto de memória das dificuldades econômicas com a alegria de criança que enfrenta os percalços do cotidiano com leveza e capacidade de observar a vida com otimismo e esperança:

Eu lembro assim das dificuldades assim que a minha mãe passava né (...) raramente a gente tinha aquele churrasco, raramente a gente “ah, agora tu vai no mercado e tu traz a bandeja de iogurte, bolacha”, a variedade para ti poder oferecer para seus filhos. Antigamente quando a minha mãe ia no mercado ela trazia um agrado para todos e que a gente ficava feliz da vida né. Que era brincadeira bem de criança mesmo né, e eu ia com os amigos, brincava de pega ladrão e ia para o meio mato, corria, e fazia um monte de coisa e hoje em dia é mais informatizado. (PRISCILA, Entrevista 1, 2019).

A questão da alimentação, obviamente, é central para a sobrevivência. Além de enfrentar o problema da fome que é intrínseco à sociedade de classes, as pessoas têm que lidar com todo um fetiche voltado ao mercado consumidor alimentício. Este inquieta e causa incompreensão principalmente no imaginário das crianças. Quando analisamos as lembranças e memórias de infância, recorrentemente vemos alguma citação sobre práticas alimentares associadas ao maior ou menor bem-estar da família. Há uma relação nostálgica com o alimento, determinada por uma situação concreta, a fome. Cheiros, sabores e ocasiões onde a comida tem um papel afetivo para muitos trazem boas e más lembranças.

Assim como a comida, a casa é um elemento de preocupação permanente para os trabalhadores migrantes. A moradia é um fator determinante para o desenvolvimento da experiência cotidiana, Priscila conta que:

(...) até uns seis anos, cinco, seis anos eu morei na Benjamin Constant que era uma casa de madeira que tinha um sótão que a gente ia lá para cima, daí eles botavam um monte de colchão e dormia lá. E depois a minha mãe conseguiu... Eles conseguiram comprar um terreninho né, ela e meu pai, a gente se mudou para Vila Nova aí lá que houve o divórcio né, que eles se separaram. Ainda fiquei morando um tempo lá com meu pai e depois teve a separação judicial e ela ficou com nossa guarda, mas lá na casa da Vila Nova assim era um pouco melhor, era um loteamento, né. Então era uma subida na nossa casa, ficava no começo da subida e tinha uns matos assim (...) a nossa alegria era fazer as coisas bem rápido para sair e brincar né... Pra sair e brincar, nossa era aquelas brincadeiras bem antigas que hoje em dia vai pra lá o pessoal eles não sabem do que a gente tá falando, muito bom. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Na época em que morou em Joinville, alguns bairros estavam começando a crescer. A Vila Nova hoje em dia é uma localidade bem urbanizada, entretanto quando Priscila morou neste bairro não era totalmente loteado. Não havia calçamento em todas as ruas e ainda existiam estradas de chão. Na região de Benjamin Constant, outro local onde morou, já estava configurado um bairro com maior estrutura, próximo à BR. Como existia uma empresa da Ultragas na região, foi viabilizado o calçamento da localidade, ação necessária para facilitar a atividade comercial. O movimento no bairro Vila Nova era intenso. Já no loteamento em que residiam, cercado pela mata, havia uma avenida principal com maior circulação de pessoas. Para a família fazer compras no comércio próximo, passavam por um caminho por cima de grandes tubos de concreto atalhando até o mercado. A mãe de Priscila fazia faxina, trabalhava como empregada doméstica na casa de outras famílias.

Uma coisa que eu sempre me recordava que eu dizia pra minha mãe que eu dizia que queria uma bicicleta, porque lá era uma cidade que todo mundo tinha uma bicicleta né...

como a gente era uma família mais humilde... Então eu fui ganhar minha bicicleta quando eu me mudei para Florianópolis, ...ele (o pai) também laçava nos rodeios, chegando a ganhar troféus. Ele começou a atividade de laçador de rodeios em Joinville, em seguida foi para região conhecida como Chaparral e assim, passando a viajar para outros lugares para atuar nesta atividade. Eu lembro que quando a gente ia viajar é... Um dos presidentes do CTG tinha um ônibus, então as crianças viam tudo aqueles ônibus, então era uma bagunça (...) eu tenho lembranças que a gente ia e acampava né, o CTG vai durar uma semana, a gente acampava lá e ficava aquela semana toda, era bem legal. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Apesar da infância humilde, dos recursos materiais limitados, nas suas recordações ela foi feliz. As coisas eram mais saudáveis em sua opinião, as brincadeiras, a questão da violência não se fazia tão presente, era uma vida mais tranquila. Em sua infância em Joinville, Priscila frequentou regularmente a escola. Sua vivência na educação formal aparece em seu relato, nos elementos do cotidiano e da produção e reprodução da vida em família:

Eu lembro que lá no Benjamin Constant eu tava numa creche, não me recordo o nome, mas eu lembro que tinha uma distribuidora de cerveja da Antártica lá no caminho da minha creche. Eu lembro que meu irmão dizia assim “ah se tu me incomodar eu vou te jogar lá no tonel daquela cerveja” ele falava pra mim assim... Qual é a outra recordação que eu tenho de lá... Da Merville e da Ultragaz, os caminhões chegando e saindo. Mas assim, já era um terreno maior, eu lembro que meu pai morava no terreno do patrão dele né, a gente ficava como caseira, aí atrás tinha cocheira dos cavalos, coisa assim e o pasto onde eles treinavam os cavalos pra, como que se diz, adestrar o cavalo né. E do lado tinha firma e nossa casa ficava assim na frente né, então o nosso meio era ali meio que na região né. Que pelo movimento de caminhão, BR próxima assim já era mais perigoso tá brincando. E na Vila Nova, eu estudei num Colégio, eu não lembro, acho que era Valentim João da Costa eu acho, não tenho muita lembrança assim. Estudei nesse colégio, estudei o primeiro, segundo e aí o terceiro ano não estudei lá, estudei numa escolinha pequena num sítio de Garuva. E quando eu passei pro 4º ano, eu estudei no Jair Callado ali no Estreito. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Em relação à educação formal, Priscila conta que estudou até o segundo grau, porém não completou o ensino médio. Parou de frequentar as aulas após um acidente e não retornou mais, nesta época Priscila já era casada e diz ter sido um período difícil. Em suas lembranças conta que em seu tempo de escola, ela era rebelde. Conta que era bem inteligente, tirava notas boas, mas tinha divergências com alguns professores por não aceitar o método de ensino. Depois que veio para a Grande Florianópolis passou pelo colégio Jairo Callado, depois na escola da Praia de Fora em Paulo Lopes, na região conhecida como Enseada, no colégio Venceslau Bueno, localizado na Palhoça, fala que estudou em aproximadamente em seis escolas.

Recorda a tentativa de um projeto de extensão que seria realizado na ocupação, uma espécie de supletivo acontecendo de quinze em quinze dias. Se este projeto estivesse se concretizado poderia ter retornado aos estudos. Ela percebe que a demanda por educação formal não é uma exclusividade sua e que há um número grande de jovens e adultos que não concluíram o percurso básico da educação. Muitos deles teriam vontade de retornar aos estudos, mas a falta de oportunidades dificulta este retorno.

Nossa entrevistada nos conta que seria importante ter algum projeto de escolarização e preparação para os jovens trabalhadores, pois a realidade econômica dificulta que os sujeitos da ocupação retornem ou prossigam seus percursos formativos. Em sua análise a parceria com a universidade poderia criar as condições para a construção de um projeto pedagógico na

ocupação. Acadêmicos estiveram na ocupação, coletaram telefones de interessados em participar de um projeto educacional. Muitas pessoas não se interessaram, havia a vontade de montar uma turma para fazer um semiextensivo. Conseguiram algumas pessoas e fizeram algumas atividades, a filha de Priscila participou do projeto. A questão do vale-transporte era um problema pois as aulas não seriam na ocupação. Muitos jovens estão acabando o terceiro ano e não tem dinheiro para pagar um cursinho pré-vestibular e tem aqueles que se formam e tem que trabalhar para ajudar a família e acabam não dando continuidade aos estudos. A filha de Priscila é acadêmica de pedagogia em uma universidade, na modalidade à distância. Tem um sonho de fazer Serviço Social na UFSC.

Na adolescência Priscila trabalhava e dormia no emprego, só saía no final de semana. Sua mãe morava na Praia de Fora nessa época. Ela se casou com dezessete anos e foi morar no morro no centro de Florianópolis, no porão da casa da mãe de seu marido. O casal morou neste local por volta de um ano, depois foram morar na casa da mãe, na Praia de Fora, em Palhoça. Um dos motivos foi a violência que aumentava na região do maciço do Morro da Cruz motivada pelas disputas entre o tráfico e a “Guerra das drogas” travada pela polícia. O marido de Priscila trabalhava no centro da cidade neste período, em um estabelecimento que comercializava alimentos. Ela ficava com as crianças em casa. Seu marido teve um imprevisto e saiu do serviço, fato que a fez trabalhar em um restaurante para ajudar nas despesas da casa. Ela começou trabalhando na área da limpeza e manutenção da residência do dono do restaurante. Após fazer seus trabalhos ela ia para o restaurante de frutos do mar de seu empregador finalizar seu trabalho do dia. Em suas palavras, vemos as dificuldades que esta trabalhadora migrante enfrentou na produção e reprodução de sua vida e da família:

Ai eu bem abelhuda.. assim comecei a fazer meu serviço e ia ver meu patrão que tinha um restaurante com frutos do mar, ele trabalhava, eu ia ajudar ele aí, dali eu comecei como faxineira, depois fui pra auxiliar ai fui pegando conhecimento, conhecimento na cozinha e recebi uma proposta de trabalho num restaurante aqui na Palhoça. Aí comecei a trabalhar como cozinheira e chapeira, ali fiquei mais uns dois, três anos aí eu me mudei pra cá, aí eu vim morar pra São José. Quando eu vim morar aqui pra São José em 2005, eu ganhei minha filha Ketlin, aí eu comecei a vender Trimania, comecei a vender Trimania por que na época... criança pequena, bairro novo, não conhecia quase ninguém então eu tinha que fazer meu horário né, da maneira que dava né. Entrava trabalhando aqui na JCM que era um atacado, aí comecei a vender trimania, aí vendia a semana inteira da maneira que dava e no sábado de manhã eu ia a pé daqui até lá no centro, daí eu ia vendendo pra não gastar dinheiro da passagem e oferecendo pra ver se conseguia tudo pra poder voltar pra casa e trazer algumas coisas para as crianças e nisso ficou, fiquei o que... uns dois anos. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Os obstáculos enfrentados por Priscila não podem ser vistos como exceção, muito pelo contrário. Estes, são regra no cotidiano da classe trabalhadora brasileira. Na região da grande Florianópolis tal realidade se reproduz vorazmente. A estrutura classista do estado de Santa Catarina que é considerado o mais conservador do país potencializa a desigualdade social no âmbito nacional. O Brasil encontra-se inserido no mercado internacional, na dinâmica do imperialismo monopolista e do agronegócio e segue na contemporaneidade conservando os elementos que sustentam as condições que determinam a humilde vida dos trabalhadores do campo e da cidade. A trajetória de vida de Priscila e de sua família se desenvolve nesta conjuntura. Para compreendermos a experiência dos trabalhadores migrantes que ingressaram na luta pela moradia de forma organizada e coletiva se faz necessária uma investigação profunda sobre as relações de trabalho que estes sujeitos vivenciaram em suas

trajetórias de vida. As memórias de Priscila refletem a realidade concreta experimentada diariamente por indivíduos explorados e oprimidos na relação capital/trabalho em tempos de terceirização, flexibilização e desemprego. Vejamos:

Daí ele trabalhava no atacado, aí ele foi pra uma loja no centro... aí ele fazia lanche ali naquela Pão De Queijo. Daí eles tavam precisando de uma funcionária aí ele assim... “posso trazer minha mulher pra fazer um teste aqui?”, aí eu fui, eles gostaram e eu fiquei lá, aí depois é... Tinha um vizinho meu que trabalhava no correio, aí ele assim... “tu não quer trabalhar no correio? é bem bom, de segunda a sexta” ...e eu trabalhava de segunda a sábado e pra mim era mais difícil porque tinha criança pequena né. Então daí eu fui trabalhei na Pão de Queijo, daí fui fazer um teste no correio, aí fui conversar com meu patrão agradei ele, mas eu né... Aí comecei a trabalhar no correio, trinta dias no correio a firma decretou falência, nem a minha carteira tinha assinado ainda. (PATRICIA, entrevista 1, 2019).

Nessa época, com a falência da empresa prestadora de serviços, Priscila entra com advogado em busca de seus direitos. Na sequência, outra empresa assumiu e o pessoal dos Correios que já conhecia e gostava do trabalho de Priscila, a indicou. Trabalhou seis meses ainda e depois foi renovando contrato com as empresas que se sucederam na prestação de serviços junto ao correio. Depois de um tempo conseguiu trabalhar em meio período, pela manhã. Logo depois de uma indicação de uma vizinha que gostava muito de sua comida e que sabia de suas aptidões na culinária, foi trabalhar numa creche à tarde.

Quando eu consegui passar para meio período no correio uma vizinha minha que trabalhava na rede Municipal de creche na alimentação né, ela adorava minha comida, ela dizia que eu era muito detalhista e que a nutricionista dela ia me adorar. Assim aí eu fui aí, ela me contratou, conversou comigo, aí eu fiquei trabalhando de manhã no correio e à tarde na creche. (PATRICIA, entrevista 1, 2019).

Dois empregos mais os afazeres da casa e da família configuram uma tripla jornada de trabalho. Dificuldades em ter seus direitos trabalhistas garantidos e a rotatividade em postos de trabalho se intercalam com o reconhecimento da qualidade de seu serviço. Priscila demonstra uma aptidão crescente para a área da culinária, que poderia estar sendo desenvolvida em sua plenitude se esta trabalhadora não estivesse submetida a relações trabalhistas caracterizadas pela exploração e a opressão. Apesar dessas mazelas, percebemos que há uma solidariedade entre os trabalhadores. Uma indicação para um trabalho, a troca de serviços, objetos, mercadorias, um auxílio na busca de moradia, uma mãe ou avó geralmente cuidando de filhos de vizinhos e parentes que estão trabalhando, são ações necessárias realizadas na luta pela sobrevivência. Ao longo do processo histórico, a classe trabalhadora aprendeu com base na experiência a praticar a economia de comunidade, assim como vemos na história de Priscila.

A ideologia burguesa e capitalista lançada sobre a massa trabalhadora levando-a a crer que basta trabalhar duro e economizar para alcançar riquezas cai por terra na trajetória desta trabalhadora migrante. Sua vivência não é exceção e sim a regra. Não é o trabalho individual, o comportamento empreendedor idealizado no liberalismo econômico que produz riqueza e capital e sim a exploração do trabalho alheio colocada em prática através da extração de mais-valia, a espoliação e a expropriação permanente da classe trabalhadora.

Aí eu saia todo dia cinco e pouco da manhã, pra dar tempo de chegar uma hora mais cedo no meu serviço para não me atrasar no outro né, que daí em vez das sete a uma eu fazia das seis ao meio-dia. Aí eu fiquei por uns dois, três anos trabalhando direto de

manhã no Correio e de tarde na creche. Eu trabalhei anos assim e aí onde ficou um tempo assim mais folgado assim em casa tudo, mas nunca consegui adquirir para conseguir uma casa né, nunca, nunca, nunca. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

A questão da moradia é central na luta pela sobrevivência dos trabalhadores. Casa e trabalho são elementos determinantes nas trajetórias de migrantes. Os trabalhadores que conseguem articular habitação e emprego tendem a interromper temporariamente seus movimentos migratórios. É importante para a reprodução do capital que a grande parcela do proletariado permaneça sem moradia própria, sem um paradeiro fixo, pois tal condição favorece a exploração dos trabalhadores. Aquele indivíduo que consegue adquirir uma casa própria, por mais simples que seja, não estará vulnerável à extração de mais-valia da mesma maneira que o trabalhador completamente expropriado.

É, e eu nunca via retorno assim né para poder guardar alguma coisa para poder né, adquirir alguma coisa. E daí teve uma época que de tantas empresas sair, dar golpe, eu resolvi sair do correio, não adiantava pagar para trabalhar né. Aí eu fiquei só na creche e nessa creche eu trabalho até hoje né. Na verdade, no momento eu estou encostada, vou perder o posto, eu perdi o posto assim né... Mas tô na rede Municipal de Florianópolis até hoje, desde aquela época até hoje ainda tô na rede municipal de Florianópolis né, sou cozinheira trabalho com eventos assim. É bem interessante assim né, porque a partir do momento que começa a trabalhar, sair, conhecer outras pessoas, tu começa a conhecer os teus direitos também né. Aí teve... Meu vô ficou doente, tendo um AVC e minha mãe veio morar com a gente, que eu morava de favor né. Então ficou morando eu, a minha avó, meu avô, a minha mãe e o marido dela né. Aí tava apertado daí ela começou né “olha você tem que arrumar um lugar porque né”, mas eu lembro que eu tinha de ganhar neném, minha filha que tá com seis anos agora, (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Priscila trabalhava exaustivamente e de forma dedicada, mas não conseguia alterar sua real condição de vida e de sua família. O esforço e dedicação ao trabalho evidentemente lhe garantiu inserção profissional, entretanto não alterou o nível de dificuldades do seu cotidiano.

De repente teve esse comício, pessoal todo falando que ia ter esse comício na praça lá do José Rico, a gente foi lá e é aonde que ele loteou as famílias né, falando que “ah, vocês podem ocupar aquele terreno lá e a partir da eleição a gente vai legalizar todo mundo... Que é um terreno que está em déficit com a prefeitura e a prefeitura vai tomar posse do terreno, que eles não pagam o IPTU, e podem ir que se eu ganhar, eu vou legalizar todo mundo!” (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

A promessa de campanha do então candidato à Prefeitura despertou a esperança nos trabalhadores. A possibilidade, mesmo que incerta, de terem acesso à casa própria foi um dos fatores determinantes que desencadearam essa primeira ocupação. Priscila conta que ao chegar no terreno já foi demarcando seu espaço, estava feliz com a possibilidade de ter sua casa. “*Aí a gente foi, começamos a investir nas coisas né, aí eu lembro que passou eleição ele não ganhou...*”. Sete anos depois, Priscila já com maior experiência recorda o início desta história:

(...) quando foi na terça-feira eu tinha consulta marcada para minha menina que tinha ganhado né, tava de resguardo...Quando eu chego assim meu deus, aquela Avenida estava tomada por policiais, assistente social, conselho tutelar, cavalaria e muita gente chorando revoltado, sabe. Muita gente sem saber o que fazer porque eles chegaram assim falaram “vocês têm duas horas para tirar tudo ou a gente vai passar com a máquina por cima” e foi o que fizeram tá, muita gente tava trabalhando, muita gente

tava sozinho, criança sozinha em casa e não sabia o que fazer. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

O pânico tomou conta daquelas pessoas, vítimas dessa violência estatal, tendo suas trajetórias alteradas de forma arbitrária. Violência essa, somada ao fato concreto de não terem para onde ir e sem ter a quem recorrer, num ato de protesto, queimaram seus barracos. Creram na promessa, na mentira que lhes foi contada, sofreram uma violência extrema que gerou indignação e revolta:

Aí a revolta foi grande, aí a cavalaria, tropa de choque avançando assim, o pessoal tinha que ir recuando, muita gente revoltada né, que largou aluguel, largou tudo, pegou e tacou fogo na casa, preferiu tacar fogo do que deixar isso passar por cima. Eu sei que quando eu cheguei... que eu fui olhar lá já tinha ido minha panela, já tinha ido tudo e não consegui pegar nada, que eu tinha colocado os pentes tudo... (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

O dia da desocupação do primeiro terreno ocupado por Priscila e os demais trabalhadores foi um momento extremo, onde a criminalização da pobreza ficou evidente. Priscila lembra de uma moradora de rua, hoje companheira de luta na atual ocupação, sentada com as crianças chorando. A comoção tomou conta dos trabalhadores, raiva, indignação, tristeza eram os principais sentimentos, famílias compartilhando a mesma tragédia social. Neste mesmo dia, tiveram um primeiro contato com pessoas ligadas a movimentos sociais, que ficaram sabendo do despejo pela mídia e vieram dar seu apoio. Esse encontro foi muito importante para essas famílias, pois contribuiu para que estes indivíduos se fortalecessem e avançassem na sua luta pelo direito à moradia. Aconteceu neste contexto um processo educativo conjunto, articulando os apoiadores dos movimentos sociais e os trabalhadores desalojados.

A maioria dos trabalhadores estava em condições dramáticas assim como Priscila, que mesmo contando com a ajuda da mãe, teve a atitude de seguir na luta com seus companheiros da ocupação. Foi se desenvolvendo uma mobilização mais organizada para apoiar os sem-teto. A luta coletiva e organizada trouxe novas características para a trajetória de Priscila, alterando sua própria compreensão sobre a luta pela terra. Toda essa experiência lhe permite fazer análises sobre o que se passou.

(...) foi mapeado esse terreno e a gente ocupou (...) aqui né porque na verdade, moradia é um direito de todos né e como diz o ditado antigamente, se perguntasse para mim eu ia começar a rir porque para mim antigamente sem-terra era tudo maluco (...). Aí depois que tu começa a conhecer os teus direitos tu começa a lutar por eles. Vai trabalhar o resto da vida e tu não vai conseguir adquirir nada porque a gente hoje em dia trabalha de dia para comer à noite. Então ali a gente agarrou aquilo que eram famílias que realmente precisavam daquilo ali, a gente dependia que isso aqui desse certo, não voltar para aluguel para não voltar a morar de favor, então assim, foi uma resistência muito grande e eu fui me identificando com essa luta. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Esta é uma trajetória de perseverança diante da extrema desigualdade social brasileira. Infelizmente situação deflagrada no cotidiano difícil enfrentado pelos trabalhadores no Brasil. Os direitos sociais garantidos na constituição de 1988 ficaram em grande parte no campo das ideias, não foram implementados concretamente, conservando a estrutura classista do país. O problema da moradia que uniu Priscila e os demais trabalhadores na Ocupação Contestado é enfrentado de forma coletiva e organizada pelos movimentos sociais, que forjam em suas próprias bases novas lideranças. Trajetórias de vida transformadas pela própria

experiência, a luta trazendo esperança e trilhando novos caminhos. Uma jornada de resistência e liderança.

O aprendizado sobre os processos complexos e dinâmicos vivenciados por Priscila nestes sete anos de ocupação transformou a maneira como esta trabalhadora migrante sobrevive e escolhe os próximos caminhos a seguir. A luta coletiva e organizada foi uma forma de interromper seu movimento migratório. Apesar de enfrentar muitas dificuldades em seu cotidiano na produção e reprodução da sua vida e de sua família, ela já não paga aluguel e não precisa morar de favor na casa de parentes. Tal condição proporciona um alívio nas contas do mês e a oportunidade de cessar o deslocamento contínuo. Faz sete anos que Priscila e sua família não mudam de casa, nem de bairro ou cidade. A ocupação lhe proporcionou a possibilidade de interromper o deslocamento permanente que ela vivenciou em sua trajetória, tornando mais árdua suas condições de vida. A liderança real surge na base, trabalhadores tornando-se sujeitos políticos. Priscila é uma intelectual orgânica dos trabalhadores migrantes e dos sem-teto. Apesar de não ter uma função burocrática de líder da ocupação, a sua trajetória de vida e a maneira como ela foi lidando com sua experiência de classe dentro da ocupação a fez ser considerada uma liderança para os trabalhadores e para os apoiadores.

### **Carmem: da luta sindical ao movimento dos trabalhadores sem-teto**

*“Eu luto com todas as minhas forças pra não sair daqui antes de ter uma moradia, porque eu não tenho pra onde ir.”*

Todas as pessoas têm uma identidade, um rosto, uma história. Aqui mais um desses indivíduos se torna visível e compartilha conosco sua trajetória, experiência e luta. Carmem, a segunda trabalhadora migrante entrevistada começa seu relato se identificando, *“estou com 53 anos, estou em processo de separação e tenho três filhos. Quatro filhos, porque adotei meu neto.”* Assim como acontece com Carmen, essa história se repete e é recorrente em muitas famílias brasileiras. As avós ajudam a cuidar netos na falta da mãe, ou mesmo para que a mãe dê conta de trabalhar fora para prover o sustento de todos. Neste caso, a Carmen cuidou do neto, praticamente o adotou, como conta, considera-o como filho. Viveu esta situação por doze anos até o momento em que a criança voltou ao convívio pleno com a mãe, filha da Carmem.

Carmem nasceu em São Paulo, capital, sua mãe no estado de Santa Catarina na cidade de Garopaba, mudou-se para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. O pai era do Espírito Santo, ambos já são falecidos. Se conheceram no Rio de Janeiro, tiveram uma filha lá, irmã carioca de Carmem e em seguida foram para São Paulo onde tiveram duas filhas, Carmem é uma delas. Observamos na sua trajetória familiar que a experiência da migração esteve sempre presente. Aos 11 anos, Carmem veio para Santa Catarina, especificamente para Imbituba, onde por falta de emprego para a mãe, não ficaram por muito tempo. O que moveu a família a migrar inicialmente foi a questão da falta de trabalho e a saúde frágil de um dos irmãos que se agravava em função do clima e poluição do local onde moravam anteriormente, São Paulo. Mudaram-se novamente, desta vez para a grande Florianópolis. Moraram no bairro Monte Cristo, Saco dos Limões, Forquilha em São José e no jardim Zanelatto onde

tiveram contato com a Ocupação Contestado. Fica evidente que a busca por trabalho é uma questão central no movimento migratório realizado pela família de Carmem.

Quanto à sua formação escolar, Carmem conta como foi o início do seu percurso educacional. Ainda em São Paulo esteve com os irmãos no internato até seus 11 anos. Quando se refere a esse período transparece uma certa tristeza por crescer afastada da família. Naquela época, os internos recebiam a visita dos familiares uma vez por mês apenas. *“Então, a gente foi praticamente criado sem família, só no colégio. Tudo era ali, tudo, a gente morava no colégio, lá eu entrei com cinco anos e sai com 11 anos...a gente tinha uma boa educação, eu guardo de bom desse colégio era isso...”* Carmem demonstra gratidão ao se referir a esse aprendizado no colégio interno. Uma boa educação, limites, disciplina, horário, são elementos que ela considera importantes para a sua vida. *“Pra mim, é para as minhas filhas que eu criei nessa mesma base então deu um bom alicerce, digamos assim.”* Reconhece que a prática pedagógica dentro do Colégio de freiras foi fundamental para sua experiência.

Depois desse período no internato no interior de Taubaté-SP, um colégio Sírio não católico, administrado por freiras, algo no mínimo curioso, sua mãe retira os filhos dessa escola e vai com todos para o estado de Santa Catarina. Observamos aí a continuidade do processo migratório vivenciado por essa família.

Ela possui o segundo grau completo e conta que sofreu muito, porque quando começou a migrar teve que repetir do quinto até o oitavo ano, sabendo tudo e não podendo mudar de série, repetindo tudo o que tinha estudado. Sobre a possibilidade de ingressar em uma universidade, esta trabalhadora migrante diz estar impossibilitada por questões de saúde, ao qual atribui seu próprio abandono dos estudos. Relata ter tido problemas psicológicos que intensificaram suas dificuldades, encerrando o sonho que tinha de ser uma médica cirurgiã cardíaca. Ela chegou a fazer o curso técnico de enfermagem para se preparar para a medicina e conhecer melhor a área da saúde, e também verificar se este era realmente o seu caminho. Nos dias de hoje fala que se tivesse condições voltaria a estudar e constata que o maior problema das pessoas da ocupação em relação ao estudo é o deslocamento e a conciliação da atividade educacional com as tarefas diárias. Entende que se tivesse dentro da comunidade um espaço escolar, ela e as demais trabalhadoras poderiam completar seu percurso formativo.

Ao chegar no estado, mais especificamente em Florianópolis, Carmem trabalhou como empregada doméstica e camareira. Na sequência fez concurso público para a Prefeitura e trabalhou no município como merendeira, então com dezenove anos. Depois fez curso de Técnico em Enfermagem trabalhando nessa área até a aposentadoria. Vejamos nas palavras de Carmem como foi seu ingresso na prefeitura.

(...) uma professora da minha filha que depois veio a ser a madrinha dela, da minha filha do meio, da Lúcia, ela que soube do concurso e veio e falou pra mim fazer, inclusive ela emprestou o dinheiro para eu fazer o concurso. E eu fiz o concurso e passei em primeiro lugar, daí eu podia escolher vaga e escolhi na creche das minhas filhas. Então no período que eu trabalhei na creche eu trabalhei junto com elas na creche, então não fiquei longe delas. (CARMEM, entrevista 2, 2010).

Aqui temos um fato que se repete nas trajetórias, assim como aconteceu com Priscila, foi por uma troca de informação e solidariedade que se revelou a oportunidade de trabalho para Carmem. Pelo seu relato, ficando ela em primeiro lugar no concurso, podemos inferir da importância da sua base educacional. Apesar de não podermos afirmar que a vivência



educacional de Carmem na escola Síria tenha sido fator determinante na sua colocação no concurso, é possível dizer que o fato desta trabalhadora migrante ter tido essa experiência escolar, a auxiliou em sua caminhada profissional. Num primeiro momento trabalhou como merendeira no Município e por motivos de saúde, sendo alérgica e asmática, não permaneceu neste posto por muito tempo. O ambiente da cozinha com fumaça etc, potencializava seus sintomas, sendo esta atividade muito desgastante para Carmem. Não tendo condições para continuar neste posto de trabalho, foi transferida para a Biblioteca Municipal e depois para um Posto de Saúde. Em busca de melhorar sua condição de vida e formação, fez o curso técnico em enfermagem e atuou nessa área até sua aposentadoria, sempre vinculada ao município.

Carmem descreve sua trajetória profissional como trabalhadora da Saúde, com o trabalho paralelo de cuidadora de idosos. Já no início do seu trabalho na Prefeitura, ingressa no ativismo político via luta sindical.

Meu lado político começou daí, eu comecei a desenvolver esse lado político quando eu entrei na prefeitura, no terceiro mês de trabalho, teve uma greve na prefeitura e eu entrei nessa greve mesmo estando no estágio probatório entrei na greve e consegui parar boa parte das creches, na liderança, daí começou meu lado político, depois eu fui eleita como diretora do sindicato, trabalhei dois anos como diretora, e outros ajudando a eleger as novas diretorias também que a gente sempre apoiava, foi aí que veio esse meu lado político briguento aí, de lutar pelas coisas, o que tava certo e o que tava errado, de rigor com o poder público também, por direitos. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Diferentemente das outras trabalhadoras migrantes entrevistadas nesta pesquisa, Carmem já havia vivenciado a organização política através da luta sindical. Este fato que, segundo o que ela mesma relata, lhe trouxe através da própria experiência a capacidade de ter um olhar crítico sobre a realidade concreta que a cercava. Fica expresso no seu depoimento a desilusão com o poder público, o distanciamento que existe entre o trabalhador e as ações governamentais na maioria das vezes ineficientes.

Muito a gente conseguiu porque eles mentiam muito, eles faziam os cálculos imaginários da situação, pra não ter que dar aumento, e não pode, a gente achava uma coisa absurda isso, mas quando a gente fazia os cálculos e conseguia provar que eles estavam errados que a gente via o tanto de falcatura que existia, dinheiro que era desviado, a gente descobriu muito isso, má administração do serviço público, o dinheiro público, a gente descobriu também isso, então me ensinou muito isso. Me ensinou a ver as coisas ali daquela cortina que eles fazem. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Carmem percebe os limites da esfera pública, reflexo da democracia representativa liberal burguesa onde a política é determinada em última instância pela dinâmica do capital. Muitos trabalhadores mesmo estando inseridos em algum espaço de organização política tem uma visão limitada ou equivocada quanto ao sistema econômico político vigente. Carmem, por sua vez, já tem uma consciência previa estabelecida, fruto de sua trajetória de vida na luta pela sobrevivência. É com orgulho e satisfação que ela recorda do tempo que estava atuando organicamente no sindicato, onde chegou a ser dirigente por 4 anos, entre o final dos anos 1980 e início da década de 90. À frente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasen)<sup>34</sup>, a diretoria que Carmem compunha foi responsável

---

<sup>34</sup> “Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, depois de muita luta os servidores públicos, finalmente, conquistaram o direito de organizar-se em sindicatos. Até então, os trabalhadores no serviço público municipal de Florianópolis estavam organizados em duas associações: Associação dos

por conquistas de direitos importantes. O estatuto do sindicato, a data base, a construção de mais de 58 sindicatos em prefeituras do entorno (como na cidade de Rancho Queimado), a informatização dos diretórios dos trabalhadores, o dia oficial de pagamento, o direito de férias e o plano de carreira, foram algumas das conquistas relatadas por essa trabalhadora. Ela nos conta que a maioria dos direitos que os trabalhadores do município têm hoje foram conquistados em sua época e que o setor do magistério foi o que mais avançou de lá para cá.

Sobre sua aprendizagem, fruto da experiência na luta sindical, ela relata que é preciso “*ver além. Quando um político fala alguma coisa e você tem dúvidas, vai atrás e descobre, não contam*”. Uma constatação interessante feita por esta trabalhadora migrante, ressaltando com suas palavras a necessidade da busca pela verdade e que pode estar escondida por traz do discurso político duvidoso. Vemos neste caso uma compreensão significativa da relação entre aparência e essência no âmbito da política.

A própria história que deu início à Ocupação Contestado está vinculada a um discurso político de aparências, movido por interesses eleitorais, aproveitando-se das necessidades econômicas dos trabalhadores e de sua “boa fé”. Carmem diz que tal fato pode ter contribuído para que ela se identificasse com a ocupação, pois já havia tido experiências semelhantes na luta sindical. Profissionais da política enganando e manipulando trabalhadores através de promessas não cumpridas. Na ótica da entrevistada “*as cortinas de fumaça, não dá pra fazer isso, não dá pra fazer aquilo, empurrar com a barriga, e quando tem interesse político na hora da eleição eles aparecem, então tudo isso, a gente foi, macaca velha já... foi vendo como as coisas são.*” Nos dias de hoje esta senhora já aposentada não exerce uma atividade profissional formal, com problemas delicados de saúde, ela diz não ter planos para o futuro e recorda com nostalgia da época em que trabalhava.

Apesar das dificuldades cotidianas, Carmem segue atenta às questões envolvendo a Ocupação Contestado e ao cenário da política atual no Brasil. Quando questionada sobre a reforma da previdência, apresentada pelo governo federal, ela lhe desperta desconfiança, problematizando a questão dos valores apresentados, do discurso oficial e da corrupção. Sua análise demonstra o seu conhecimento de que os trabalhadores configuram uma classe social explorada, a qual ela se entende como componente, fato importante que demonstra certo nível de compreensão da dinâmica da luta de classes.

(...) aquela cortina de fumaça que eles queriam pra fazer alguma coisa. Eles usam isso pra justificar aquilo que eles querem fazer, tá acontecendo isso agora, tenho certeza que a situação da previdência não está sendo como é, existe um rombo na previdência realmente existe, é muita roubalheira, mas é só fazer esse pessoal que pegou o dinheiro devolver, porque já melhora. Onde eles deveriam atacar eles não atacam, eles tiram dos trabalhadores, nós pagamos a conta do roubo deles, daquilo que eles roubam, isso que está errado no Brasil. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

---

Servidores Municipais de Florianópolis (que reunia o Quadro Civil da PMF e Comcap) e Associação dos Educadores Municipais de Florianópolis (trabalhadores na Rede Municipal de Ensino). O SINTRASEM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis foi fundado no dia 14 de outubro de 1988 em assembleia geral da categoria, como um sindicato independente de governos e patrões, em defesa dos direitos dos trabalhadores.” Informação disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Interna/22/Historia>

Há, na fala de Carmem, uma descrença e repulsa à classe política (representativa) e um entendimento de que os políticos profissionais não estão afinados ou representando os interesses dos trabalhadores, muito pelo contrário. Ainda questiona a quem realmente afeta esse tipo de política? Quem paga a conta dessa má administração? Considera uma vergonha a atitude dos políticos que deveriam estar a serviço da população, e que, no entanto, cuidam apenas dos próprios interesses. Os trabalhadores e contribuintes no Brasil são rotineiramente lesados, em sua interpretação.

Após uma trajetória de trabalho, migração e muita luta individual e coletiva, a experiência no movimento sindical foi um fator importante na vida de Carmen. Contribuiu em sua educação e formação como ser humano, criou melhores condições intelectuais para que esta trabalhadora migrante pudesse observar a realidade, agir sobre ela com maior consciência e compreensão das relações sociais em que se viu envolvida. Ela nos conta quais as circunstâncias que a levaram à Ocupação Contestado e como este movimento se relaciona com sua própria trajetória, como uma mulher batalhadora que habita uma ocupação urbana de trabalhadores sem-teto. Com a morte do pai em Belo Horizonte, Carmem e sua irmã precisaram viajar para lá a fim de tratar da herança que haviam recebido. Durante um deslocamento, já na cidade, de dentro do ônibus avistaram uma manifestação que acontecia, impedindo o trânsito. Foi uma cena marcante, policiais avançando sobre as pessoas que ali estavam. As irmãs indignadas e chocadas com a situação desceram do ônibus e se juntaram aos manifestantes. Neste momento tiveram o primeiro contato com a Ocupação Dandara<sup>35</sup> e seus componentes. Em conversa com uma senhora que participava da manifestação, foram convidadas a conhecer a ocupação e para um café no local,

(...) daí conhecemos Dandara, tomamos café com eles, descobrimos a história deles, o motivo pelo qual eles estavam lutando pela terra e daí tá, voltamos pra Florianópolis e eu já tava morando aqui no Zanelato. Uma pessoa aqui de dentro me falou da ocupação e eu já tava assim, pela bola sete, não tinha mais como pagar aluguel. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O contato com a Ocupação Dandara em Belo Horizonte desperta em Carmem um interesse em conhecer melhor os movimentos sociais de trabalhadores sem-teto e suas lutas por moradia. Nessa experiência, Carmem percebe que as ocupações dos trabalhadores sem-teto e sem-terra podem ser alternativas viáveis para sair do aluguel e enfim ter uma casa. Acendendo um cigarro após nos perguntar se não nos importávamos, ela recorda daqueles dias. A necessidade imediata de procurar uma alternativa e a falta de recursos financeiros para pagar o aluguel é apresentada por Carmem como fator crucial para seu ingresso na ocupação. Dos R\$ 500,00 mensais que pagava pelo aluguel, passou a pagar R\$ 850,00, sendo que seus ganhos não ultrapassavam os mil e quinhentos mensais na condição de aposentada.

---

<sup>35</sup> “(...) estima-se a presença de mais de quatro mil pessoas na mais nova ocupação rururbana de Belo Horizonte. Batizada de Dandara, em homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares, a ação foi realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o MST. A ação faz parte do Abril Vermelho, em que se reforçam as lutas sociais pela função social da propriedade (previsto no inciso 23 do artigo 5º da Constituição Brasileira) e inaugura em Minas Gerais a aliança entre os atores da Reforma Agrária e da Reforma Urbana.” Informação disponível em: <http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/04/um-mar-de-barracos-de-lona-o-que.html> . A Ocupação Dandara iniciou em Abril de 2009.

Conta ainda que entrou com recurso para revisão da aposentadoria, o que lhe rendeu um aumento de duzentos reais, valor esse ainda aquém do necessário para ter uma vida digna. Como boa parte do seu salário está comprometida com suas medicações e tendo que pagar aluguel e alimentação, ainda vive numa situação bastante difícil. No Jardim Zanelatto os aluguéis são mais baratos do que na capital, situação essa que faz com que a maioria dos trabalhadores se estabeleçam longe dos centros urbanos como Florianópolis. Com a saúde debilitada e sem perspectivas de melhora, assim como muitos trabalhadores e aposentados neste país atualmente, Carmem encontra dificuldades para produzir e reproduzir sua vida. Sua ida para a Ocupação Contestado se deu nessas condições. Carmem já tinha conhecimento de que havia um movimento de trabalhadores sem teto próximo ao local onde morava. Em conversa com uma amiga, a quem chama de Galega, ficou conhecendo melhor a Ocupação Contestado.

(...) assisti duas reuniões, primeiro assim sem vínculo (...) daí fui sorteada, não era todo mundo que pegava (...) daí fiz um empréstimo e fiz minha casinha, um chalezinho que caiu num dia de chuva forte. Mas daí vim pra cá morar nesse chalezinho, eu vim pra cá quinze dias depois que o pessoal entrou. (...) A gente não tinha água, a gente não tinha luz, daí foi feito um gato da água, (...) cada quadra tinha um local, uma torneira, daí a gente tinha que carregar, eu acordava às quatro da manhã pra encher tudo, não tinha luz, depois que a gente conseguiu fazer um bico de luz, (...) era tudo feito na cozinha comunitária, então eu vim bem no começo. A maioria das casas era de lona. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

A realidade concreta dentro das ocupações é preocupante. Falta de água e energia elétrica, habitações precárias construídas com o material disponível, lona, plástico etc, saneamento básico inexistente, enfim, características presentes tanto em ocupações, quanto nas favelas, vielas, vilas e becos de periferias das grandes cidades. É dramática a situação destes trabalhadores empobrecidos no Brasil. A segregação sócio espacial nas cidades não é determinada por fatores técnicos ou científicos e, sim, por uma escolha política das classes dominantes. Como já apresentamos anteriormente, é fundamental para o processo de exploração dos trabalhadores, que estes sujeitos se encontrem em péssimas condições de vida, sobrevivendo em condições precárias e até desumanas. O liberalismo econômico burguês, apesar de seu discurso em defesa da liberdade, na sua essência favorece apenas a classe dominante.

Carmem, que durante grande parte de sua vida laboral empenhou sua força de trabalho no serviço público, hoje constata com indignação e frustração o descaso por parte do estado com seus servidores. Acredita que se não fosse a ocupação ela poderia estar morando embaixo de uma ponte, ou até em condições piores, como na rua, já que, segundo ela, nem embaixo de ponte estão deixando os sem-teto ficar mais. As filhas moram em casas modestas e também enfrentam precariedades, fator que tornaria difícil a elas coabitarem na mesma residência.

Eu tenho uma inscrição de casa popular na prefeitura de Florianópolis há mais de quinze anos, nunca fui chamada. Já estive lá, conversei com a assistente social, já pedi para ser enquadrada como funcionária e nunca fui atendida. Porque eu tenho esse direito, eu sei que eu tenho esse direito. Só que é um direito que me foi usurpado. Hoje eu estou morando numa ocupação por causa da prefeitura de Florianópolis que paga um salário miserável aos aposentados. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O que Carmem chama de usurpação se enquadra no processo contemporâneo de expropriação, onde os trabalhadores têm seus direitos sociais retirados, suspensos ou alienados. Revela-se neste relato a associação das expropriações históricas com as atuais, sintetizadas na falta de moradia.

Rememorando seu ingresso no movimento de luta dos trabalhadores sem-teto materializada neste caso em sua participação na Ocupação Contestado, Carmem relata que já tinha noção de como era difícil a produção e reprodução da vida em uma ocupação urbana, seu contato com os trabalhadores da Ocupação Dandara em Belo Horizonte lhe deram elementos para tomar consciência de alguns aspectos destas questões. Entretanto, o conhecimento da dinâmica da luta organizada e coletiva só se deu através da experiência. Apesar de ter vivenciado a luta sindical que em certos aspectos dialoga com a luta nas ocupações, existem especificidades que ela precisou se familiarizar. É evidente que os sindicalistas enfrentaram ao longo de sua história de luta a violência do estado, mas no próprio processo histórico avançaram em seu direito ao reconhecimento de suas demandas. Foi reconhecido o direito de greve, por exemplo, fato que foi capaz de certa forma de atenuar a violência por eles sofrida pelo poder público dependendo da conjuntura econômica, política e cultural de cada período. Já o movimento dos trabalhadores sem-teto que se utiliza das ocupações como forma de luta, pelo menos na atualidade, é perseguido, criminalizado e os sujeitos que o compõem são tratados como bandidos, pois afrontam diretamente a instituição da propriedade privada. A violência policial, intensa no início da Ocupação, ficou marcada na memória de Carmem, a brutalidade da opressão do estado em relação à Ocupação Contestado é algo inquietante para esta trabalhadora.

(...) na época a gente fazia vigília pra polícia não invadir, porque a polícia invadia e derrubava as barracas de lona, queria tirar o pessoal daqui a força, a gente sofreu muito com a polícia aqui dentro, eu já tive minha casa invadida com a polícia dentro procurando droga na minha casa, eu sou uma pessoa sozinha, doente, eles invadiram minha casa de madrugada procurando droga e arma e procurando um homem a todo custo, eu disse assim: homem? Só se você arrumar um porque eu não tenho, eu vivo sozinha. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O desrespeito aos direitos civis da população é gritante, principalmente quando se trata dessas populações que estão vulneráveis e marginalizadas. Assim como acontece nas ruas, nas cadeias, nos assentamentos e nas ocupações, pessoas são ofendidas em sua dignidade e no seu direito de se manifestar e lutar por condições de vida e moradia. Carmem nos reporta aos eventos de violência policial institucionalizada que viveram dentro da ocupação, a truculência dos policiais, a brutalidade como abordaram crianças e os demais integrantes.

Arma de guerra, fuzil na cabeça de uma criança, na época tinha cinco anos de idade. São coisas absurdas que a gente passa numa ocupação, que a maioria das pessoas aí fora não vê, acha que a gente aqui é tudo marginal, todo mundo vagabundo, não quer trabalhar, ninguém quer pagar aluguel e não é essa situação, a maioria aqui são trabalhadores, essa minha vizinha aqui tem dois empregos, ela e o marido trabalham que nem dois loucos, eles têm seis filhos, não é fácil (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Falta para a Prefeitura, segundo Carmem, vontade política, a qual demonstra descaso e negligência com a situação das pessoas que ali estão. O direito à propriedade privada é reconhecido na Constituição de 1988, entretanto a Carta Magna define que tal condição está

diretamente relacionada com a função social. Ao falar sobre o terreno onde está localizada a ocupação, Carmem faz uma constatação:

(...) é uma mulher rica que deve trinta e cinco anos de IPTU, isso é desapropriação. Esse terreno já devia ter sido desapropriado há muito tempo, mas a prefeitura é omissa, é negligente, não cumpre com a parte dela. Sem contar o prefeito que prometeu o terreno pra gente e saiu fora e deixou todo mundo na rua né? (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O terreno em questão estava abandonado, não cumpria sua função social e ainda acarretava prejuízos aos cofres públicos com uma grande dívida em impostos municipais. A situação de ocupação se dá diante da omissão da prefeitura em relação a uma promessa de campanha eleitoral. O Ministério Público reconhece o mérito e se posiciona favorável à ação dos trabalhadores. Esse apoio traz amparo jurídico ao movimento dos sem-teto. A prefeitura de São José só implementou um Programa Habitacional após o evento ocorrido com as famílias no Jardim Zanelatto. Carmem tem um olhar crítico sobre as políticas públicas relacionadas à moradia.

Analisando a trajetória e as condições de vida de Carmem, podemos dizer que a luta no movimento sem-teto aprofundou seu processo de compreensão da realidade. O conhecimento oriundo do próprio trabalho se qualificou por meio da militância sindical. A vivência na Ocupação Contestado ampliou sua experiência e lhe permitiu reconhecer como a exploração do trabalho e o déficit habitacional se relacionam de forma dialética. Após sete anos de ocupação, Carmem assim como Priscila se fixa num local e deixa de arcar com o ônus do aluguel.

### **Bernadete: uma migrante nordestina**

*“(...) a gente trabalhava meia/meia, lá o dono da terra, se a gente tirava seis sacos de feijão, nós tínhamos direito a dois sacos e eles tinham direito a quatro sacos.”*

Ao chegar em Florianópolis, Bernadete trabalhou como doméstica por um tempo com registro na carteira, mas depois de ter seus filhos, parou de trabalhar fora e cuidou de outras crianças para complementar a renda do casal.

Já no início de seu relato, Bernadete cita a história que originou a ocupação, articulando seu depoimento com a sua própria história. A dificuldade de pagar o aluguel em sua antiga residência é apresentada como um fator determinante na sua iniciativa de participar do movimento. A incompreensão e intolerância das forças policiais no dia da reintegração de posse do primeiro terreno ocupado pelos trabalhadores marcou sua memória. O contato com a rede apoio convenceu-a a permanecer no grupo dos trabalhadores sem teto e ajudou-a a compreender de forma mais eficaz o problema da moradia por ela vivenciado. Bernadete nos conta que chegou a falar com o candidato à prefeitura na ocasião, relatando sua difícil situação de habitação e a falta de recursos para pagar o aluguel, onde recebeu apenas uma confirmação de que o pessoal estava de posse do terreno. Após sete anos de ocupação esta trabalhadora se diz contente por ter pelo menos saído do aluguel, pois já estava muito nervosa com a falta de recursos para sustentar a casa e família junto com seu companheiro, que no

começo resistiu a ir para o ginásio com Bernadete, mas acabou se convencendo após essa trabalhadora ter uma conversa séria com ele, questionando-o se o mesmo pretendia passar o resto da vida pagando aluguel. Bernadete começava a acreditar na luta organizada pela moradia como forma de alterar sua trajetória pessoal e familiar assim como sua condição de vida. A própria luta coletiva passava a forjar um processo educativo.

(...) a gente saiu do aluguel, pagando aí direto, aí a gente tinha dias que não tinha nada pra por na boca, porque meu marido trabalhava, mas o dinheiro que ele ganhava um pouco de dinheiro assim, a gente não tinha dinheiro pra sustentar a família daí eu tinha que cuidar dos filhos dos outros pra poder botar comida pra dentro de casa. Daí a gente saiu do aluguel morando embaixo de lona, que é das famílias que moravam aqui, nós tava aqui embaixo de lona não tinha como sair do aluguel aqui, que até meu marido tava aí se matando pra pagar aluguel e não queria vim né? (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Bernadete, assim como grande parte dos trabalhadores migrantes que moram de favor na casa de parentes e amigos ou paga aluguel, vivenciou a realidade de mudar de residência várias vezes. “ah, eu já morei lá no Centro, já morei lá em Barreiros, já morei no Estreito, como é? No Zanelatto, já morei no Jose Nitro também...”. Quando chegou em Florianópolis ainda solteira morou com o pai e os irmãos que já estavam por aqui.

Vim, eu já vim solteira, meu pai pagava aluguel, era uma peça, bem pequenininha não dava pra nós todo junto, morando junto, aí eu arrumei um emprego e fiquei posando no emprego, eu dormia no emprego, aí fui trabalhando, trabalhando, depois conheci o Estevão, daí também queria se casar, a gente não queria ficar sozinha, a gente fizemos, se ajuntamos, daí tá feito, né? (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Bernadete relembra sua vida no Nordeste. Nascida em uma das regiões mais carentes do Brasil, experimentou na pele as mazelas da desigualdade social. Sabemos que a seca é uma questão natural e social, a qual dificulta a produção e reprodução da vida dos trabalhadores rurais da região, situação que Bernadete e seus familiares conheceram de perto. A produtividade dos roçados dependia diretamente da presença das chuvas. Assim como seus irmãos e a maioria de jovens e crianças oriundos do meio rural, filhos de trabalhadores do campo, Bernadete tem em sua trajetória de vida, a experiência do trabalho infantil. Atividade essa que se desenvolveu em uma relação de trabalho análoga ao “meeiro”.

A vida lá era muito difícil. A vida lá era assim, a gente trabalhava na roça né? A gente pra poder tirar um legume no nordeste lá, tinha que chover, se não chovesse lá, não tinha recurso pra tirar os alimentos, era tudo mais difícil (...), a gente trabalhava meia/meia, lá o dono da terra, se a gente tirava seis sacos de feijão, nós tinha direito a dois sacos e eles tinham direito a quatro sacos. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Apesar de usar a expressão “meia-meia” que tem origem na prática do meeiro, vemos no relato de Bernadete que em sua região no interior do Nordeste esta relação trabalhista é ainda mais precária. A expropriação, a exploração e a alienação aparecem de forma acentuada naquela realidade concreta. Entende-se por meeiro quando o agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa, entrega ao dono das terras o produto da colheita que por sua vez é fruto de seu trabalho. O proprietário da terra por vezes oferece moradia e algum espaço determinado para o cultivo pessoal do trabalhador, implementos agrícolas e animais. Quantias em dinheiro podem ser negociadas de antemão entre o dono da terra e o agricultor como adiantamento da produção. Existem vários modelos de meação, os quais são ajustados de acordo com as combinações específicas entre as partes. No Brasil, a agricultura de meação

ainda é muito praticada, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Isso acontece em decorrência dos processos históricos de expropriação, onde os trabalhadores do campo foram separados de forma violenta da terra, do seu direito a utilizá-la para prover a produção e reprodução da vida para si mesmo, seus descendentes e para a comunidade.

Bernadete e os irmãos auxiliavam os pais no manejo da plantação e no cuidado com o gado do proprietário das terras. *“...aí eu até cuidava do gado, eu ganhava um troquinho também, eu dormia no mato, dormia lá na roça, lá onde eles tinham gado, eles diziam assim pra mim: quando os gado vim, não deixa os gado invadir a outra roça de alguém lá.”* Isso lhe rendia alguns trocados, o que auxiliava na renda da família. Os ganhos em dinheiro eram muito escassos. Embora não faça uma crítica direta ao latifúndio de seu empregador e trate a questão com certa naturalidade, reconhece que a precária relação de trabalho a qual sua família era subordinada tem relação com a propriedade da terra. Depois da colheita, o trabalho era de preparar o milho e o feijão para a venda. Separadas as partes do meeiro e do dono da terra, que neste caso não era feito na proporção de metade para cada um e sim 60% para o proprietário e 40% para o meeiro.

Na condição de meeiros, os trabalhadores tinham direito de morar em casa cedida pelo patrão, trabalhavam a terra e moravam nela. *“...é, morava na terra deles onde a gente plantava é isso (...) a casa era dele, não era nossa, ele dava a casa pra gente morar.”*

Toda e qualquer oportunidade de ganhar um dinheiro extra era aproveitada. Enchia a cisterna de vizinhos, carregando e tirando água do rio com dificuldade, auxiliava como podia. *“Eles não tinham como encher a cisterna de água daí eles pediam pra mim carregar de balde para encher a cisterna, a água não ficava tão longe assim mas eu carregava do rio.”* Recebia alimento em troca do trabalho, o que era muito bom para a família. Cuidou de criança, viajava com os pais da criança de Parambú até Fortaleza, ganhava um dinheiro e entregava para a mãe que tinha muitos filhos para alimentar. Bernadete era a filha mais velha e, portanto, assumia maiores responsabilidades, trabalhando desde cedo. Tinha uma boa relação com todos.

(...) eu sim, eu me dava bem com todo mundo, eu gostava de ver novela né? Eu gostava de ver novela na casa dos vizinhos, eu sentava lá, os vizinhos me chamavam lá, eu sentava lá na casa dos vizinhos, eu assistia novela até meia noite. Eu gostava né? Meus irmãos tudo, sentava ali, sentava no chão ali, tava a televisão, a mulher botava a televisão ali, nos ficava tudo sentado assistindo ali. Eu era responsável pelos meus irmãos pequenos, se tu não ficar quieto vai direto pra casa, eu dizia assim pra eles, eles já me olhavam assim, já, quem quisesse ficar, ficava, porque era assim, eu só vivia assim na casa dos conhecidos porque eles chamavam assim, vem ver uma televisãozinha, porque a gente não tinha né? Naquela época não tinha televisão não. Só rádio. (risadas) (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Até sair da localidade onde morava, auxiliou a mãe no cuidado dos irmãos menores e com as tarefas diárias. *“era, eu dava muita força pra minha mãe, eu falava pra ela, vou ajudar a mãe até quando eu for solteira, depois que eu casar e tiver filho, daí vai mudar o negócio...”* Bernadete vem de uma família numerosa, quatorze irmãos, pai e mãe. Lembra e compara a criação daqueles tempos com a de hoje. Constata que mesmo em meio às dificuldades, que eram muitas naquela época, era mais fácil ter uma família grande, longe da violência, onde os filhos eram criados mais livremente.

(...) porque naquela época era mais fácil criar do que hoje, porque hoje a gente tem dois filhos, três filhos, não dá mais pra ter quatro filho, porque mudou tudo. Minha mãe só



dizia assim pra mim: você pega o balde, vá pegar água e enche os potes tudinho, se não encher você pode se preparar que você vai apanhar, pois eu ia pro rio, aprontava no caminho mas chegava em casa, enchia os potinhos, colocava assim de água e ela ficava contente. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Em se tratando de sua educação formal, Bernadete conta que fez a alfabetização no Nordeste, mas que foi no EJA, quando já estava em Santa Catarina, que concluiu o ensino fundamental. No período que estava estudando continuou a trabalhar como empregada doméstica, pois não tinha condições financeiras de se dedicar exclusivamente aos estudos, realidade de muitos trabalhadores migrantes que cursam o EJA. Em relação à possibilidade de retorno aos estudos formais, Bernadete diz que as vezes tem vontade de voltar a estudar, mas que por enquanto o retorno não está em seus planos de curto e médio prazo. Seria preciso melhorar algumas coisas em sua vida para ela conseguir reingressar no EJA.

Nos dias de hoje, morando na ocupação, Bernadete concilia seu trabalho doméstico com a atividade informal de venda de produtos cosméticos, não fica parada. Diz que não tem interesse em buscar outro trabalho, pois já tem seu tempo comprometido com a casa e as vendas. Quando era solteira e tinha emprego ajudava a mãe e os irmãos no Nordeste mandando dinheiro. Depois de casada se dedicou para sua própria família. Relembra da época que morava com a irmã, nos conta como ficou sabendo da ocupação do primeiro terreno, prometido pelo prefeito candidato à reeleição em São José. Em uma caminhada pelo bairro, viu a movimentação de pessoas limpando uma área, todos trabalhando em conjunto. Bernadete tinha desconfiança se aquela ação surtiria em algo concreto, mas foi estimulada pelos que ali estavam que assim como ela não tinham onde morar. *“Daí eu disse: é mas será que isso vai dar certo? Pegar uma casinha ali, né? Daí eles disse: vai sim, vai dar certo, você vai que vai dar certo.”* Naquele momento Bernadete despertou para a possibilidade de ter sua casa e aderiu ao movimento dos trabalhadores sem-teto. Foi até o terreno e demarcou dois lotes. Aos poucos outros trabalhadores foram chegando e demarcando seus lotes também. Aconteceu tudo muito rápido, a ocupação se deu em poucos dias, logo foram erguendo barracos improvisados. Bernadete não tinha material, ganhou algumas telhas de fibrocimento de alguém de dentro da ocupação. Vemos aqui mais um exemplo de solidariedade entre os trabalhadores que aprenderam em suas trajetórias a compartilhar o pouco que tem. Não se trata aqui de uma ideologia e sim de uma necessidade concreta, como vemos no exemplo a seguir:

Eu não tinha casa assim pra botar, aí eu disse o que que eu vou fazer? Teve um lá que disse assim pra mim: eu vou dar um telhado pra você e você faz a casa só com a telha só, daí eu fiz a casa assim só com a telha assim, as telhas em pé, daí eu fechei ela todinha e em cima eu botei um pedaço de plástico né? De lona, e daí me enfiei lá dentro, levei um colchão (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Bernadete associa sua experiência no Nordeste, onde passava as noites cuidando do gado na fazenda de seu empregador, dormindo no mato em condições precárias, como uma vivência que a preparou para enfrentar aqueles dias difíceis que passou sozinha dormindo no barraco de lona e telha. Em suas palavras,

No Nordeste lá, foi como eu falei, cuidei do gado lá e então aqui não tinha medo, pra ganhar uma casa não ter que ter medo não, é o que eu digo, quem quer conquistar uma coisa se tiver medo não consegue, foi isso aí. Daí às vezes passamos lá e também teve muita gente que dormiu lá, daí eu arrancava com as mãos aquele mato lá porque não tinha enxada. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

O evento trágico que caracterizou a reintegração de posse do primeiro terreno foi um momento marcante na trajetória desses sujeitos. O grau de violência estatal foi tamanho, que somado à real falta de moradia, gerou naqueles trabalhadores resistência, alterou de certa forma sua consciência e suas ações. O terror policial praticado contra aquelas famílias é lembrado por Bernadete, que descreve o ocorrido da seguinte forma:

(...) nesse dia choveu muito, foi parecendo filme de terror, aquelas crianças na chuva, todo mundo na chuva, eu também com a minha lona, meu barraquinho erguido, vindo a cavalaria na frente, aquela operação de choque, helicóptero, soltando bomba na gente (...) aquelas armas assim (...) jogando spray de pimenta. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Após a violenta retirada das famílias, ela foi com os demais trabalhadores para o ginásio. O contato com os movimentos sociais que nesse momento já estava consolidado proporcionou aos sem-teto aplicar formas de organização e gestão do espaço de forma coletiva. A experiência dos movimentos sociais foi compartilhada com os trabalhadores no ginásio, ajudando-os a resistir à situação da melhor maneira possível na ocasião. Tive a oportunidade de ir ao ginásio na atividade da rede de apoio. Realmente as condições de vida no local eram péssimas, entretanto a organização dos trabalhadores e dos apoiadores contribuiu para que os sem-teto superassem tal condição. Os grupos de trabalho, as manifestações de rua e em órgãos públicos, o trabalho de mídia alternativa, dos advogados solidários à causa e, acima de tudo, a força e a luta dos trabalhadores criaram as condições materiais e teóricas para o avanço do movimento até a construção da Ocupação Contestado.

Em busca de melhores condições de vida, trabalhadores nordestinos, assim como a família de Bernadete, vivenciam em suas trajetórias o fenômeno migratório. Esta trabalhadora tem uma condição semelhante às demais entrevistadas. Após uma longa jornada migratória, a ocupação lhe proporcionou se desvincular do aluguel e se fixar num local. O dinheiro do aluguel passa a ser direcionado para os demais elementos de reprodução da vida.

### **Sônia: fé e trabalho na dinâmica migratória Brasil/Paraguai**

*“Vou falar para você a partir da minha fé, por que a bíblia diz assim que você tem que receber bem o órfão, a viúva e o estrangeiro.”*

Dona Sônia mora na Ocupação Contestado com seu único filho, um jovem estudante do nono ano do ensino fundamental. Os dois tem um relacionamento de companheirismo, um dando força ao outro nas demandas cotidianas. A migração faz parte da história da família de Sônia. Nascida em Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, cidade da fronteira do Brasil com Paraguai, cresceu entre os dois países da América do Sul. Fato recorrente para famílias que moram em cidades fronteiriças na região, devido à relativa facilidade de transitar entre os territórios, se estabelece uma dinâmica comercial, cultural, social e política transnacional. Inserida nos movimentos migratórios, esta trabalhadora tem um irmão que também mora na Grande Florianópolis e outro em São Paulo.

Sônia já foi casada e hoje em dia está separada. Seu filho nasceu na cidade de Curitiba, quando ainda estava casada. Este jovem migrante que veio para o Estado de Santa Catarina com a mãe é portador de TEA (Transtorno do Espectro Autista). Tal condição tem

um agravante que é a péssima política pública implementada no estado para estudantes com alguma necessidade especial. Mais de 50% dos professores da ativa no estado são contratados em regime de temporários, os ditos ACTs. Com baixos salários e vendo sua profissão sucateada, experimentam o dia a dia extremamente difícil devido à precarização do ensino público no estado. Os segundos professores que são aqueles destinados a auxiliar pedagogicamente o estudante com necessidades especiais, fazem parte desta realidade. O filho de Sônia perdeu o direito de ter um segundo professor exclusivo na sua escola, assim como em muitas de Santa Catarina. A política adotada é de haver um segundo professor para trabalhar com todos os estudantes especiais da turma. Essa realidade sobrecarrega os professores, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Após perder o direito ao segundo professor, Sônia contratou uma professora particular para ajudar seu filho na disciplina de matemática. Em um país com uma carga de impostos elevadíssima como é o caso do Brasil e que tem na constituição a garantia ao acesso à educação gratuita, de forma ampla e com qualidade, é revoltante ver casos como o desta família, a qual compromete uma parcela da renda mensal para a contratação de um educador particular.

Dona Sônia nos concedeu esta entrevista em sua casa na Ocupação Contestado. De uma simpatia notável serviu café e suas deliciosas empadas que são comercializadas pela mesma para garantir o sustento da família. Com bom humor e otimismo fez uma brincadeira, dizendo que a única da casa que não era migrante seria a cachorrinha adotada pela família, a quem deram o nome de Vitória. Ainda disse: “na nossa casa moram três estados, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul”.

A família chegou à região da grande Florianópolis no ano de 2011, seu relato nos permite observar a centralidade da questão da moradia para esta trabalhadora migrante:

Da minha cidade, eu vim pra Curitiba quando eu tinha dezoito anos e morei em Curitiba até 2011 e lá eu conheci o pai do meu filho e a gente foi morar junto, daí a gente veio junto pra cá, pra Florianópolis em 2011. Aí a gente separou foi em 2011... Em 2012, nossa... eu e meu filho a gente foi morar no Morro da Caixa, foi morar em outros kitnets, em vários lugares a gente já morou de aluguel, aí até que a gente veio parar aqui que graças a Deus a gente parou de pagar aluguel né e era só eu e meu filho pagando aluguel... Nossa, graças a Deus, que pelo menos a gente parou de pagar aluguel né que é uma grande assim diferença na vida da gente. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

O aluguel consome a maior parcela da renda dos trabalhadores assalariados ou autônomos no Brasil. No caso dos migrantes a questão é pior, pois estes indivíduos estão distantes das suas redes familiares, na maioria dos casos. As relações de solidariedade em momentos de dificuldade, que ocorrem com frequência, têm que se desenvolver entre colegas de trabalho, amigos e vizinhos. No caso das ocupações, existe a diferença da experiência política e organizativa do movimento social. Quando Sônia foi questionada sobre a motivação que a levou a deixar sua cidade de origem, ela relata que veio, assim como muitos na mesma situação, em busca de novas oportunidades de trabalho, renda e qualidade de vida. Fala também que, se não tivesse essas dificuldades no local de onde veio, com certeza preferiria ficar em sua cidade natal. Vemos na experiência de Sonia que a necessidade de produzir e reproduzir sua vida material determina o movimento migratório.

Ah, porque eu queria Florianópolis... Assim, foi uma coisa assim bem repentina, assim, o pai do meu filho tem um filho aqui em São José aí ele queria, ele tinha acabado de sair de um emprego de muitos anos em Curitiba, aí ele tava entrando no seguro e falaram pra ele “Por que vocês não vem morar pra cá?”, convidaram ele e eu falei “ah, por que

não?”. A gente vem num final de semana pra conhecer aqui a cidade, a gente achou muito bonita assim e em quinze dias depois a gente tava vindo embora pra cá. Foi muito rápido, foi bem inesperado que a gente veio morar pra cá, mas aí a gente vindo morar pra cá aí a gente acabou separando e tudo tomou um rumo diferente né e foi assim. Ai até pensamos nas pessoas que pediam que a gente voltasse pra lá né, mas a gente já tinha se acostumado aqui então resolvemos ficar e estamos aqui. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Coronel Sapucaia, onde Sônia nasceu, é uma cidade pequena e pacata. Segundo nos conta nossa entrevistada, sua família não chegou a passar fome embora não tivesse grandes oportunidades de emprego no local. Curiosamente, a região é cenário de um intenso comércio de drogas, de forma direta pela própria comercialização dos entorpecentes, ou indireta devido a circulação de mercadorias e serviços oriundos do dinheiro do tráfico. Grandes negócios relacionados a este comércio ocorrem e tem ganhado notoriedade negativa nos jornais, algo que entristece Sônia. A cidade faz fronteira com o Paraguai, circunstância geográfica que cria as condições ideais para o comércio de drogas. É importante lembrar que a América Latina sofre pressão há décadas do imperialismo estadunidense para deflagrar a política conhecida como “Guerra às Drogas”, fato que tem acarretado a perda de muitas vidas e a criminalização de localidades carentes e de grupos étnicos. Nesses locais, a pobreza e o racismo formam um par dialético. As favelas, vilas, periferias são alguns dos destinos das drogas a serem comercializadas, entretanto não é a população periférica que realmente lucra com este comércio, muito pelo contrário, é a que mais sofre com as consequências. A expectativa e a perspectiva de vida entre os que estão inseridos no tráfico é pequena, por outro lado burgueses lavam dinheiro oriundo da corrupção que é inerente ao capitalismo neste meio.

O fluxo migratório na região da fronteira é intenso, tanto que a mãe de Sônia é paraguaia e o pai é brasileiro, exemplos desse fluxo. Seu pai já faleceu há algum tempo, quando ela ainda era criança, “sou uma mistura de Paraguai com Brasil, literalmente”, nos diz. Seus pais se conheceram na fronteira, a “fronteira seca”, que é só uma avenida grande que separa os dois países. Muita gente busca mercadorias no Paraguai, a compra e venda de produtos é comum no local. A cidade de Coronel Sapucaia fica próxima de Pero Juan Caballero, que é muito perto de Ponta Porã. Sônia tem parentes na região e alguns trabalham nesse ramo. A irmã busca roupas no Paraguai e vende no Brasil, outros irmãos também praticam este comércio. A casa onde ela morava era da mãe do padrasto, pois sua mãe casou novamente após a morte do pai. Sônia faz uma análise interessante ao comparar Brasil e Paraguai no tocante à questão da saúde:

Nasci no Brasil, é do lado né o hospital ali do lado, mas a gente tem que admitir que o hospital do Brasil, lado brasileiro tudo é melhor se tu for analisar por esse lado. Ah, vai ter filho no Brasil é melhor, suponhamos que o hospital ali do lado, você vai ter um filho você corre. Eu lembro que a gente tinha atendimento dentista, a gente corria pro lado brasileiro, tudo a gente corria pro lado brasileiro. É só maior tendência que tem lá na fronteira, você recorrer pro lado do Brasil, que é melhor, a gente pode até falar “ah, Brasil tem muita corrupção, tem muita coisa ruim”, mas ainda sim é melhor do que muitos outros países se você for analisar por esse lado. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Sônia acredita que os problemas ligados à corrupção afetam a qualidade do serviço público no Brasil. Entretanto, reconhece que alguns serviços públicos funcionam melhor no país. Relata que se estabeleceu na região fronteira, onde nasceu, e que muitas mães paraguaias procuram fazer o atendimento pré-natal no lado brasileiro da fronteira, procedimento que automaticamente lhes conduz ao parto no Brasil.

Para serem atendidos no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a maioria consegue preencher seu cadastro com o endereço de um parente que mora no lado brasileiro, ela lembra de forma bem-humorada uma experiência própria: *“ah, eu quero ir pro dentista” você vai lá... eu lembro até hoje que eu fui pro dentista eu gritei um monte! Ai, eu lembrei disso agora, foi engraçado”*.

Sobre as relações de trabalho de Sônia e sua família, é importante dizer que ela começou a trabalhar ainda muito jovem. Com treze anos já trabalhava como empregada doméstica. Por volta dos dezoito anos saiu de sua cidade natal. O início prematuro no mundo do trabalho ficou gravado em sua memória. Seu padrasto fazia tarrafas, era parte do cotidiano das pessoas da região pescar no rio, também assava churrasco e outros trabalhos que aparecessem. As lembranças do pai são mais difíceis de serem lembradas, pois ela era muito criança quando ele faleceu. Lembra que ele estava sempre envolvido com agricultura familiar, cuidando de chácaras. *“...só lembro que meu pai me carregava nas costas, isso eu me lembro vagamente, mas só isso que eu tenho assim de lembrança.”* Morreu vítima de picada de cobra, sem condições de chegar a tempo no atendimento de saúde.

Dona Sônia é uma pessoa de fé, assim como muitos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Contou-nos que tinha muitas amizades ligadas a igreja e ao grupo de jovens, sua vida era “voltada para o lado da Igreja” como diz. Ainda nos dias de hoje continua frequentando a igreja.

Evangélica, aham. Assembleia de Deus na época, a gente tinha nosso grupo de jovens, era bem gostoso, era uma vida bem saudável que a gente levava. Acabava o culto, a gente do grupo de jovens, fazia aquela rodinha cantando lá, daí a gente ia pra casa, (...) era bem gostoso assim. Foi uma vida bem saudável a minha juventude, não teve aquele movimento com coisa errada sabe, bem certinha na nossa simplicidade, era uma vida simples, mas bem boa nessa questão. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Em um país marcado pela miséria e pelo déficit de serviços públicos de qualidade, que ainda não foram implementados de forma adequada às demandas nacionais, as igrejas se tornaram espaços de acolhimento, proteção e sociabilidade. Não é nosso intuito debater este tema e nem mesmo fazer julgamentos, entretanto nos cabe problematizar brevemente o fato de que algumas igrejas se aproveitam da fé dos trabalhadores e de suas carências sociais, políticas, culturais e econômicas. Tem o intuito de manipulá-los para depois explorá-los. É evidente que não podemos generalizar, há muitas pessoas e agremiações religiosas que fazem trabalhos importantes, como por exemplo, aqueles ligados à Teologia da Libertação e às religiões de matriz africana que ao longo da história do Brasil ajudaram as populações afrodescendentes a resistir à escravidão e ao racismo. Em um mundo miserável socialmente e materialmente, onde as utopias e o direito de sonhar, que é o pai e a mãe de todos os direitos, como dizia Eduardo Galeano, estes foram parcialmente banidos. Os trabalhadores em diversos casos se apegam à religião como meio de suportar o peso da realidade e de continuar a ter esperança.

O lazer de Dona Sônia, de sua família e amigos estava ligado à prática religiosa na igreja, às vezes iam tomar um sorvete na pracinha e jogar conversa fora, ou ficavam no portão de casa conversando até altas horas. Não tinham internet e nem celular naquela época, pelo menos ela e sua rede de convivência social não tinham acesso. Essas coisas eram um privilégio, pois não era tão barato e “não cabia no bolso ainda”, em suas palavras.

Sônia tem seis irmãos dos quais uma mora em Florianópolis, outra em São Paulo e o restante permanece na cidade de Coronel Sapucaia. Todos trabalhando, fato que ela conta com orgulho. No seu caso específico, além de trabalhar com a venda das empadinhas e como diarista, ela recebe uma quantia em nome do filho que apresenta quadro de autismo (TEA), o Benefício Prestação Continuada (BPC). Programa instituído e pago pelo governo federal às pessoas com deficiência de qualquer idade ou a idosos com idade de sessenta e cinco anos ou mais que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentem dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para recebimento do benefício é exigido que a renda familiar seja de um quarto de salário mínimo por pessoa<sup>36</sup>. Antes de conseguir o BPC, Sônia também trabalhou em restaurante, shopping e outros lugares na área da limpeza, apenas no restaurante teve a carteira de trabalho assinada. Sempre gostou de trabalhar formalmente, porém com a chegada do filho portador de TEA teve que se adaptar a uma nova realidade. Segundo dona Sonia:

Quando me deparei nessa questão do meu filho vir autista, isso é uma coisa que você não planeja, você não sabe como vai ser o dia de amanhã né, a gente veio pra cá, saiu o diagnóstico dele e eu ainda continuava trabalhando, na verdade eu nunca tinha pensado em procurar um benefício, que eu pensava que eu tenho que ganhar com meu trabalho né, só que aí eu separei do pai dele e aí eu comecei a deixar ele com pessoas assim. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Para poder trabalhar fora, Sonia deixava o filho com outras pessoas, o que era bem difícil na condição de saúde dele. Nessa época, sem ter a quem recorrer, ficou sabendo da possibilidade do benefício e foi em busca de seus direitos. Num primeiro momento negaram a concessão. Teve que abrir mão do trabalho formal para cuidar do filho e requerer novamente o benefício. Conta que o INSS não liberava o benefício enquanto ela estivesse trabalhando. A prioridade era e é o menino, agora juntos levam suas vidas, Sonia trabalha informalmente, ganha o benefício e passa a maior parte do seu tempo dedicando-se ao filho já adolescente.

O pai do menino também ajuda na criação do rapaz, um jovem migrante, adolescente de quatorze anos que vai buscando seu espaço, com o apoio irrestrito da mãe, diante das adversidades da produção e reprodução da vida na Grande Florianópolis. Esporadicamente os dois saem juntos para entregar as empadinhas feitas por Sônia, que tem uma comercialização satisfatória, *“graças a Deus o povo gosta, daí eu faço e vendo”* diz ela alegremente, e complementa falando que:

(...) eu particularmente acho que eu me achei com o alimento, eu gosto muito de fazer o que eu faço e as pessoas gostam bastante, então eu sinto que eu me achei. A minha vontade era de um dia virar uma empreendedora mesmo, esse é meu sonho que tá na gaveta, de ser uma empreendedora mas não assim... Um dia quem sabe ter um lugar no mercado, sonhar não paga nada, né. (SONIA, entrevista 4, 2019).

A questão da moradia é uma preocupação para os trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegam à região da Grande Florianópolis. Sônia já morou em diversos lugares antes de chegar à Ocupação Contestado, como no Morro da Caixa e no bairro Monte Cristo. Sempre pagando aluguel, conta que quando se separou do pai do seu filho foi bem difícil, curiosamente repetindo a história de sua mãe que também teve dificuldades quando se

---

<sup>36</sup> Fonte do Ministério do Desenvolvimento Social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br).

separou de seu padrasto. A condição de não conhecer ninguém na região piorou e prejudicou sua estruturação econômica, realidade vivida por parte significativa dos trabalhadores migrantes. Em seu relato, podemos observar a sua trajetória até a Ocupação Contestado:

(...) foi muito inesperado, eu vim parar aqui e eu nem sabia que isso existia, eu vim parar aqui através de uma moça que eu trabalhava junto, ela me falou que tinha uma moça que morava numa casa e que ela queria sair da casa e ela queria vender a casa, no caso porque a casa, as paredes elas têm valor, tá certo que hoje ela não é nossa, mas alguém construiu isso aqui, alguém gastou um dinheiro, então ela queria vender essa casa. Aí foi assim, foi muito no susto, aí eu vim aqui gostei, falei “vamo embora” aí quando eu cheguei aqui eu demorei um pouco pra me acostumar, mas depois que me acostumei... (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

A vida cotidiana na ocupação era diferente que a de costume. As relações sociais ali estabelecidas, mesmo estando condicionadas pelos elementos de classe já vivenciados por Sônia, tinham uma base comunitária. A troca de informação entre trabalhadores, as assembleias, o contato com os apoiadores, a consciência de comunidade que ali vigora é vista como positivo por ela. Além disso, esse ambiente melhorou seu cotidiano. O filho de Sônia vivencia na ocupação algo fundamental para a formação do ser humano que é o convívio social.

Tia Sônia, como é chamada na comunidade, e seu filho estabeleceram vínculos importantes. O jovem rapaz que também é migrante fez novas interações com as crianças, convivendo, brincando, o que auxiliou muito em seu processo terapêutico. A vinda para a ocupação transformou a rotina da família, foi surpreendente para a mãe ver como o contato e a troca de experiências com as crianças da ocupação ajudou o seu filho a melhorar seu quadro clínico. Sônia diz que foi uma “espécie de terapia” para o jovem rapaz. Há dois anos morando ali, conta que além do aspecto emocional da convivência, do cotidiano comunitário, a questão econômica é fator importante e concreto para Sônia. Estes são os elementos mais importantes de sua história na Ocupação.

É que a gente morava num lugar muito isolado, porque a gente morava tipo num prédio na parte de baixo e era só eu e ele e a nossa cachorra, não tinha vizinho pra conversar, tinha tipo aquela coisa meio isolada, colocava a cachorra numa cordinha e saia pra passear mas não tinha aquela aglomeração que a gente adquiriu aqui, convivência assim de vizinhos bem de perto, isso foi uma coisa muito boa. E o lado bom, melhor ainda, foi ter parado de pagar aluguel né, porque fazia muitos anos que eu pagava aluguel. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Observando e analisando a trajetória e as condições de vida de Sônia, vemos em sua dinâmica de produção e reprodução da vida, os caminhos que a levaram a migrar da região fronteira entre Brasil e Paraguai para a região da grande Florianópolis. Os movimentos migratórios na América Latina são determinados, em última instância, por fatores econômicos. Os trabalhadores se deslocam permanentemente em busca de trabalho e melhores condições de vida. Guardadas as especificidades dos aspectos culturais e políticos, a situação da classe trabalhadora nos meios rurais e urbanos é semelhante. A migração é um fenômeno social, essa necessidade leva os trabalhadores latino-americanos a compreenderem a migração como um caminho para sua sobrevivência.

No caso específico de Sônia, percebemos de forma concreta como se deu esse movimento. Fica evidente em seu relato como os trabalhadores que habitavam sua região de

origem se deslocavam rotineiramente de um país a outro, buscando por saúde e trabalho. Os trabalhadores nascidos no Paraguai desenvolveram táticas para terem suas demandas de saúde atendidas no Brasil, no Sistema Único de Saúde.

A Ocupação Contestado traz para Sonia a libertação do aluguel e a convivência em comunidade, fatores que melhoraram a qualidade de vida da família. Ela e seu filho encontraram no convívio cotidiano com os trabalhadores da ocupação e suas famílias, um sentimento de pertencimento. A própria materialidade da produção e reprodução da vida forjou neste caso relações sociais mais humanas.

Morar em uma ocupação de trabalhadores sem teto é algo difícil, onde diariamente a realidade se impõe de forma dura, inserida em contradições, exigindo resistência e organização dos trabalhadores. Por outro lado, pode possibilitar mesmo que temporariamente que trabalhadores parem de migrar e de pagar aluguel. Tal combinação de fatores possibilita o fortalecimento dos laços comunitários e de solidariedade, a formação de uma identidade que pode vir a se transformar em uma consciência de classe.

### **Trajetórias que se cruzam**

Por caminhos diferentes essas quatro trabalhadoras migrantes chegaram à região da Grande Florianópolis, mais especificamente à cidade de São José, onde foram levadas pelas circunstâncias da vida a participar da Ocupação Contestado, no bairro Jardim Zanelatto. Apesar de constituírem trajetórias diversas, suas condições de vida guardam muitas semelhanças. São quatro mulheres, mães, migrantes, trabalhadoras e lutadoras. E extremamente determinadas.

As entrevistadas trabalharam com alimentação e no cuidado de crianças, fazendo limpeza e organizando residências, bem como na área da saúde, portanto, todas relacionadas ao cuidado, em ocupações tradicionalmente delegadas à mulheres. Sem muitas opções, abraçaram as oportunidades de trabalho que iam surgindo, buscando conseguir seu sustento e de suas famílias. O cuidado com a casa e a família foi vivenciado por todas as trabalhadoras, configurando dupla e até tripla jornada de trabalho. Todas enfrentaram e enfrentam dificuldades, por vezes situações precárias, entretanto a ocupação lhes proporcionou sair do aluguel e interromper suas rotas migratórias, tornando-se uma alternativa real à falta de habitação e ao deslocamento permanente.

Em se tratando das especificidades podemos destacar inicialmente a jornada de resistência e liderança de Priscila na luta por uma vida digna, onde ela e o seu marido enfrentaram as dificuldades cotidianas com vigor e perseverança. Considerada uma das lideranças por apoiadores e moradores da ocupação, Priscila percorreu uma trajetória de vida comum nas condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Estudou até o ensino médio, não concluindo por motivos de saúde. Prejudicada por não ter seus direitos trabalhistas garantidos em sua plenitude, em um dos momentos que mais precisou, foi aprendendo pela necessidade a lutar por seus direitos. Essa realidade contribuiu para que esta trabalhadora migrante que saiu ainda jovem da cidade de Joinville, após o contato com a luta organizada por moradia, se revelasse uma intelectual orgânica do movimento, nos termos de Gramsci.



Carmem teve em sua trajetória a experiência da luta sindical. Estudou em colégio interno, concluiu o ensino médio e fez curso técnico. Passou em um concurso na prefeitura de Florianópolis, onde trabalhou até se aposentar. Hoje com problemas complexos de saúde vemos, no seu relato, como essa vivência na luta sindical lhe preparou, dando subsídios para a luta por moradia. Quando os trabalhadores se organizam para enfrentar a luta de classes ocorrem avanços concretos em suas situações de vida e na compreensão dos mesmos sobre a realidade.

O caminho percorrido por Bernadete desde o Nordeste até a Ocupação Contestado se faz em meio a condições difíceis de sobrevivência. A família numerosa, as carências de conforto, educação e alimento são um espelho de uma vida em condições desfavoráveis, enfrentando a seca, a exploração no trabalho e um conjunto de carências, como de acesso às políticas públicas. Analisando a produção e reprodução da vida de Bernadete, de sua família e das pessoas do seu entorno, podemos reafirmar a centralidade da questão da terra no Brasil. A meação, prática utilizada no campo em algumas regiões do Brasil, é um exemplo da materialização dos processos históricos e contemporâneos que combinam expropriação e exploração. Os camponeses, tendo apenas sua força de trabalho e por necessidade de sobrevivência, se veem atrelados à essa relação trabalhista arcaica. Bernadete é alfabetizada, concluiu o quinto ano do ensino fundamental na EJA e hoje faz um curso na Legião da Boa vontade (LBV).

Na história de Sônia temos como questões centrais a saúde do filho, a vivência na fronteira do Brasil com o Paraguai, o trabalho árduo e a religiosidade. Toda a movimentação familiar gira em torno do bem-estar do jovem. Migrante e autista, vemos na trajetória do rapaz e de sua mãe uma complexidade que vai além dos desafios diários inerentes a toda e qualquer família. Além de enfrentarem um cotidiano de muita dificuldade econômica, a situação do filho coloca-os mais um desafio. Essa família viu no cotidiano da ocupação sua vida se transformar para melhor. A “questão emocional” como diz Sônia, juntamente com a saída do aluguel, é o ponto mais importante da participação desta família na ocupação Contestado. A vida na fronteira entre Brasil e Paraguai e as questões referentes ao mundo do trabalho ali colocadas se configurou como uma particularidade de sua história. A maneira como os trabalhadores se deslocam na fronteira em busca de atendimento de saúde e trabalho revela táticas ligadas à migração. A fé e o trabalho marcaram a trajetória de Sônia.

Muitos elementos se cruzam nas histórias destas quatro mulheres. Suas responsabilidades como filhas, mães e avós estão sempre presentes. Começaram a trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar. Portanto, o trabalho é central em suas vidas, seja o trabalho em casa, cuidado dos irmãos, filhos e netos, os bicos, trabalhos informais e, excepcionalmente, o trabalho formal. O trabalho também as moveu, ou suas famílias, a migrar, buscando melhores condições de vida. Mudaram de país, de estado, de cidade e de bairro diversas vezes. Na ocupação, encontraram a possibilidade de se fixar num local, pelo menos por enquanto.

### **2.3 A experiência de sujeitos trabalhadores migrantes e participantes de uma ocupação urbana**

A experiência de trabalho, de vida e de militância apresenta elementos educativos e também de consciência da classe trabalhadora. Nos termos de (Thompson, 2008), a experiência vivida altera a experiência percebida. Em uma sociedade de classes organizada por relações sociais exploradoras e opressoras oriundas dos processos históricos de expropriação, a tendência é que a percepção das contradições vigentes vá avançando em maior ou menor intensidade na história. Os movimentos sociais motivados por pautas que dizem respeito à necessidade de produção e reprodução da vida desenvolvem-se na contra corrente da cultura hegemônica vigente, estes se constituem e se forjam nas próprias relações de trabalho, nos termos de Marx (1974,1985, 2002) e Lukács (1979).

Após apresentarmos e analisarmos elementos das trajetórias e das condições de vida das trabalhadoras migrantes diante do movimento migratório em direção à Grande Florianópolis, em especial até a Ocupação Contestado em São José, seguiremos nossa análise sobre a experiência de trabalhadores migrantes no movimento de luta por moradia. Vemos ao longo da exposição como os processos históricos forjam as trajetórias e a produção e reprodução da vida destes sujeitos, os quais migram e ocupam por necessidade, enquanto estratégia de sobrevivência.

A análise da experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado deve ser edificada com base em um entendimento sobre como estes indivíduos produzem e reproduzem suas vidas. Há uma alteração nestes aspectos antes e depois de chegarem ao movimento dos trabalhadores sem-teto. Os trabalhadores passam de uma luta individual ou familiar para uma luta coletiva. Observamos como se desenvolveram as trajetórias e condições de vida destes sujeitos nas suas cidades de origem, antes de iniciarem seus movimentos migratórios e durante este percurso.

Veremos agora como se dá a realidade concreta na ocupação, destacando principalmente fatores ligados à forma e à ação política. A dinâmica real na ocupação é uma síntese do próprio movimento migratório e dos sem-teto diante dos processos históricos e contemporâneos de expropriação. Sendo os migrantes a maioria, temos aqui um resultado concreto desses processos migratórios e do déficit habitacional. Saúde, lazer, segurança, infraestrutura, saneamento básico e organização política são elementos fundamentais a serem observados e compreendidos.

A vida cotidiana na ocupação é sofrida, os trabalhadores passam por dificuldades diárias. A falta de um espaço adequado de recreação para as crianças brincarem em segurança é um dos problemas que mais preocupa os trabalhadores. O acesso à água e à luz são problemas constantes, devido à falta de distribuição no local. Em razão do abastecimento de água ser improvisado, existem famílias que têm maior dificuldade de recebê-la. Seria necessário que todas as famílias tivessem condições de ter uma caixa d'água para armazenamento, porém é difícil de adquirir e instalar devido aos custos. Não há fossas nas residências, nem coleta pública formal. Existe uma coleta coletiva feita pelos próprios trabalhadores que juntam os dejetos de cada moradia e conectam à rede de esgoto. Eles fizeram uma caixa de esgoto para não ir todo o resíduo diretamente para a rede. Os trabalhadores têm consciência de que esta é uma estrutura precária e provisória, entretanto não podem esperar o poder público resolver uma questão imediata e importante para a sobrevivência na ocupação.

O cotidiano na ocupação tem seus altos e baixos. Tristeza, euforia, brigas, preocupações com a titularidade do terreno, a própria materialidade do trabalho cotidiano. Entretanto, o fato de não pagarem aluguel é uma conquista concreta que é reconhecida pelos trabalhadores, assim como pelos migrantes que viram na ocupação um meio de cessarem seus movimentos migratórios. Apesar dos recursos financeiros limitados, a coletividade fortalece o movimento, que procura resolver os problemas da melhor maneira possível. Gastos com escola, comida, remédios, roupas, calçados são providenciados para as famílias com necessidade, que são ajudadas pelos outros trabalhadores e pela rede de apoio. Há muitas mulheres grávidas que foram abandonadas por seus companheiros, realidade que causa depressão e intensifica as dificuldades dessas mães, que tem na coletividade um auxílio fundamental.

Em se tratando da educação formal há um esforço dos trabalhadores para que as crianças da ocupação estejam regularmente matriculadas e frequentando o espaço escolar. Essa é uma preocupação permanente, o risco de o Conselho Tutelar alegar alguma ilegalidade ou descaso com as crianças afim de justificar a apreensão dos filhos dos trabalhadores preocupa as famílias. Há uma cobrança permanente para que as famílias coloquem as crianças na escola, pois além de tudo, existe o entendimento sobre o direito à educação das crianças. As lideranças apoiam na busca por matrícula e na aquisição dos materiais escolares, montando kits de aula para os estudantes poderem iniciar suas aulas. Há um acompanhamento constante da comunidade para que aconteça a permanência das crianças na educação formal.

A entrevistada Carmem indica que a escola do bairro está interagindo com a ocupação, *“outro dia fizeram uma peça na escola sobre a vida da Priscila e trouxeram aqui pro contestado e a gente assistiu a peça. Onde que a gente imaginou, pensou lá atrás que a gente fosse conseguir isso? Mas tudo começou pelo movimento e a gente foi indo, foi indo e a gente vai continuar”*. Depois de muita luta da comunidade, as crianças tiveram suas vagas asseguradas na escola. Hoje a escola vai até a ocupação e faz uma peça de teatro contando a história de uma pessoa da comunidade. Uma diferença enorme desde o começo da Ocupação, a resistência e a paciência dos militantes da ocupação criou as condições para reverter, pelo menos parcialmente, o quadro de criminalização do movimento. Hoje os trabalhadores conseguiram uma creche da prefeitura que só foi possível por causa da mobilização, que também influencia outras lutas por moradia na grande Florianópolis, tendo hoje um apoio mútuo entre diversas ocupações urbanas. Todas elas estão interligadas, os trabalhadores avançam assim na luta por moradia.

A saúde é uma questão mais delicada. Os postos de saúde atendem por área em São José. Os trabalhadores sem-teto, por diversas vezes, sentiram-se discriminados por morarem em uma ocupação urbana. No próprio cartão do SUS, o correto seria colocar o nome da rua da ocupação, no entanto o endereço é preenchido como “Contestado”. As pessoas com maior entendimento do valor da luta organizada por moradia não se importam com a questão, pois tem orgulho de morar no local e fazer parte do movimento, porém há alguns que sentem desconforto com a situação cadastral. Inclusive no posto de saúde há uma pasta separada para as pessoas da Ocupação Contestado. Tem uma intenção por parte do poder público e dos trabalhadores em renumerar as casas e melhorar esta situação. Existe uma demanda por maior controle dos cadastros, pois há pessoas que chegam no posto de saúde alegando morar na ocupação, mas de fato não moram. Uma situação que revolta as famílias é o fato de só serem

atendidos no posto mediante visita do agente de saúde na residência para comprovar a veracidade da mesma.

Segundo a entrevistada Carmem, o atendimento que recebem na Unidade de Saúde que atende a região é deficiente. Pessoal despreparado para lidar com o público e má vontade por parte dos profissionais são as maiores reclamações. Sua indignação é grande, profissional da saúde que foi, hoje se depara com um tratamento muito aquém do satisfatório.

É uma gente que não tem tato pra lidar com o público, são pessoas mal educadas, grosseiras, que acham que estão fazendo um favor pra gente. Ontem o médico do posto esteve aqui, ele me humilhou horrores, eu tenho problema pra caminhar, eu caminho distância curta, eu não consigo daqui ir até o Zanelato de pé, eu não tenho condições de fazer isso. Ele veio me dizer que não vai mais vir na minha casa, porque ele tá me fazendo um favor, eu tava precisando trocar o medicamento, ele veio aqui pra fazer isso, ele me humilhou tanto, me deixou tão nervosa, que ele saiu daqui e fiquei com meu corpo tremendo. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Já no relato de Sonia, não há reclamação dos profissionais da saúde, mas sim da precarização do atendimento, dado o grande número de pessoas para atender diante da limitação do número de profissionais.

O nosso centro de saúde daqui, os profissionais se esforçam bastante, mas é pouco profissional para quantidade de gente. A gente aqui sofreu muito nesse aspecto na questão do meu filho porque lá em Florianópolis tinha muito mais, lá é bem melhor o atendimento pelo posto de saúde. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

A questão da mobilidade e do transporte dos trabalhadores acontece de forma particular e familiar, guardadas as exceções de caráter logístico e econômico. Quando existe alguma tarefa a ser realizada que diga respeito ao bem-estar coletivo na ocupação e outras questões ligadas ao futuro do movimento (como mesas de negociação), acontece uma ação coletiva para agilizar a questão. Em se tratando de segurança a coletividade é regra, “um cuida do outro” como dizem os trabalhadores, eles conhecem suas crianças, quem mora na ocupação, estão atentos às situações que possam fugir ao controle e abalem a organização coletiva, visando acertar que fiquem satisfatórios para todos, tendo como base a concepção de direitos e deveres iguais para todos moradores. Existe um esforço por parte dos setores mais esclarecidos do movimento de conscientizar o coletivo, “eu não vou fazer para aquela pessoa o que eu não quero para mim”, ou seja, respeite para ser respeitado.

O lazer de modo geral se materializa em comemorações de datas tradicionais, como a Páscoa, Dia das Crianças, Dia das mães, Festa Junina e a data do aniversário da Ocupação. No Natal o movimento tenta buscar algumas doações e serviços para realizar uma festa digna. Vejamos um exemplo:

Até agora para Páscoa a gente tava tentando...claro, a gente não vai conseguir um chocolate para cada criança, é muito difícil conseguir uma caixinha de chocolate para cada criança, então que a gente faz: um saquinho de doce, faz muito bolo de chocolate com brigadeiro que criança adora, um cachorro quente e uns refriés, a gente dá e eles ficam feliz da vida porque muita criança não ganha nada então já esperam por aquele momento né, e depender da gente a proporcionar que elas têm dia de lazer. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Ao falar sobre o lazer, Sônia considera que as opções são limitadas. Seu filho conta com o pai para levá-lo nos passeios, o que é muito positivo. Quanto estão sozinhos,

frequentam a igreja, vão à pracinha, porém com menos frequência. As atividades do filho tomam bastante tempo, aula particular de matemática, dentista, médico, proporcionam as saídas eventuais. O lazer se dá nos encontros e nas visitas dos companheiros da ocupação, os quais se reúnem para assistir filmes, trocar ideias, mais uma vez é na coletividade e na convivência que encontram um respaldo.

Os moradores da Ocupação sofrem muito preconceito, são discriminados em sua condição, não bastasse toda a batalha diária em busca de melhores condições de vida, ainda tem de suportar o olhar crítico e desaprovador de parte da população. São julgados sem ter direito a defesa, sem a atenção devida do poder público, só resta a esses trabalhadores organizarem-se e contar com as redes de apoio e com os setores mais esclarecidos da classe trabalhadora. A realidade concreta desses sujeitos passa despercebida pela sociedade. Seus atos, sua condição, sua luta não ganham uma cobertura profissional na mídia convencional. Os grandes veículos de comunicação ao defenderem a instituição da propriedade privada como algo imutável, tendem a criminalizar os movimentos de ocupação urbana, imprimindo o discurso de que as ações organizadas dos trabalhadores migrantes e sem-teto são uma perturbação à sociedade.

Nossa entrevistada Priscila já sofreu preconceito por ser da ocupação, conforme relata abaixo.

Olha, sofre preconceito assim, até de gente da minha família sim meio querendo discriminar, sabe, mas eu não aceito muito, eu sou bem direta, eu falo o que eu penso, não tenho vergonha nenhuma de dizer que eu moro numa ocupação urbana. Tento sempre mostrar para eles o porquê eu tô aqui né, porquê surgiu a necessidade de morar numa ocupação, tento mostrar para as pessoas que tentam me recriminar, mas que moram de aluguel, os direito delas... os meus direitos são os mesmos delas. E que se não fosse uma luta assim de tão poucos, se todo mundo tivesse essa consciência dos seus direitos, gente! todo mundo, como seria diferente né, muita desigualdade social, então se tivesse eu acho que nem 30% de consciência em cada um, em um certo momento, nossa, como tudo seria diferente, não digo tudo, mas acho que seria muito melhor. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Carmem também denuncia o preconceito e discriminação por ser participante e moradora de uma ocupação urbana:

(...) às vezes a gente tá no ponto de ônibus e estão chamando a gente de vagamundo, de marginal, de desocupado, de gente folgada, isso eu já escutei várias vezes em ponto de ônibus ou quando vai pagar uma conta, em banco, na fila do banco, é o que eles falam da gente. Uma vez eu fui pegar um empréstimo e eu morava na ocupação e o cara falou que não ia me dar o dinheiro por causa que não tinha endereço. Eu disse: eu tenho endereço, eu moro numa ocupação mas tenho endereço, é na Ocupação Contestado. Ele só aceitou porque eu disse que ia para justiça, por que é um direito que eu tenho. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Há uma organização de base bem estruturada na ocupação por meio de núcleos, das reuniões de quadra e a Assembleia Geral que é soberana. Na Assembleia, todos os encaminhamentos devem ser acatados pelos trabalhadores, tendo em vista que as deliberações são definidas de forma democrática. Elas ocorrem sempre que necessário, quando existe a demanda de organização para uma mesa de negociação ou alguma questão interna que precisa ser resolvida, por exemplo. Existe um núcleo que articula as assembleias e qualquer morador tem o direito de convocá-la. A assembleia tem um significado importante para a ocupação,

demandas a serem encaminhadas, dúvidas a serem esclarecidas, Bernadete considera que as assembleias são espaços em que as pessoas vão adquirindo conhecimento, *“porque a gente vai aprendendo, a gente não sabe tudo”*.

Sônia participa das divisões de tarefas na ocupação quando pode, diz que a comunicação, as reuniões para discutir os assuntos comuns são muito positivas. Como a organização da ocupação está dividida em setores, quadras, cada quadra tem um articulador que direciona as demandas e organiza as reuniões e ações pertinentes ao grupo.

(...) acho isso muito legal, essa comunhão assim, eu te falei e repito, isso vai ficar pro resto da minha vida, o que eu aprendi no Contestado, que eu vi essa comunhão de gente assim, acho isso muito legal. Tem as pendengas também, alguns, nem todos são perfeitos, tem as suas pendengas, mas na hora do aperto todo mundo se ajuda e empurra o barco né, eu acho que uma das qualidades mais fortes do Contestado é isso, a união do povo. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Diferente de outros locais de habitação há uma economia de comunidade na ocupação, um “espírito de coletividade”, como diz uma de nossas entrevistadas. Todos os moradores se conhecem e sabem de boa parte da vida uns dos outros. Muitos trabalhadores chegaram na ocupação após a mesma já estar consolidada, fato que, segundo nos foi relatado, dificulta a percepção destes sujeitos em relação à compreensão do poder que a coletividade, a união e o espírito de equipe tiveram e tem na manutenção e nos avanços do movimento. Os trabalhadores que tiveram a experiência desde o início dos desdobramentos que desencadearam a ocupação procuram conscientizar os novos moradores, mostrando-lhes a importância da solidariedade de classe entre os trabalhadores. Saúde, educação e alimentação são demandas recorrentes da cooperação do movimento.

A religiosidade e a relação com as igrejas são fatores importantes de serem destacados. Na primeira ocupação, alguns pastores chegaram a negociar muitos terrenos onde os trabalhadores foram despejados. Quando da segunda ocupação, os trabalhadores não aceitaram que igrejas ocupassem um espaço fixo no local, muitos pastores queriam abrir igrejas na ocupação, o que foi negado pelo coletivo. Existia um espaço comum que era o barracão, onde era permitido que um ocupante trouxesse seu pastor ou outro representante religioso eventualmente. Posteriormente o barracão teve que ser desmontado para a utilização das madeiras e outros materiais para reparar moradias que foram afetadas por eventos climáticos graves. Há um esforço para reconstruir o espaço que é fundamental para a organização política e cultural do movimento.

A entrevista Priscila constata a importância da reconstrução do barracão. Seria um espaço onde as mães que não tem onde deixar os filhos, poderiam se organizar e neste espaço terem seus filhos atendidos e cuidados, possibilitando que retomassem seus estudos com mais tranquilidade.

Carmem, nossa outra entrevistada, relata que dentro da ocupação existem regras, não são aceitos: uso de drogas, brigas e confusão de família, roubo, tiroteio, todo evento desse tipo é coibido e posteriormente discutido em assembleia. Quem não se adapta às regras ou é reincidente em alguma questão, é convidado a se retirar, sendo estipulado um prazo para que a pessoa ou família se retire. Nenhum caso é decidido entre os participantes da ocupação de forma isolada. Um dos problemas mais recorrentes é o alcoolismo, o trabalho sem perspectivas e a pressão do cotidiano contribuem para essa prática.

Vimos afirmando desde o início deste trabalho a centralidade da experiência. Deste modo, retomamos aspectos da trajetória de nossas entrevistadas para evidenciar sua experiência na Ocupação Contestado.

A experiência de Priscila antes e depois de sua chegada ao movimento dos trabalhadores sem-teto propiciou que esta migrante nascida em Joinville se tornasse uma referência na Ocupação Contestado. Considerada uma liderança do movimento, vê na coletividade a grande força da ocupação. Apesar de não se considerar uma liderança formal, reconhece que sua ação diária em prol do movimento fortaleceu essa percepção, que por sua vez tem uma base material, a própria luta cotidiana e organizada travada por esta trabalhadora. Sendo uma referência para as pessoas que estão se organizando na Ocupação Contestado e nos demais movimentos de trabalhadores sem-teto na Grande Florianópolis, ela nos relata como aconteceu esse processo:

Todo mundo fala isso. Na verdade, eu não me considero uma liderança né, o que acontece é que se a gente vê alguma coisa... se eu vejo alguma coisa errada eu tenho que solucionar, eu corro atrás entendeu, não só pelo coletivo, mas porque eu também preciso. Então se tu parar, se todo mundo parar eu penso assim que nada vai para frente né. Eu sei que todo mundo cansa, todo mundo tem direito de né, ter seus altos e baixos, mas daí eu coloco na cabeça “Meu Deus gente! Bola para frente”, acho que de repente esse meu jeito de sempre enfiada, sempre querendo resolver as coisas, faz com que as pessoas achem que né... Mas eu sou total apoio do coletivo o que todo mundo decidir eu estou acatando e a união faz a força né, eu sozinha não conquisto nada, tudo aqui que a gente conquista é por que tá todo mundo aí. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Identidade, consciência de classe e solidariedade refletem a resistência que permite a esta trabalhadora migrante não desistir da luta, mesmo com as dificuldades que ocorrem, tristezas cotidianas e a perda crescente de direitos. Ela compreende que a coletividade é importante para o avanço da luta. Nos movimentos sociais, cita o caso de famílias que vão ser despejadas em Biguaçu e percebe a sua vivência se repetir. Essas famílias em desespero procuraram os membros da Contestado como referência para poder ajudá-los, buscando um auxílio para enfrentar o despejo. Priscila se identifica com outros trabalhadores com problema habitacional e junto com apoiadores e demais trabalhadores procura prestar solidariedade e compartilhar sua experiência com aqueles que lutam por direitos sociais. Relata que é motivação e esperança para aqueles que lutam e demonstra através do exemplo que vitórias concretas são possíveis se houver apoio, solidariedade e organização entre os trabalhadores.

Priscila milita nas Brigadas Populares<sup>37</sup> e reconhece que seu ingresso na organização está atrelado ao fato de que estas se fizeram presentes desde os primeiros eventos que

---

<sup>37</sup> “Com diferentes tipos de atuação em diferentes territórios, temas e pautas, a organização está sustentada por estruturas de base e instâncias de direção. Entre as estruturas de base estão brigadas territoriais, atuando em locais como ocupações, periferias, universidades, e as Brigadas temáticas, atuando em pautas, eixos e temas como antiprisional, feminismo, movimento negro, comunicação, transporte e sindicatos. A estratégia de trabalho de base das Brigadas Populares tem como eixo fundamental a organização do povo e, para fazer frente aos desafios da conjuntura, trabalhar com a Resistência Popular Prolongada (RPP), disputando cotidianamente os espaços, tempos e territórios, visando um enfrentamento em um quadro de assimetria de forças em conflito, que é o caso brasileiro. Principal instrumento de materialização da RPP, as Comunas são unidades territoriais de organização social e política do povo. As comunas são um dispositivo político e físico implantado nos territórios

desencadearam a ocupação, construindo o movimento lado a lado com os trabalhadores. Ela já viajou para diversas cidades depois de ingressar nas brigadas populares, para participar de movimentos de luta. Foi em um ato em Brasília contra a Reforma da Previdência, que Priscila passou a se conectar com outras lutas e com os movimentos sociais.

A experiência de Carmem na ocupação revela a bagagem de luta dessa segunda entrevistada. Seus anos de participação atuante junto ao Sindicato do Trabalhadores da Saúde de Florianópolis (SINTRASEM), muitas vezes à frente do mesmo integrando a diretoria, lhe conferiram um aprendizado enorme.

Aqui é sempre de luta, sempre de luta, a gente tá sempre dependendo das negociações com a prefeitura, a gente tá sempre se mobilizando, tá sempre em assembleia, a gente tá sempre se socorrendo uns aos outros porque quando dá chuva, temporal, já desabou casas, a gente tem que correr pra socorrer todo mundo, às vezes um tá passando necessidade a gente tem que ajudar, então é muito assim da coisa com o social, da coisa comunitária mesmo, um por todos, todos por um. (CARMEM. Entrevista 2, 2019).

Sobre o aprendizado que se forja na luta, Priscila revela o quanto aprendeu com a experiência da ocupação, no próprio cotidiano: o que vai comer, como vai ser a segurança, como vai ser a escola das crianças, essa vivência qualificou sua experiência:

Nossa, na verdade eu acho que cada dia é um aprendizado né, e eu aprendi muito, eu aprendi que apesar de tu ter o teu lar, a tua casa e tua família não adianta tu se fechar naquilo ali, tem que estar sempre aberta para poder ajudar, dar oportunidade, incentivar outras pessoas, aprender com outras pessoas e ajudar outras pessoas né, tentar fazer que a gente tenha um mundo melhor. Porque tudo que a gente conquistar de melhor vai ser pro futuro dos nossos filhos, né, e eu aprendi que sozinha a gente não aprende nada, eu aprendi que hoje em dia não dá para a gente olhar para o nosso próprio umbigo, a gente sempre tem que ter uma visão maior e mais ampla do coletivo. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Priscila demonstra muita clareza ao expressar sua postura diante da sua realidade e dos demais, que assim como ela tentam sobreviver e se organizar para ter uma vida mais digna. Em todos os momentos percebe-se sua consciência com relação ao outro e de como considera importante a ação conjunta. Sua fala e atitudes não demonstram egoísmo. Suas colocações visam sempre promover melhorias para sua própria vida e para aqueles que a cercam, para outras famílias dentro e fora da ocupação.

A solidariedade com as pessoas (...) a união, eu acho que muita coisa, muitas metas que a gente tem, a gente só vai alcançar se tiver união, se tiver todo mundo no mesmo passo, sabe, tipo querendo o melhor de um modo geral, não só para mim né, eu acho que eu

---

com o objetivo de engajar a comunidade em atividades que elevem seu perfil de organização e seu comportamento político. Assim, o sujeito social se cria por meio do seu protagonismo e de sua identificação com uma narrativa alternativa à dominante (esta pautada no individualismo e na fragmentação das demandas comuns). As comunas desenvolvem atividades relacionadas à educação popular, organização comunitária, economia popular solidária, cursinhos populares, cultura, acolhimento de demandas do cotidiano, orientação jurídica e muitas outras ações. Essas atividades respondem a demandas imediatas e criam o contexto para o estabelecimento de uma identidade coletiva e de estruturas de afeto e solidariedade que se expressam em engajamento político.” (Informação disponível na página das Brigadas Populares na internet: <https://brigadaspopulares.org.br/>).



quero conquistar uma coisa boa, mas isso não é só para mim, todo mundo está na mesma situação que eu. Então eu não posso ter essa inocência de “ah eu vou aí eles vão ficar”, (...) Então, querer um pouco do melhor para todos né, a gente tem consciência que a gente não vai conquistar tudo que quer, mas se a gente conseguir o mínimo já vai ser muito né, se cada um correr atrás de um pedacinho na frente na história isso aí já ser uma coisa. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

A respeito do trabalho em equipe e do espírito de coletividade na ocupação, a entrevistada Carmem relata que algumas pessoas trabalham mais que outras em relação à política e economia. Há uma espécie de vanguarda entre os moradores, são aqueles trabalhadores mais experientes que tomam a frente da luta. As trabalhadoras migrantes entrevistadas fazem parte desse grupo.

Deveriam todos trabalharem juntos e todos trabalharem igual, mas infelizmente são cinco ou seis que trabalham e os outros ficam de bobeira esperando a assembleia e votam ou não votam, se acomodam na situação, e tudo é resolvido na assembleia e quando existe uma situação, são cinco ou seis que batalham, que vão pras negociações, que vão para as audiências em juízo, que vão falar com a advogada, que vão correr atrás da papelada, e geralmente é a Priscila que vai, a Priscila é a guerreira que vai pra tudo, porque a Priscila pegou o movimento desde a época do ginásio, e ela aprendeu muito com o Jonatas, então ela foi aprendendo com o pessoal do movimento.(CARMEM, entrevista 2, 2019).

Em sua avaliação sobre um grupo agir na vanguarda do movimento, entende que algumas pessoas tem uma espécie de vocação para liderança e para tomar a iniciativa da luta. Fala que a maioria quer melhorar de vida, mas fica na frente da televisão esperando as coisas mudarem e só quando a situação é extrema a “pessoa acorda para se mexer”.

Ao falar das lideranças do movimento, Carmem menciona recorrentemente as mulheres e revela que apenas dois homens integram a frente de luta. Um deles é o companheiro de Priscila e o outro é um trabalhador que possui carro e está sempre disposto a agilizar as demandas coletivas da ocupação. A maioria das pessoas que compõem a linha de frente da Ocupação Contestado são mulheres. Em sua explicação do porquê das mulheres terem esse protagonismo tão forte, ela fala:

Que a mulherada por si só já é empoderada, elas tem noção das coisas, tem noção dos seus direitos, foi submetida por muito tempo a não fazer nada, não falar nada, a ser submissa e aceitar tudo, pelo menos daqui, quando a mulherada se libertou, se libertou. Entendeu? Passou a entender os seus direitos e a cobrar, eu acho que a mulherada se empoderou realmente, se libertou das amarras, entendeu? E resolveu ir à luta. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O protagonismo feminino na vanguarda do movimento é uma marca da Ocupação Contestado. Carmem faz uma comparação com o movimento da Ocupação Dandara que conheceu quando estava em Belo Horizonte. Relata que na Dandara, a maioria das lideranças é homem ao contrário da Contestado onde é a mulher. Sobre a expressão “se libertar das amarras”, que usa para contextualizar o protagonismo feminino, ela relata que o termo tem a ver com a própria relação das mulheres com homens da família. Mas que na questão específica da Contestado, Carmem faz uma articulação da consciência da mulher com a própria demanda pela casa e de como a questão foi encarada na ocupação desde seu início:

Na maioria o que pega realmente é que a mulher tem mais consciência, e é a mulher que quer a casa, entendeu? O homem parece que fica naquela coisa parada, esperando que

aconteça, a mulher quer uma casa, ela quer dignidade, ela quer viver com dignidade e ela quer uma casa pra ela, aqui no Contestado a chave da casa vai ser entregue para a mulher, não vai ser entregue para homem nenhum, vai ser entregue para a mulher, isso foi uma coisa que foi acordada no início do movimento, então eu acho q isso empoderou a mulher aqui dentro, a mulher entendeu que se um dia tiver uma briga de casal, quem sai de dentro da casa é o homem, a mulher fica, independente dela ter filho ou não, ela fica. A casa é da mulher. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

O ambiente da ocupação tem a peculiaridade de se desenvolver através de relações sociais que corroboram para libertação das amarras econômicas e culturais que oprimem as mulheres. Carmem conta que conheceu mulheres que quando ingressaram no movimento sem-teto, eram totalmente alienadas e dependentes e que mudaram muito com a experiência na luta por moradia. Houve casos de surgimento de lideranças que chegaram na ocupação nestas condições, que não tinham noção da realidade concreta em que se encontravam e que hoje em dia são presenças importantes no movimento. Vão a reuniões, exercem lideranças nas quadras e cooperam na resolução dos problemas. Citando o caso de uma moradora, ela relata:

Foi uma pessoa que a gente viu crescer muito aqui dentro, evoluiu muito como mulher, se libertar, evoluir, crescer, ter consciência política, saber dos seus direitos. Hoje não dá pra ela ver as coisas erradas, ela vem aqui conversar com a gente, com a Priscila: tem o fulano de tal que tá fazendo isso e aquilo, vamos chamar, conversar, às vezes a gente nem precisa de uma assembleia, é só conversar, quando a gente não consegue resolver a gente faz uma assembleia, então ela já tem essa consciência, mas era uma pessoa completamente diferente, completamente alheia a tudo. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Carmem atribui esse processo ao movimento, ao fato da pessoa ter participado ativamente do movimento desde o seu início. Indo nas reuniões, adquirindo experiência, esta trabalhadora foi se politizando, sendo hoje uma militante. Foi uma pessoa que adquiriu conhecimento na própria ocupação, sendo um exemplo para outras mulheres, na visão de Carmem, que concorda com nossa tese de que movimento social por moradia, é uma espécie de escola.

(...) é uma escola, aqui a gente aprende muito, pra mulherada ensina muito, muito, a se livrar das amarras, a reconhecer um abuso, a reconhecer quando está sendo maltratada, a reconhecer quando o casamento não tá dando certo, a saber que ela pode lutar, que não está sozinha, que ela não vai ficar abandonada, através do movimento elas foram aprendendo essas coisas. Elas foram vendo: meu marido não é o chefe de tudo, que me dá na cara e fica assim mesmo, elas foram vendo que existe um outro caminho, entendeu? Existe um outro mundo e todas têm essa esperança, a noção de que precisam lutar, ir à luta para conseguir uma casa então essa é a luta básica, essa é a razão de todo o movimento. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Bernadete reconhece que a sua experiência na ocupação a fez mudar, ela era mais caseira e não saía muito de casa. Em suas palavras:

(...) assim, eu era também muito tansa, na época que eu pagava aluguel eu era uma menina quieta demais, eu só, eu não colocava nem a cabeça pra fora, ficava só dentro de casa, mas depois que aconteceu esse negócio aí, eu até achei bom porque a gente aprendeu até a conversar, aprendeu também as coisas assim que são passadas vão passando um para outro. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Seu marido também percebeu as mudanças na esposa:

(...) meu marido disse que eu era muito lenta, mudei muito, mudei muito. Aprendi a falar, aprendi a conversar, não sabia falar muitas coisas assim. Lá no Nordeste a gente

não conversava tanta coisa assim, a gente era assim, mais trabalhando, fazendo as coisas ali que tinha que fazer e tinha uns irmãos assim, uns para atrapalhar, assim tinha bastante coisa, mas pra mim foi bom, foi bom. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Bernadete já trabalhou em campanhas políticas, fazendo propaganda de candidatos em eleições, fato que ela atribui à necessidade de comprar alimentos para sua família. Hoje em dia participa das Brigadas Populares, é militante organizada, experiência diferente do trabalho que realizou nas campanhas eleitorais. Chegou a fazer o curso de formação política, fato que nos relatou com orgulho, afirmando ter guardado o certificado de conclusão do mesmo.

Sônia não é uma liderança política como as demais trabalhadoras migrantes entrevistadas, entretanto ela ocupa um papel comunitário importante na Contestado. Seu convívio com os trabalhadores é fraterno e solidário sendo uma pessoa que contribui na harmonização do cotidiano na ocupação. Ela conta que foi muito bem acolhida no movimento e relatou que seu filho tem uma relação amistosa com os outros meninos. Para o jovem que é portador de autismo, a vivência na ocupação “*foi uma terapia muito grande*”. Em sua avaliação a ocupação é diferente dos outros lugares que morou. O lugar em que a sua família foi melhor acolhida foi na Contestado. O seu antigo local de moradia, onde pagava aluguel, não tinha o convívio comunitário que ocorre na ocupação, não existiam laços de solidariedade com os vizinhos. Refletindo sobre essa sua experiência relata que a dinâmica da vida na ocupação lhe acrescentou muito como pessoa. Os valores humanistas que muitas vezes ficam sufocados na sociedade capitalista, emergem das dificuldades quando os trabalhadores avançam em sua cooperação e conscientização. A aproximação com as pessoas é um diferencial muito grande para Sônia, que tem consciência de sua experiência após a sua chegada na Ocupação. Em suas palavras:

Me acrescentou muito no emocional, porque como eu te falei, a gente era muito sozinho, a gente vivia muito isolado, sozinho, não tínhamos muita convivência. A gente morava num prédio alugado, a dona morava em cima, mas não tinha aquele contato, ele ia pra escola mas também não gostava muito da escola mas era a que mais perto que tinha, e depois que a gente veio para cá a gente teve essa convivência muito de perto com as pessoas, aqui é muito de perto, essa convivência faz muito bem, pessoas convivendo umas com as outras faz muito bem. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Mesmo que cada trabalhador tenha suas diferenças, seu jeito de pensar, Sonia entende que isso não afasta as pessoas na ocupação, que aprenderam a conviver de forma mais coletiva. A própria necessidade da construção de laços de solidariedade entre os membros da ocupação, forjou uma cultura comunitária entre as pessoas do movimento, assim também ocorreu com a política.

Os trabalhadores migrantes experimentam uma vivência coletiva no movimento dos trabalhadores sem-teto, se deslocam com a própria ocupação que também migra. Ela começa no primeiro terreno prometido pelo prefeito, vai para o ginásio, depois para o atual local onde nasce a Ocupação Contestado. A perspectiva dos trabalhadores é poder ir para um novo terreno que está em negociação com a prefeitura.

Priscila afirma que há um número grande de migrantes na ocupação, pessoas do estado do Pará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso do Sul na divisa do Paraguai, Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Chapecó e Lages. Ela vê que a necessidade leva os migrantes a entrarem em uma ocupação urbana de luta por moradia e pelos demais direitos

sociais. Para isso é importante que os trabalhadores reconheçam seus direitos, condição que vai avançando na própria materialidade.

A situação atual dos muitos migrantes vagando pelas ruas, em diversos casos desiludidos em busca de emprego, é um fenômeno crescente e permanente no Brasil e entendido por Carmem da seguinte forma:

(...) ninguém sai de sua terra natal, eu nasci em São Paulo e eu era de menor e era obrigada a ir com a minha mãe, mas eu amava São Paulo, se fosse hoje com as minhas filhas eu não ia querer sair da minha terra, eu não ia querer sair do lugar que eu nasci, eu ia querer ficar ali, continuar lutando porque tem raízes onde você nasceu, você tem parentes, você tem família ali é tudo isso você perde quando você sai. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Deixar tudo para traz e não saber o que vai encontrar é algo muito ruim, a difícil adaptação em outro local não se caracteriza unicamente por questões econômicas, os costumes são uma questão importante no movimento migratório dos trabalhadores. O modo de vida, a maneira de falar, os hábitos alimentares, o vestuário, são fatores culturais que podem provocar discriminação e preconceito. Os jovens e as crianças tendem a ter maior dificuldade de adaptação. Ao mesmo tempo que Carmem contesta os pais sobre como é ruim para as crianças e os jovens migrarem, entende que este deslocamento se dá por necessidades econômicas.

Priscila não relata eventos de preconceito e discriminação importantes vivenciados por ela na condição de migrante, talvez pelo fato de já estar há 20 anos na região da Grande Florianópolis. No entanto diz conhecer de perto casos assim. Cita o momento que presenciou em mesas de negociação referentes às questões da ocupação, casos onde a prefeita olha para os trabalhadores sem-teto e diz: “ah, mas vocês vêm lá de não sei onde, e a gente tem uma lista de espera aqui tão ampla, tão grande e que vocês tão atropelando”.

A maneira como Priscila expõe sua própria condição de migrante e a dos seus companheiros aborda um ponto interessante. Considera que não existe nenhuma legislação que determine a permanência dos sujeitos nascidos em uma região que os impossibilite ou impeça de migrar, muito menos que precisem viver para sempre num mesmo lugar. No seu entendimento, famílias que migraram de outros estados e tentam se fixar na região da Grande Florianópolis terminam por constituir a população do local, trabalham e muitos têm seus filhos aqui. Faz uma crítica ao preconceito relativo aos migrantes e a “ameaça” ao emprego dos nativos. Lembra da época que pagavam passagens de volta para pessoas que vinham do Nordeste e de outros locais para que voltassem para as suas regiões de origem.

A questão do preconceito por ser migrante e morar em uma ocupação urbana é compreendida de forma crítica por Carmem, que diz já ter sofrido preconceito por viver em uma ocupação e ao vir de São Paulo para Santa Catarina. Por causa do sotaque diferente, sofreu bullying na escola, causando-lhe sofrimento, pelo simples fato de ser diferente na visão dos colegas de escola, “o mundo é cruel com as pessoas diferentes”. Sofreu gozações e até agressões físicas, “*para não apanhar eu avancei no guri*”. Até dos professores ela relata ter sofrido preconceito: “*Assim, por exemplo eu fiz uma redação e paulista não fala tu, e eu escrevi você e a professora me debochou horrores, isso dentro da sala de aula, na frente de todo mundo*”. Carmem também sofreu preconceito no local onde morava, quando falava os vizinhos começavam a rir e diziam para falarem direito. Ela não sabia o que era falar direito.

“Falar direito como? Meus próprios vizinhos, começou ali o preconceito e a discriminação nas vendas e comércios de seu antigo bairro, onde a família ia comprar as coisas do dia a dia.

Todas as questões aqui apresentadas revelam um presente difícil, marcado por contradições no contexto de uma sociedade de classes. Deste modo, o futuro se apresenta como projeto. Priscila problematiza o atual contexto político brasileiro, a ausência de ações públicas voltadas aos menos favorecidos e a necessidade da luta.

Espero que o nosso movimento conquiste todos os nossos objetivos, que é a nossa casa, claro, mas não só casa, mas conquistar casa, acesso à cidade, acesso à saúde e educação, tudo que os outros têm e que a gente tem direito também. Ver os nossos filhos na universidade, construindo a sua carreira, correndo atrás dos seus sonhos, correndo e tendo em mente que vai ser possível conquistar e que vai ser possível realizar. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

Em se tratando de seu futuro e de suas companheiras de luta, vejamos o que Carmem almeja:

A nossa intenção, a minha, da Priscila e das gurias que mais lutam aqui dentro é continuar com o movimento para gente continuar a adquirir coisas. Entendeu? Tipo assim, a gente vai ganhar um apartamento, com varandinha e churrasqueira. A gente já conseguiu, vai ter churrasqueira comunitária lá fora mas varandinha ia ser mais caro pra gente e o orçamento não comporta, mas a gente vai ter espaço pra fazer piscina, vai poder por um elevador, então a gente pretende continuar com o movimento, mas não é só isso e para as pessoas poderem pagar e não perder, para que haja uma situação de ordem no condomínio, para que todo mundo possa ter regras, para viver com dignidade de fato e numa situação que a gente continue a se apoiar. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Há uma intenção de manter a coletividade e a cooperação entre os trabalhadores mesmo após a saída da ocupação e a ida das famílias para as novas moradias prometidas. O ingresso de outras famílias que participaram do mesmo projeto habitacional, mas que não são da Ocupação Contestado pode dificultar esse desejo. Os trabalhadores têm um objetivo bastante ousado que é inserir as famílias que irão compartilhar as novas moradias com os trabalhadores da Contestado em seu movimento de organização política, econômica e cultural. Na avaliação do movimento, a ação pode trazer um ganho social para todas as pessoas.

Carmem expressa sua inquietação com a situação política do país. Avalia que, se os trabalhadores fossem mais politizados, se soubessem mais dos seus direitos e não se contentassem com aquilo que eles veem de errado, agindo ao invés de reclamar sem tomar atitudes concretas e efetivas, a realidade poderia ser alterada. Em sua análise é preciso começar pela base ou “começar de baixo para cima” e o importante é se mover na direção das demandas populares. Enxerga que a mudança estrutural deve ser impulsionada pela necessidade dos que mais precisam, os que mais sofrem.

Afirma ainda que é preciso ter um olhar mais estrutural sobre as questões e problemas sociais. Primeiramente ela fala que em todo bairro deveria ter um movimento como o da ocupação, que a associação de moradores deveria existir para esse tipo de coisa, para esse tipo de movimento social, de politização, de consciência. Dessa forma, mostrar o que está errado, interferir na casa do seu vizinho quando acontece uma agressão, “*se cada bairro que tem uma associação, fizesse esse tipo de coisa, esse país não teria mais mulher morrendo de feminicídio, não existiria mais isso, porque o homem se envergonha, ele tem*

*medo, ele é covarde e ele não encara outro homem quando encara ele*". Carmem reconhece que os movimentos sociais e as mobilizações populares têm força e podem ser uma forma de mudar o país, *"movimento social e educação muda, eu acho que é isso que muda o país"*. Entretanto ressalta que:

Refletindo sobre o futuro do movimento, Carmem reafirma a experiência das mulheres que entraram na ocupação há seis anos atrás, hoje já não são mais as mesmas. Elas mudaram radicalmente, hoje sabem dos seus direitos, participam do debate político, tem consciência do seu papel e percebem o mundo à sua volta de outra maneira. Estão integradas no processo social. *"Imagina esse movimento daqui a dez anos? Vai estar saindo vereadores, vai estar saindo deputados, vá estar saindo gente com consciência política para lutar pelas pessoas, e assim se criam as coisas"*.

A expectativa de Sônia para o seu futuro e para as demais pessoas da Ocupação é que consigam um local definitivo para morarem, que concretizem seus sonhos e tenham direito à moradia. Coloca como fundamental que a união entre os ocupantes não acabe, que não modifiquem sua postura de luta e solidariedade quando alcançarem seus objetivos.

Analizamos a experiência de ocupação vivenciada por essas trabalhadoras migrantes que, por trajetórias distintas mas em condições socioeconômicas semelhantes, chegaram até o movimento de ocupação Contestado.

Se você não vai pra uma ocupação você vai pro meio da rua...é uma necessidade, não é porque você quer fazer isso, não é fácil vir pra uma ocupação, é muita luta, muito choro, muita ordem de despejo, polícia invadindo tua casa e o preconceito de todo mundo , não é fácil, ninguém vem porque quer, as pessoas vem porque precisam, porque necessitam, tanto que aqui você pode procurar que não vai achar ninguém rico. Aqui é todo mundo pobre, todo mundo ferrado. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

A situação da classe trabalhadora brasileira no ano de 2018 foi socialmente crítica. Segundo dados publicados em 2019 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com base em pesquisas, o número de desempregados no Brasil chegou a 13,1 milhões, correspondendo a 12,6% da população. Dos 209,3 milhões de pessoas que é o total da população brasileira, 33,126 milhões trabalham com carteira assinada (IBGE), 12,7 milhões são terceirizados, 23,9 milhões trabalham por conta própria. No ano de 2018, 2,9 milhões postos de trabalho foram fechados (TEM/IE-Cesit/Uicamp). Nesta situação, os fenômenos sociais da migração, o déficit habitacional e o surgimento das ocupações urbanas se intensificam. Trabalhadores dos meios rurais e urbanos se veem na necessidade de migrar e ocupar para sobreviver. Na análise do membro da coordenação nacional do MST, o problema da migração e do déficit habitacional são compreendidos da seguinte forma:

(...) que o povo que tá nas periferias, a origem dele, a sua raiz, são lá no campo. Ele não tá lá nas periferias, amontoados, nessa situação de violência, de insegurança, de desemprego, tudo o mais, por que ele quer...por que ele gosta...ele foi obrigado a fazer essa migração. Então, a atualidade da realização de uma reforma agrária combinado com a reforma urbana hoje no país, nós falamos da reforma agrária, é fundamental no campo, para resolver esse problema. Por que milhões e milhões dessas pessoas que estão aí nas periferias não tão tendo mais acesso ao trabalho, eles tão totalmente excluídos. ( entrevista 5, 2019).

Em sua análise, que reflete a visão do Movimento Sem Terra, o meio para resolver estas questões e possibilitar uma melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora está na

reforma agrária articulada a uma reforma urbana. São fatores que devem ser desenvolvidos e aplicados em sintonia, visando um horizonte estratégico comum. A articulação das reformas rural e urbana é algo entendido pelo MST desde suas primeiras formulações teóricas. Do ponto de vista prático:

(...) a desapropriação dos latifúndios, o acesso à terra e aí a terra sendo colocada pra cumprir a função social, uma produção orgânica, a agroecologia, fazer esses assentamentos urbanos, por exemplo, próximo das cidades né? Próximo do centro, em terras melhores e aonde as famílias possam ter digamos, um pedaço menor de área... mas aí é viável, por que a produção ele pode vender direto no bairro, lá na cidade então além deles, dessas famílias tirarem pro seu sustento, a sua auto-sustentação, o excedente vai poder ser vendido no mercado institucional ou direto entre... nessa relação entre as famílias e o povo que precisa comer nas periferias. (entrevista 5, 2019).

A estratégia da reforma agrária popular que visa democratizar a terra e garantir a produção de alimentos saudáveis e todas as demais condições de vida não interessa para as classes dominantes. “*Então a gente sempre diz; é uma verdadeira luta de classes*”. (entrevista 5, 2019). À burguesia interessa centralizar e concentrar cada vez mais os recursos naturais e sociais, em prol da acumulação do capital. Neste processo os trabalhadores vão sendo expropriados e explorados. O dirigente problematiza a violência, a insegurança a que a classe está submetida. Na atualidade, a reforma agrária popular, em sua visão, é a principal alternativa.

Como juntar campo e cidade numa perspectiva dessas? De lutas, desses territórios, dessas terras públicas, griladas improdutivas que estão aí na mão de grileiros, na mão de empresas multinacionais, de grandes capitalistas se não precisam dessas terras...quer dizer, colocar essas terras à disposição e a serviço da vida isso que é fundamental, colocar a serviço da vida. (entrevista 5, 2019).

O MST desenvolveu ao longo de sua história uma experiência única para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Em todo o Brasil, suas ações revelaram a dinâmica da luta de classes em momentos decisivos na história nacional. O dirigente compreende que é através das lutas, organização e união entre os trabalhadores do campo e da cidade que se obterão conquistas concretas.

(...) ao momento que você fixa o homem no campo, você faz a reforma agrária, você dá as condições, você cria outro território, você cria outras possibilidades, o Brasil ficaria com uma outra fotografia. É claro que daí as pessoas vão ter acesso, tendo acesso à terra lá no campo, vão ter acesso a moradia, vão ter acesso à saúde, a educação, assistência técnica, as condições para produzir, a cultura, isso vai gerar um desenvolvimento dos municípios...por que vai entrar recursos vai movimentar a economia...vai movimentar o comércio local, vai se instalar cooperativas, agroindústrias e cooperativados como nós temos experiências importantes. (entrevista 5, 2019).

O depoimento do dirigente do MST, oriundo de uma experiência pessoal e coletiva na luta pela terra, confirma nossas hipóteses acerca de como os processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração determinam os movimentos migratórios e as ocupações urbanas. Assim como nós, este militante histórico do MST percebe a centralidade da terra, da propriedade privada do latifúndio, como um fator central a ser encarado se quisermos resolver o problema da migração e do déficit habitacional. A experiência do dirigente do MST nos ajuda a analisar a experiência dos trabalhadores migrantes da Ocupação Contestado. Quem migra e quem ocupa terras no meio rural e urbano é o trabalhador

expropriado e empobrecido, e, portanto, somente a luta e as mudanças estruturais criarão as condições para a superação da migração forçada e da falta de moradia.

Nesta direção, as ideias desenvolvidas por (Suchodolski, 1966-1967) associadas com a categoria experiência, como viemos desenvolvendo com base em Thompson, são fundamentais. Suchodolski desenvolve a ideia de Marx de que o determinante na educação do homem não é o meio (materialismo sensualista, empirista) ou as ideias (idealismo). Estes dois aspectos compõem a educação, mas o determinante é o agir humano sobre o meio - o trabalho, a ação humana. Isso nos leva ao entendimento de que as ações dos que lutam por moradia, as relações que eles estabelecem em suas vidas e na luta no processo de ocupação não apenas os educa, mas os constitui como sujeitos coletivos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a Ocupação Contestado é expressão, por um lado, do processo de expropriação e exploração no trabalho, da ausência de moradia e da violência policial. De outro lado, revela a indignação e a capacidade de luta dos trabalhadores que passam a se organizar. Esse processo forja uma experiência de vida com caráter educativo, levando-nos a afirmar que a ocupação educa. O processo educativo está presente nas lutas em geral, na participação em movimentos sociais, estudantis e sindicatos.

Os Movimentos Sociais são expressão dos limites e das contradições da sociedade atual e são, portanto, educativos uma vez que por sua atuação simultaneamente questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação. (DALMAGRO, 2016, p.2).

Desta forma há um processo educativo informal vivenciado pelos trabalhadores nas lutas populares. Os movimentos sociais são de certa forma escolas de formação política que se contrapõem ao modelo formal de educação que está a serviço do processo de hegemonia neoliberal do capital. As relações sociais estabelecidas por militantes e apoiadores em movimentos sociais são complexas e variadas, pois se apresentam como lições a serem aprendidas pela prática concreta das experiências no interior dos movimentos.

Ao abordarmos a educação da classe trabalhadora, seja na fábrica, na escola, ou nas lutas e movimentos sociais, concluimos pela necessidade de uma formação radical da classe, que eleve a sua cultura e o seu conhecimento acerca do que a humanidade já elaborou, assimilou-o com espírito crítico. Meszáros (2007) levanta uma questão crucial – socialismo ou barbárie? A barbárie é observada no cotidiano pobre em que está mergulhada a classe trabalhadora, a qual vive para o trabalho, para subsistir nas necessidades mais imediatas e para consumir. A alienação no trabalho obstaculiza o próprio desenvolvimento humano e limita as possibilidades de projetar o futuro. Para fazer com que o pêndulo se mova para o socialismo, não há outra alternativa senão a organização e a luta aliada à crítica radical ao que produz a barbárie. No campo da educação, particularmente dos estudos que associam a educação com o trabalho, cabe-nos construir e alimentar os elos de ligação entre a educação, o ensino e as lutas, protestos, manifestações e organizações de classe que tem emergido na atualidade. Ou seja, aliar a educação com a experiência de classe, nos termos de Thompson. (VENDRAMINI, 2018, p.235).

Os movimentos sociais se apresentam como importantes instrumentos de organização da classe trabalhadora por meio da mobilização popular e da defesa e ampliação de direitos. A radicalização das classes dominantes leva ao acirramento dos conflitos sociais no país. A classe trabalhadora brasileira que já possui um acúmulo histórico de experiências na luta por seus direitos se organiza e resiste ao capitalismo. Essas lutas tem um elemento pedagógico, ou seja, “a luta ensina”. A complexidade das relações sociais que se desenvolvem no processo da luta é variado, contraditório e dialético. Situações das mais diversas podem estar impregnadas de lições e aprendizados. Digamos que haja algum tipo de opressão interna em algum movimento social, a maneira como esse conflito é resolvido, a análise e a autocrítica que o movimento faz a respeito do ocorrido, já resulta em um ensinamento, oriundo da prática concreta das ações no interior do movimento. As atividades pedagógicas e culturais propostas e desenvolvidas pelos movimentos sociais e seus apoiadores se

apresentam em alguns casos como alternativas a uma educação pró-mercado, abrindo os caminhos para uma educação popular. Assim, a educação e formação política podem efetivamente contribuir para a liberdade real da classe trabalhadora e de todos e todas explorados(as) e oprimidos(as), em tempos tão difíceis e de radicalização das classes dominantes.

Se quisermos revelar o caráter real da educação da classe trabalhadora, a fim de analisar a experiência de trabalhadores migrantes de uma forma mais ampla, indo além de suas vivências na ocupação, primeiramente é preciso entendermos a estrutura e a ideologia que sustenta a escola formal capitalista. A escola é um palco da luta de classes, assim como o conjunto dos espaços públicos e privados em um estado burguês. As relações sociais que se desenvolvem lá configuram-se nesta dinâmica. Funcionários da limpeza e da segurança, estudantes, professores, técnicos vivenciam a experiência classista na escola, que reproduz as relações da sociedade em que se encontram. As políticas públicas para a educação são construídas pela burguesia, que tem no Estado seu balcão de negócios, algo que é estratégico para as classes dominantes, em um período, onde a mercantilização da educação vem progredindo a passos largos. Há também o interesse da burguesia em aparelhar as escolas e o sistema de ensino como um todo, a fim de manter as estruturas culturais e políticas que dão sustentação ao seu regime.

Em um Estado burguês – seja monarquia ou república - a escola é instrumento de subjugação espiritual das grandes massas populares. O objetivo da escola, em tal Estado, não está atrelado aos interesses dos alunos, a não ser aos da classe dominante, quer dizer, a burguesia, e os interesses de uns e da outra divergem amiúde de modo assaz substancial. Por sua parte, o objetivo da escola condiciona toda a sua organização, todo seu modo de vida escolar, todo o conteúdo da instrução e a educação escolar. Se partirmos dos interesses da burguesia, o objetivo da escola variará segundo a camada da população à qual se destina. Destina-se às crianças da classe dominante, tem por objetivo preparar indivíduos capazes de desfrutar a vida e de governar. (KRUPSKAIA, 1986, p.49).

Em contraposição à esta forma e conteúdo educativos, os movimentos e organizações sociais vem constituindo experiências educativas de grande valor que contribuam efetivamente para elevar o conhecimento da classe trabalhadora. Há um avanço na formação da consciência política e da compreensão da realidade por parte da classe trabalhadora quando participa de um movimento social, podendo inclusive constituir-se em liderança. É o que observamos nas trajetórias das entrevistadas.

Retomando as hipóteses que orientaram este trabalho, concluímos que os processos originários e atuais de expropriação e exploração determinam em última instância o déficit habitacional e a migração forçada. Em um processo de longa duração a classe trabalhadora aprendeu através da experiência que a ocupação urbana realizada na luta por terra e moradia pode ser um meio de cessar temporariamente o movimento migratório e a conquista da moradia. Isso se dá muitas vezes em condições precárias e difíceis, entretanto, possibilita que os trabalhadores tenham certa estabilidade, melhorando mesmo que parcialmente sua condição de vida.

O crescimento das migrações no mundo, no Brasil e na Grande Florianópolis está ligado diretamente ao aprofundamento dos processos contemporâneos de expropriação que criam as condições para que os trabalhadores fiquem mais suscetíveis e vulneráveis à

exploração de sua força de trabalho. O discurso anti-imigração vem sendo difundido por setores de extrema direita no Brasil e no mundo. Vimos nos últimos anos crescer o número de ataques violentos contra migrantes.

As ocupações são uma resposta aos processos de expropriação, visam retomar aquilo que é um bem comum. A ocupação é vista como violenta, mas a expropriação é a derradeira violência, como Marx revela no capítulo sobre a acumulação primitiva e como continuamos a ver hoje.

As ocupações organizadas e espontâneas deflagradas na atualidade estão inseridas em uma crise habitacional e estrutural das cidades. Há no Brasil um quadro de desigualdade social com traços fortemente oligarcas, sendo o cenário político e econômico brasileiro, marcado pela situação precária da habitação. O déficit habitacional não diz respeito apenas ao aluguel, na ocupação analisada, os trabalhadores saíram do aluguel, mas não da precariedade. Ainda não conquistaram a moradia definitiva e continuam a fazer parte do déficit habitacional, assim como permanecem sujeitos a expropriações contínuas.

Os trabalhadores conquistaram a coletividade e a solidariedade de classe no processo de luta na Contestado. Tal experiência trouxe às pessoas da ocupação, uma compreensão significativa e motivou uma ação sobre a realidade de forma mais qualificada, consequentemente acelerou sua experiência como sujeitos históricos de seu tempo. A classe trabalhadora a médio e longo prazo pode, de forma organizada, superar o déficit habitacional e conquistar o direito a uma cidade com qualidade de vida para os trabalhadores urbanos, ou mesmo uma cidade sem classes sociais e mercadorias.

Não podemos ter uma visão idealista sobre o Estado, entretanto isso não significa abdicar de apontar de forma contundente a responsabilidade do mesmo sobre as questões investigadas nessa pesquisa. Lembremo-nos que o Estado é financiado com o dinheiro dos impostos cobrados sobre a classe trabalhadora, que em um âmbito geral contribui mais do que a burguesia para a estabilidade econômica do sistema. Desta forma, apontar as péssimas práticas do estado burguês em relação ao déficit habitacional, tem um caráter educativo e fortalece as análises sobre os próprios limites e desafios da produção e reprodução da vida dos trabalhadores nas cidades.

A consciência de classe é o último estágio da experiência, pois eleva o trabalhador à compreensão mais avançada sobre a realidade concreta da vida social e dos processos de produção e reprodução da mesma. A práxis, a teoria e a prática compreendidas de forma articulada nos ajudam a dizer que a experiência de ocupação das trabalhadoras migrantes de São José, expressadas nas entrevistas realizadas na análise presente, indicam que as ocupações urbanas de trabalhadores sem teto, deflagradas de forma espontânea ou organizada previamente, fazem fissuras na estrutura montada pelo capital para enquadrar as condições de moradia da classe trabalhadora, assim como a própria disponibilidade da gestão e organização das cidades.

As redes de ajuda informais de familiares e de amigos, estabelecidas por trabalhadores motivados por questões ligadas à migração, por determinantes econômicos em última instância, se consolidaram como um costume forjado na necessidade, presente na classe trabalhadora brasileira. A migração forçada determinada por questões econômicas, em que os trabalhadores vão se deslocando de forma permanente em busca de melhorar a vida, se

reproduz como fenômeno social cada vez de forma mais precária. Apesar de não podermos generalizar acerca das entrevistas realizadas, os indícios, as evidências e as fontes nos revelam questões importantes a serem compreendidas sobre a função que a expropriação permanente e diversificada que os trabalhadores vivenciam, como um processo central na compreensão da lógica da migração forçada e do déficit habitacional. Neste processo vão se abrindo caminhos para abordagens mais amplas e universais, que busquem a essência geral compreendida na totalidade a que os fenômenos sociais por nós investigados se conectam de forma dialética. A realidade complexa na ocupação não permite findar o conjunto de questões que emergem, mas podemos afirmar que a educação forjada na experiência das trabalhadoras, em sentido amplo, se constituiu articulada à sua história de vida e à sua luta cotidiana. A educação não está separada do conjunto da vida.

O processo de formação das trabalhadoras é mediado pela própria realidade diária que se desenvolve no caso pesquisado, em consonância com a organização política via setores organizados. A presença dos movimentos sociais no processo formativo se dá na troca de experiências, que quando transformadas em ações práticas concretas e necessárias para a reprodução da vida na ocupação, influenciam positivamente e colaboram para a construção do conhecimento. Em último estágio ocorre a formação de uma consciência de classe avançada e em constante atualização perante as transformações incessantes da realidade social na região da Grande Florianópolis, em especial, neste caso analisado, a região conurbada de São José.

A experiência de luta e vida das entrevistadas, a migração, o déficit habitacional vivenciados pelos trabalhadores que encontram na solidariedade um elemento de apoio mútuo que se desenvolve como processo formativo, surge da própria necessidade e manutenção da vida. Em comparação ao modelo burguês planejado para demanda de moradia, a classe trabalhadora e as experiências de ocupação vão se tornando mais eficientes, abrindo fendas no próprio capital. As ocupações criam relações sociais alternativas às destinadas à classe trabalhadora no capitalismo. Não é o emprego ou o serviço que garante a casa e sim a luta organizada, a resistência e a ação coletiva dos trabalhadores.

Mas o quanto a luta social educa? Digamos que quanto mais articulada por táticas e estratégias coerentes e desenvolvidas de forma coletiva, organizada e crítica, repousa a qualidade e o nível da educação. A potencialidade das lutas sociais em relação à formação da consciência de classe nos revela seu aspecto educativo.

Na situação atual dos trabalhadores da ocupação, as tarefas históricas para os próximos períodos da luta pela conquista definitiva da moradia são desafiadoras. Apesar de haver um acordo que garante a construção das moradias, a realidade econômica nacional flagelada pelas medidas do “choque neoliberal” e das medidas de austeridade, são uma barreira para um desfecho favorável aos trabalhadores e trabalhadoras da Contestado. Nossa análise visa contribuir para o avanço da luta destes trabalhadores. Revelando a essência da precariedade da moradia, podemos contribuir para a resolução do problema, indo além da aparência do fenômeno e alcançando os determinantes da questão da moradia resolvida temporariamente na ocupação.

Nesta segunda década do século XXI, a situação da classe trabalhadora empobrecida é agravada pelos retrocessos na qualidade de vida na América Latina. Atacada pelo imperialismo estadunidense, a região vivencia dificuldades econômicas com a ausência de políticas sociais, à sombra da escalada autoritária (nos moldes bonapartistas) da extrema

direita na região, acentuando o déficit habitacional e a migração forçada. Um olhar regional de caráter macro é importante, pois buscamos em último grau realizar uma investigação que se aproxime das questões de caráter universal que dizem respeito à classe trabalhadora que migra e ocupa por necessidade de sobrevivência. Soluções pontuais são importantes e devem ser construídas sempre em articulação com os fatores estruturais econômicos que determinam as mazelas sociais.

O Brasil é um dos países com a maior taxa de desigualdade social do mundo. As entrevistas realizadas revelam a experiência, demonstram que trabalhar e migrar não garantem a moradia. O trabalho alienado com base na exploração e na opressão não assegura renda para adquirir uma casa. Apesar do déficit habitacional não estar resolvido para estas trabalhadoras migrantes, a ocupação proporciona certa estabilidade, mesmo que materialmente esteja distante de uma condição realmente digna e justa. A experiência da Ocupação Contestado pode contribuir em um processo de longa duração para que os trabalhadores criem, com base nas próprias experiências de solidariedade e coletividade, elementos concretos que possam fomentar práticas alternativas nas áreas econômicas, políticas e culturais.

A ocupação Contestado revela o que há de mais perverso nas relações sociais capitalistas, visto que as famílias vivem numa condição de exploração e precarização no trabalho, na moradia, alimentação, lazer, escola, atendimento à saúde, transporte, além da violência policial constante e os processos de discriminação por serem pobres, migrantes e viverem numa ocupação. Mas ela também revela a possibilidade de organização e luta coletiva pelo direito à cidade. Além disso, as ocupações colocam desafios para a organização da classe trabalhadora na atualidade.

As trajetórias das mulheres migrantes entrevistadas expressam a situação de vida dos trabalhadores em geral. Suas histórias se entrelaçam. Elas revelam uma vida de expropriação, mas também revelam determinação e bravura. Essas mulheres vindas de lugares diferentes do Brasil se encontraram na Ocupação Contestado. Hoje em dia são lideranças, intelectuais orgânicas do movimento, forjadas na própria base. Há uma alteração na experiência dessas trabalhadoras migrantes, quando chegam à ocupação e vivenciam formas alternativas de produção e reprodução da vida, agindo de forma fraterna e solidária e estabelecendo relações sociais comunitárias. A experiência vivida altera a experiência percebida, fazendo com que estas mulheres possam aprender com a luta, aprender com a ocupação.

## Referências

ALCUBIERRE, Karina. CONDE, Soraya. **Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis** R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 358-368, maio/ago. 2018.

ALVES, Pedro Assumpção. BAENINGER, Rosana Aparecida. **Região Metropolitana de Florianópolis: migração e dinâmica da expansão urbana**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012, 263p.

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014)**1Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015)**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 215-242, ago./dez.2015

121

\_\_\_\_\_; TORNQIST, Carmen Susana; MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. **Reconfigurações da segregação urbana, trajetórias migrantes e emergência de lutas pela moradia na Grande Florianópolis**. Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, realizado em Lima – Perú, de 12 a 15 de Agosto de 2014

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”: Movimento de Ocupação Amarelo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, UFSC. 2016

CALHEIROS, Fernando. **O problema habitacional e a legitimidade da luta por moradia em Florianópolis**. Portal Desacato.info. 2018.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DALMAGRO, Sandra. MARTINS, L. S. **Contribuições de Marx e Engels à Educação e à Pedagogia**. Philosophy@Lisbon, v. 1, p. 255-277, 2018.

DESCHAMPS, Marley Vanice e DELGADO, Paulo Roberto. **SANTA CATARINA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO NACIONAL: Um estudo dos fluxos e das características de**

**quem migra.** XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP– Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

DUTRA, Delia. **Mulheres, migrantes, trabalhadores: a segregação no mundo do trabalho.** Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** Trad. de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem** [1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. II.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã: (I-Feuerbach).** 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista.** 1848.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 1997.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Luta por Uma Pedagogia do Meio: revisitando o conceito.** In: **PISTRAK, Moisey M.(org.) A escola-comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lênin: história em processo.** 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história.** Ed. 2. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

FONTES, Virginia. **Da atualidade da servidão voluntária. Trabalho, Educação e Saúde** v. 4 n. 2, p. 431-440, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **"O moderno príncipe"**. pp. 3-102. In: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural** . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996

HARVEY, David. **Para entender o capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como destruição criativa, Revista de Gestão Inte-grada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Tradução, ago 2007.**

HOBBSAWM, Eric. **E. P. Thompson por Hobsbawn**. 28 AGO 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/08/thompson-hobsbawm-morte-marxismo-historia.2007>.

LISBOA, Tereza Kléba. **Gênero, classe e etnia – trajetória de vida de mulheres migrantes**. Katálises

v.6 n.2 jul./dez. Florianópolis. 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados 17 (48), 2003.

\_\_\_\_\_. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Victor Civita/Abril Cultura, 1974. Coleção Os Pensadores, Seleção de José Arthur Gianotti.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MIRANDA, Larissa. **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores**. Vinculado ao Projeto de Pesquisa **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores**, desenvolvido no Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC. Projeto coordenado pelo Professor do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Francisco Canella. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia.2016.

MORAES, Maria Célia. MÜLLER, Ricardo Gaspar. **História e experiência: contri-buições de E. P. Thompson à pesquisa em educação**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 329-349, jul./dez. 2003.

MOTA, Ana Elisabeth. **Regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais**. Argum., Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

OLIVEIRA, Nathalia C. **As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro GT 7.Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina, 2013.



REIS, Antero Maximiliano Dias dos. **Trabalho infantojuvenil, impactos e dilemas do ECA: a luta por direitos na justiça do trabalho - TRT 12** (Florianópolis, década de 1990).

SILVA, Lyn. **Cultura de Ocupação Urbana: histórias da luta popular por terra e moradia nas cidades de Florianópolis e São Jose**. Dissertação de graduação, UDESC, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Revista eletrônica do NEAD. Brasília/DF.2006.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Estampa, 1976. (vol.I).

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Estampa, 1976a.

(vol.II).

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação. Teoria marxista da educação**. Lisboa: Estampa, 1976b. (vol.III).

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Autsser. Zahar editores S.A. Rio de Janeiro, 1981.

VENDRAMINI, Célia. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Revista Katálysis, v.21, n. 2 (2018).

VENDRAMINI, Célia. **A pesquisa em trabalho e educação diante dos desafios de formação da classe trabalhadora: uma análise a partir da categoria de experiência**. In: *Experiência o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*. Org. Livia D. R. Magalhães. Lia Tiriba. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

VIDAL, Marcelo de Oliveira. **Instrumentalização da Migração: política migratória e competências da União Europeia e Estado Nacional Espanhol** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VILEN, Patricia. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels Centro de Estudos Marxista (CEMARX) Unicamp **Condição de classe e divisão internacional do trabalho como premissas analíticas da imigração internacional**.2015.

KRUPSKAYA, N. Konstantinovna. **A Construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 344 ps.

KRÚPSKAYA, Nadezhda. **Acercas de La educacion comunista: artículos y discursos**. Moscú: Ediciones em lenguas extranjeras, s.d.

## APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome: Idade:

Estado civil:

Número de filhos:

1. Você é natural de que cidade? E a sua família?
  2. Em que ano você veio para a grande Florianópolis?
  3. Em quantos locais você já morou?
  4. Porque você saiu de sua cidade?
  5. E porque veio para Florianópolis?
  6. Como era a sua vida no local em que nasceu? (Casa, trabalho, amigos, lazer, alimentação)
  7. No que você trabalhava lá? E quais os trabalhos que já teve? No que gostaria de trabalhar?
  8. No que trabalha aqui? (Tipo de trabalho, local, jornada de trabalho, salário, condições de trabalho...)
  10. Onde já morou aqui em Florianópolis?
  11. Por que resolveu vir para ocupação? E como isso aconteceu?
  12. Como é a vida aqui na ocupação? É diferente de outro local de moradia?
  13. Como é a situação de vida aqui? (Moradia, alimentação, saúde, escola, transporte, água, segurança, lazer...)
  14. Como vocês se organizam aqui na ocupação? Tem reuniões, lideranças, divisão de tarefas...? Você participa? As pessoas se ajudam?
  15. Você participa ou já participou de algum partido político ou outro movimento social? Ou da Igreja?
  16. Você estudou até que ano? Como era a escola? Lembra em quantas escolas já estudou? Por que parou? Voltou a estudar em algum momento? Gostaria de voltar?
  17. O seu trabalho exige estudo e qualificação?
  18. Você e sua família sofrem algum tipo de preconceito por serem migrantes e por viverem numa ocupação?
  - 19..
- O que você espera para o seu futuro e para o futuro das pessoas da ocupação?
20. Gostaria de dizer alguma outra coisa?

**APÊNDICE B - Sequência de fotografias: A Ocupação Contestado: cotidiano, experiência e luta**

**Figura 1:** Imagem de parede pinchada próxima a Ocupação. “QUANDO MORAR É UM PRIVILÉGIO OCUPAR É UM DIREITO”. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 2:** Imagem do dia da reintegração de posse, sofrida pelas Famílias Sem Teto de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 3:** Imagem do aparato policial no dia da reintegração de posse sofrida pelas famílias de trabalhadores na cidade de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Foto não identificada. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 4:** Imagem do dia da reintegração de posse sofrida pelas Famílias Sem-Teto de São José. Uma trabalhadora tenta dialogar com os policiais. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografia desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 5:** Imagem do policiamento no dia da reintegração de posse, sofrida pelas Famílias Sem Teto de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 6:** Imagem de trator destruindo uma moradia no dia da reintegração de posse, sofrida pelas Famílias Sem Teto de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).





**Figura 7:** Imagem de trator destruindo uma moradia no dia da reintegração de posse, sofrida pelas Famílias Sem Teto de São José. Destaque para frase escrita com tinta spray em um pano pendurado na habitação construída com lona preta e madeira: “*ATÉ QUE EM FIM LAR DOCE LAR*”. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 8:** Trabalhadores sem-teto queimam madeiras em protesto a ação truculenta do aparato policial estatal. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



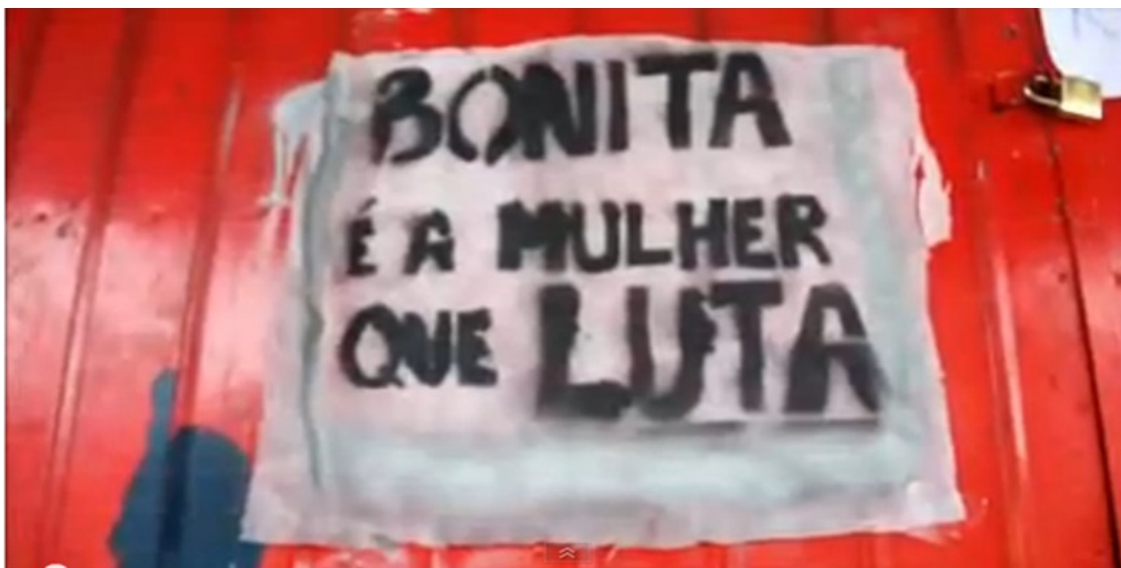
**Figura 9:** Imagem do Ginásio. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo: Márcio Papa. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 10:** A diversão no ginásio. Imagem do Baile dos desalojados (as). Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado, fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 11:** Imagem de cartaz colado na porta do Ginásio com a frase: “*MULHER BONITA É A QUE LUTA*”. (Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado -Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Foto de desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 12:** Imagem do protesto realizado pelo Movimento das Famílias Sem Teto e pela Rede de Apoio, na prefeitura de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado: Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo: Antero Reis. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 13:** Imagem do protesto realizado pelo Movimento das Famílias Sem Teto e pela Rede de Apoio, na prefeitura de São José. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado: Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo: Antero Reis. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 14:** imagem símbolo da Ocupação Contestado. ( Fonte: contestado.org-).





**Figura 15:** Imagem da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado: Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Imagem de um símbolo da Ocupação Contestado. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 16:** Barraco de lona improvisado no contexto do início da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada no ano de 2012).



**Figura 17:** Imagem da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. (Fotografia tirada entre de 2012 e 2015).



**Figura 18:** Imagem da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotógrafo desconhecido. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).



**Figura 19:** Imagem da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado - Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografo desconhecido. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).



**Figura 20:** A comunidade acadêmica da FAED-UDESC e a Ocupação Contestado. Estudantes e professores na luta com os trabalhadores sem-teto. Fonte: Site do Coletivo Anarquista Bandeira Negra. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).

**OCUPAÇÃO CONTESTADO NA UDESC**  
A LUTA PELA TERRA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

**MOVIMENTO DE MORADIA**  
**LUTA POR VIDA DIGNA!**

**DIÁRIO**  
\*Fraldas e leite (grande número de crianças)  
\*Alimentos não-perecíveis  
\*Galões de água  
\*Roupas e cobertores  
\*Produtos de higiene pessoal

**APRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO SEGUIDO DE DEBATE**  
*Presença dos moradores da Ocupação, do MST, do Coletivo Anarquista Bandeira Negra e das Brigadas Populares*

**Participação:**  
PETGEIO  
MPP  
MCA  
ADRAES  
Comitê de Apoio Ocupação Contestado da UDESC

Site:Coletivo Anarquista Bandeira Negra

**Figura 21:** Imagem de debate na FAED-UDESC sobre a Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografia desconhecido. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).



**Figura 22:** Imagem de estudantes da FAED em trabalho de campo na Ocupação Contestado, fazendo entrevista com uma moradora. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado: Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografia Gabriela Mosqueta. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).





**Figura 23:** Imagem aniversário da Ocupação Contestado. Fonte: Seminário 100 anos da Guerra do Contestado: Comunicação do Historiador Antero Reis sobre a Ocupação Contestado. Fotografia: Gabriela Mosqueta. Fotografia tirada entre 2012 e 2015).

